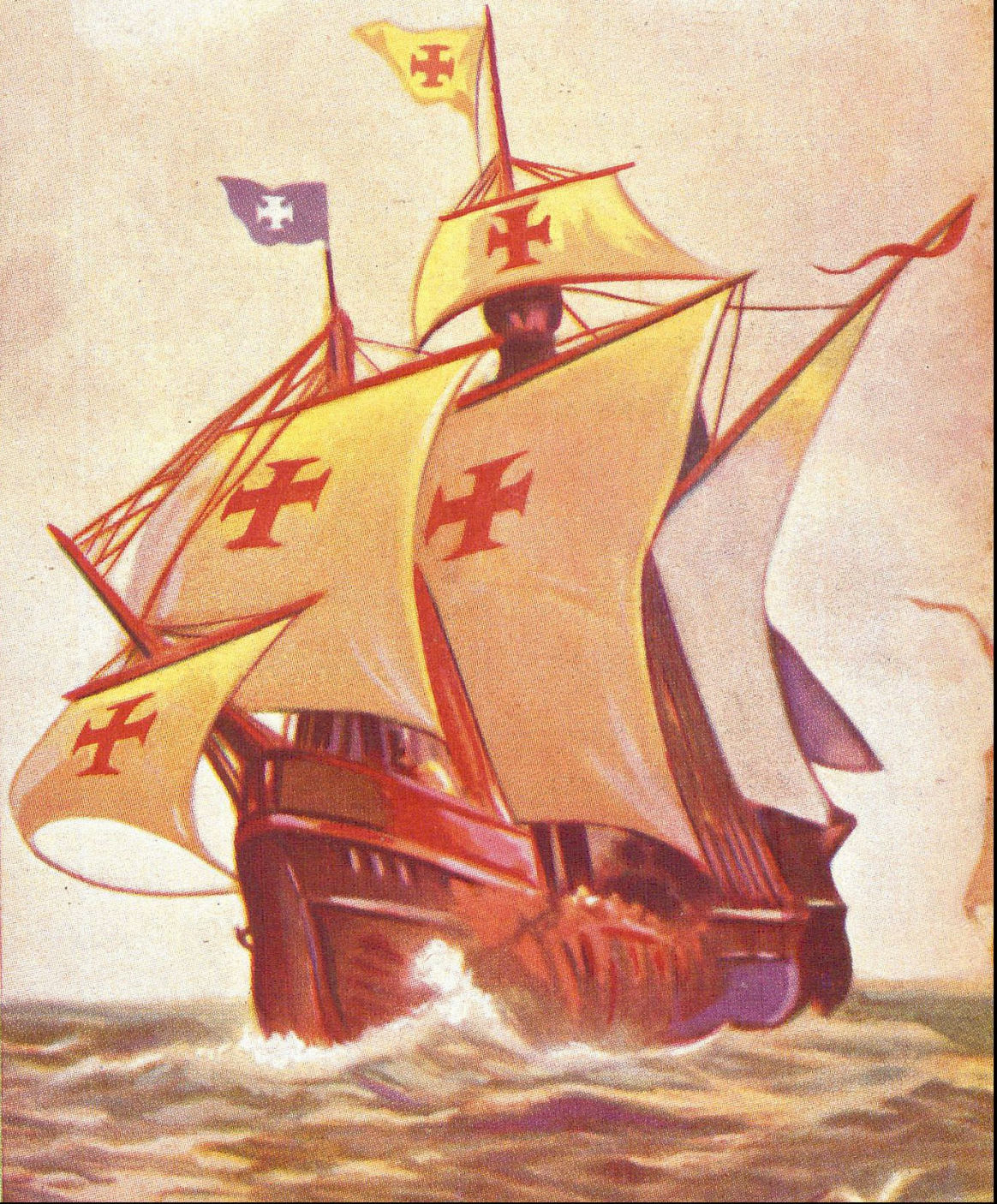


militia

ANO IV
MAIO/JUNHO

N.º 22
1951



SUMÁRIO

NOSSA CAPA —	102
EDITORIAL —	4

DIVERSOS

O Rumo Certo — major Tisiano F. de Leoni	6
Carta aberta a um miliciano — ten. carabineiro do Chile Hinrichsen Gonzales	18
Coisas da Fôrça Pública — cel. Anchieta Torres	20
Amor materno — sargento Azarias de Oliveira	23
A Defesa Florestal — eng. agr. Roberto de Melo Alvarenga	24
Tiro de pistola e revólver — 1.º ten. J. G. Guilherme V. Cavalcanti	29
Mistérios do Imponderável — cel. Tenorio de Brito	32
As Mãos... — 1.º ten. Félix B. Morgado	36
Reza por mim — cel. Estelita Ribas	39
Considerações acêrca do cavalo reto — ten. cel. J. Canavó Filho	40

NOTICIARIO

Novos dirigentes para MILITIA	46
Aniversário do 3.º B.C. — cap. Osvaldo L. de Brito	48
Economia Popular (ação da F.P.) — 1.º ten. Monte Serrat Filho	60
Visita do Secretário da Segurança à F.P.	70
Homenagem ao cel. Zerbini	72
O "Dois de Ouro" terá novo quartel	74
Dia das Polícias na A.O.R.R.F.P.	78
Carros específicos para a extinção de incêndios	80
Noite de São João em São Vicente	81
Posse do novo diretor de instrução	86

EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS

Instrutores de Educação Física — Menotti Del Pichia	89
Contribuição da E.E.F. da F.P. à educação física nacional	91
I Jogos Desportivos Panamericanos — cap. Jorge Mesquita de Oliveira	94
Temporada hípica	99

NOTÍCIAS DAS CO-IRMAS

Piauí	87
Rio Grande do Sul	88
LEGISLAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E JURISPRUDENCIA — cap. J. Arimathea do Nascimento	101

Feijoada **ARMOUR**

igualzinha à
feita em casa

e que vantagem:

JÁ VEM PRONTA PARA SERVIR!



Agora é tão fácil
comer uma deliciosa
e completa feijoada!
Basta comprar uma
lata de FEIJOADA
ARMOUR, — igual
à feita em casa —
aquecer e servir!



A "cozinha" já não é um problema!

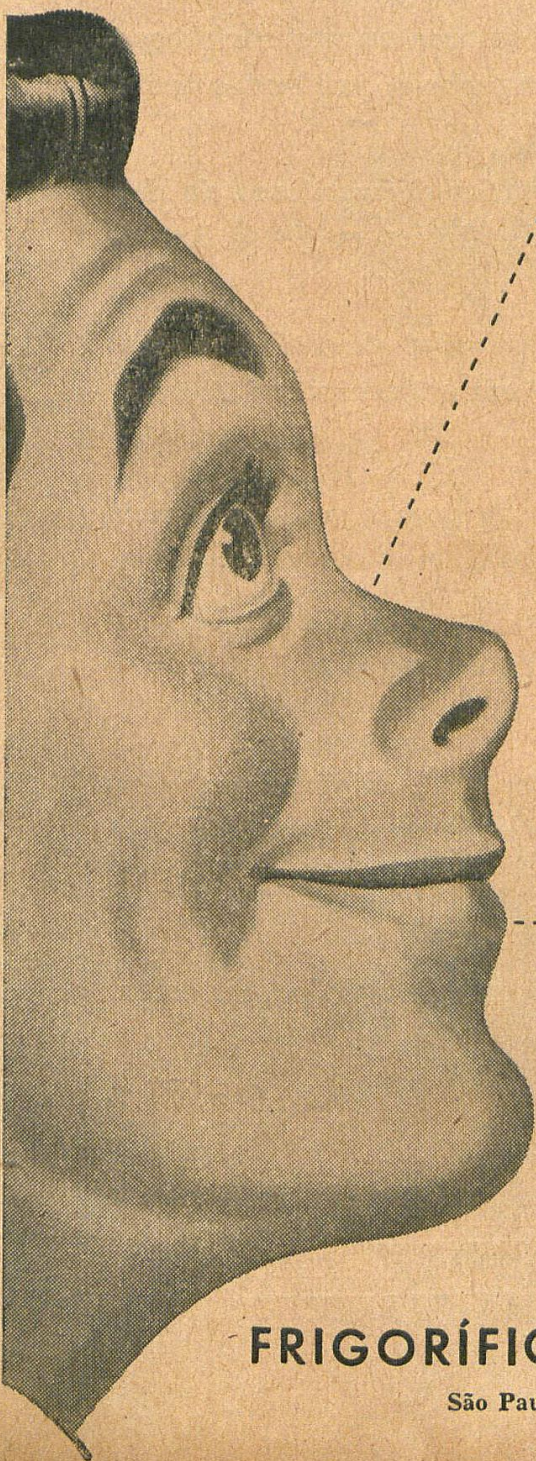
As "Refeições Armour"
são gostosas, rápidas,
sadias e econômicas!

ARMOUR

Produtos
preferidos
pela sua
alta qualidade

FRIGORÍFICO ARMOUR DO BRASIL S. A.

São Paulo: Caixa Postal 8045 — Rio: Caixa Postal 264



Editorial

Corria o ano de 1.500.

Imponentes naus, expressão máxima da navegação, naquela época, singravam as águas azues do oceano.

Mais uma vez Portugal deslocava-se à busca de maior poderio político-econômico.

Procura o pequenino reino, desafiando a imensidão dos mares ígnotos, aumentar sua grandeza material.

Velas pandas, ora as embarcações deslizam na superfície espolhante de calmas águas, ora se agitam no embate com ondas endoidadas.

Aqui, já enfrentam furiosas tempestades ameaçadoras de desmantelamentos; ali, já no remanso, beija-lhes a quilha a luz de doirado sol.

E na alma forte da tripulação revezam-se desespero e esperança, quer em chocante contraste, quer em imperceptível gama.

E prosseguem na derrota.

Orientam-nas o tino de velhos lobos do mar, e as impulsionam o ímpeto da lusitana gente.

Nem as tormentas quebram o ânimo dos bravos marujos, nem o violento bater das ondas lhes martela os nervos.

Dias e dias, apenas céu e mar.

Assim, na história marítima, vai Portugal, minúsculo geograficamente, mas grande no espírito, escrevendo, nas páginas de Clio, imorredora epopéia.

Botelhos e rabos d'asno prenunciam terra.

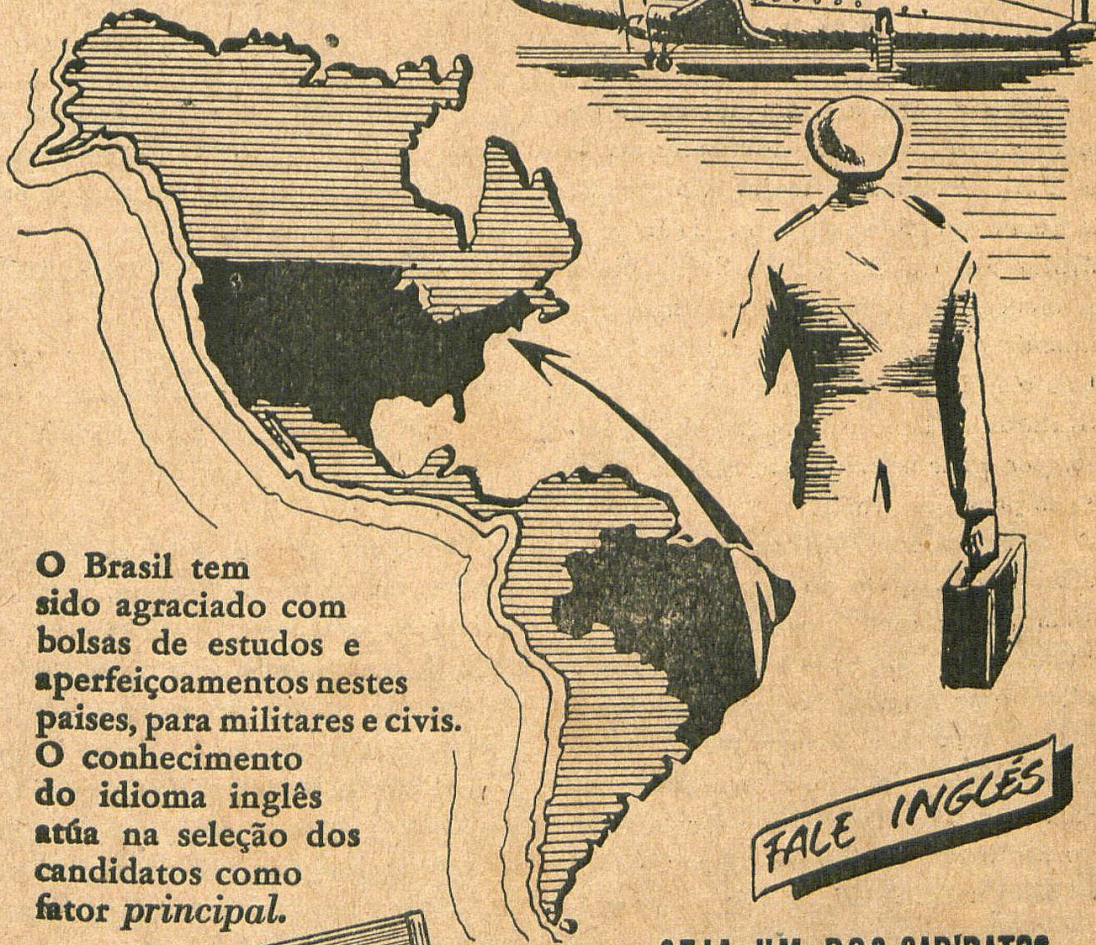
Recorta-se, no horizonte, o perfil de uma elevação que cresce à medida que as naves se adiantam.

Semana da Páscoa. Os lusos batizam o acidente geográfico, com o nome de Monte Pascoal.

E nesse dia incorpora-se, no cenário do mundo civilizado, a terra de Santa Cruz.

OPORTUNIDADE AOS QUE FALAM INGLÊS

*Cursos militares
nos Estados Unidos,
Canadá e Inglaterra.*



O Brasil tem sido agraciado com bolsas de estudos e aperfeiçoamentos nestes países, para militares e civis. O conhecimento do idioma inglês atúa na seleção dos candidatos como fator principal.

FALÉ INGLÊS

SEJA UM DOS CADIDATOS
QUANDO VOCÊ FALAR INGLÊS

CURSO COMPLETO

CR\$ **350,00**

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: DE DISCOS RCA VICTOR

CASSIO MUNIZ S. A.

IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

Praça da República, 309 - São Paulo

Major Tisiano F. de Leoni

da B.M. do Rio Grande do Sul

O RUMO CERTO

“E Polícia queremos ser, na Paz e na Guerra! Só Polícia!
Nada mais!”.

Esteve entre nós, em missão de estudos e observação das atividades atuais da Fôrça Pública, o major Tisiano F. de Leoni, sub-chefe do e.m. da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Oficial de escol e de raros méritos, vem se perfilhando o major Tisiano entre os batalhadores das boas causas das Polícias Militares do Brasil, propugnando, de início, por mais estreito intercâmbio entre as corporações irmãs.

Nosso Clube Militar, por sua diretoria, às vespéras do regresso daquele oficial, prestou-lhe singela homenagem em sua sede. Em nome da entidade, o cel. Albino Augusto Rêgo, seu vice-presidente, saudou o homenageado, solicitando ao cel. Cândido Bravo que interpretasse, naquele momento, o pensamento e o sentir dos oficiais da Fôrça Pública de São Paulo. O cel. Bravo, em magnífico improvisado, evocou as lutas travadas pelas conquistas das Polícias Militares, lembrando os vultos que nelas mais se empenharam. Disse da satisfação dos oficiais da Fôrça Pública por verificarem que a luta em prol dos mesmos ideais não esmoreceu e que vai sendo conduzida por novos capitães intemoratos, entre os quais vem surgindo como vulto de proa o major Tisiano. Terminou brindando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e os artífices de sua grandeza.

Agradecendo, o major Tisiano F. Leoni, pronunciou belo discurso, cujos principais conceitos, por oportunos, passamos a transcrever. Ei-lós:

— QUEBRA OS FERROS, PROMETEU!

Honrado com esta recepção eu a recebo com os olhos voltados para a tropa a que pertenço que é a própria história do Rio Grande e que com êle se confunde.

Sim, por que não foras tu, Brigada Militar, teu renome de bravura, sacrifício e renúncia e, sobretudo, tua tradição de lealdade, não estaria eu aqui, usufruindo da ventura insigne de ser mimado no momento presente.

E é pela Brigada Militar, sentinela vigilante do acampamento que é o Rio Grande do Sul, que vos agradeço, companheiros paulistas, êste ato que para mim — para nós lá no extremo sul do Brasil — funciona como um estímulo.

Não posso furtar-me de — aproveitando a oportunidade — dirigir-vos algumas palavras sôbre o momento presente que é de calma mas que, bem estudado, é um verdadeiro trampolim histórico: saltará mais alto e mais longe aquêle que melhor preparado estiver.

Deixo, porém, perfeitamente esclarecido que minhas palavras são pessoais, minhas exclusivamente, não estando auto-

rizado a proferi-las em nome da Brigada Militar. Entretanto, qualquer semelhança com o pensamento dela é mera coincidência...

Há, em todo o Brasil, um movimento de reestruturação das polícias — polícias civis — sobretudo.

No Rio Grande êsse movimento provocou reação na Brigada Militar.

Chegamos, finalmente, à conclusão que se faz mister uma modificação estrutural para podermos abordar de frente a execução da missão precípua de todas as Polícias Militares do Brasil: o policiamento.

Fui então escolhido para estudar a organização da Fôrça Pública de São Paulo, que sabíamos ser a mais adiantada na adaptação para o policiamento, como o fôra, em tempos idos, na instrução militar. Talvez fruto do espírito pioneiro que é a expressão da alma bandeirante que não se satisfaz com outra posição que não a vanguarda.

Vi muito e aprendi alguma coisa.

Quis dar uma olhada também na co-irmã carioca, ao mesmo tempo que bebia na Fonte de Juventa de Monseñor Arruda Câmara e do cel. Peres Barbosa a energia necessária e a orientação segura na questão do futuro das Polícias Militares.

Lá, no Distrito Federal, me convenci de que o movimento de reestruturação das polícias obedece a um plano geral, naturalmente ordenado.

Enquanto a Guarda Civil carioca procura elevar o número de seus elementos de 2.000 para 4.000 homens, o Cmt Geral da Polícia Militar estuda um projeto para aumentar de algumas unidades sua Polícia Militar e colocar sob seu comando todas as polícias da Capital da

República, cujo número, diga-se de passagem, não é pequeno.

Infelizmente não há coordenação, tudo é feito empiricamente, sem que os técnicos sejam ouvidos. Voltaremos a êsse ponto.

Pretendemos, no Rio Grande do Sul, no plano político — criar a Secretaria da Segurança Pública, unificando todas as Polícias do Estado, regulamentando-as, dando-lhes as mais diversas missões, de acôrdo com suas especialidades, **MAS PERFEITAMENTE COORDENADAS ENTRE SI**, o que não acontece atualmente.

Enquanto quase todos os órgãos policiais civis estão subordinados à Chefia de Polícia, a Brigada Militar faz parte da Secretaria do Interior.

Entre o Chefe de Polícia e o Comandante Geral há a mais perfeita identidade de vistas.

Entretanto, ainda está longe, mas muito longe mesmo, de ser bem recebida como deve, uma ordem direta de um delegado — mesmo especializado — a um oficial nosso, em serviço de policiamento. É que não têm um chefe comum e o hábito militar de só obedecer superiores hierárquicos, criou fundas raízes.

Com a criação da Secretaria de Segurança, além destes, outros óbices seriam superados.

NO PLANO PRÁTICO — enquanto não se objetivarem as proposições que foram objeto de uma palestra nossa na Capital Federal, da qual lerei os tópicos mais importantes, queremos dar à Brigada Militar uma organização mais dutil, a exemplo do que já foi e continua sendo feito nesta Fôrça Pública, quer transformando unidades em batalhões policiais, quer fazendo-as mistas, quer au-

mentando o número das Cias. Independentes já existentes.

Nós, como os senhores, policiamos todo o Estado, no interior. O sistema é idêntico: o mesmo empirismo, principalmente polícia repressiva. A preventiva é exercida mais pelo fenômeno catártico do que por ação inteligente e predefinida.

No tocante ao policiamento da Capital, tenho a impressão que o nosso sistema é melhor. Quando o elaboramos — pois que é de nossa autoria — tivemos a preocupação de melhorar o que observáramos aqui.

A cidade foi dividida em zonas, de acordo com os distritos policiais. A zona do centro ficou com a Guarda Civil. (Os edifícios públicos, Palácio do Governo e guarnições diversas, continuam, porém, a cargo da Brigada Militar, mesmo na zona atribuída à Guarda Civil)

Os distritos industriais, residenciais e os dos arrabaldes ficaram exclusivamente a nosso cargo. Em cada distrito colocamos um pelotão policial de efetivo variável, encarregado de todo o serviço policial do distrito, com sede na delegacia, aí residindo mesmo os elementos solteiros.

Somente o titular, o Delegado de Polícia (de carreira) não é da Brigada Militar. Até o pessoal burocrata, escrivães, etc. etc. é brigadiano. Quando o Delegado sai, exerce suas funções o oficial cmt. do Pelotão Policial do distrito, responsável pelo seu policiamento. Este sistema tem sido aprovado e merecido louvores até da Imprensa, que a princípio nos atacava.

No PLANO INTELECTUAL, de instrução, de preparação para a missão — começamos um pouco tarde, é verdade, mas começamos já e de rijo, a

ep sosmo sou policial e técnica ensinar a formação, incentivando a instrução policial nos corpos de tropa e realizando séries de conferências para os oficiais. Infelizmente as matérias fundamentais e as militares, nos cursos, ainda absorvem a grande maioria das horas do currículo. Mas a coisa vai sendo levada paulatinamente. O principal já se está realizando que é a transformação da mentalidade.

Para sazonar um pouco mais o espírito policial dos jovens aspirantes, propuzemos ao nosso comandante que, a exemplo do que já fazem alguns, todos sejam obrigados a fazer um estágio no Instituto de Polícia Técnica e nas diversas especializadas, dando plantão noturno, atendendo e resolvendo as mais variadas ocorrências, com a supervisão do delegado de plantão, quando do fim do curso, antes de serem apresentados na tropa.

No tocante a PESSOAL, nosso problema não é de alistamento, é de verbas.

Sendo o interior do Rio Grande pouco industrial, com zonas mesmo onde não há indústria nenhuma a não ser a pastoril, o homem, fisicamente são, embora com poucas luzes intelectuais, mas quase sempre moralmente sadio, buscando libertar-se das ínfimas condições de vida de POSTEIRO ou de PIÃO DE ESTÂNCIA, elege a Brigada Militar, força tradicional, querida e respeitada, para devolver-lhe a estima dos outros e a de si próprio.

Busca-a mesmo com afã. Sujeita-se a longos meses de espera até que "se abra o decreto", expressão pitoresca com que se designa a aceitação de voluntários pela Brigada. Seu maior sonho é

FAZER-SE para poder exhibir-se às cabrochas conhecidas.

São homens infinitamente melhores que os da cidade, pois por influência mesológica são respeitadores e valentes, condições dificilmente reunidas num mesmo indivíduo.

Respeitador, porque as reduzidas posses obrigaram-no a respeitar sempre o *DONO DAS TERRAS*. Valente porque é essa sua condição de vida, é do habitat, é do moral das gentes brasileiras, hiperbolizado no gaúcho, pelo concurso do espanhol, seus vizinhos que o temperaram nas "califórnia", pelo passado de lutas e pelos "causos" que ouve ao pé do fogo, no chimarrear, crêde é sempre exaltada a coragem do homem, o valor do cavalo e a beleza das mulheres...

E traz também o sentimento de liberdade na alma, *PORQUE* há ausência de altas serras e nas enormes coxilhas do pago nativo nada se interpõe entre o horizonte e o infinito; *PORQUE* as próprias condições de trabalho, obrigam sempre a correr pelos campos em fora; *PORQUE* há facilidade de movimentos que lhe dá o *FLETE*, o cavalo, que embora pertença ao *PATRÃO* é usado como um meio *NATURAL* de locomoção; e por fim, *PORQUE* a ausência de obrigações horárias no trabalho, habitua o homem a dispor de si mesmo como bem entende.

Sujeita-se à disciplina militar pela ânsia de *SER* alguém e porque a compreende necessária.

Há os desajustados, que reagem quando o *ARRÓXO* é muito forte logo na chegada ao *TRONCO*, escouceiam e sacodem os arreios e quase sempre ficam aporreados...

Deve-se culpar aí o cavaleiro da cidade que não soube ensilhar o pingo chucro e de pêlo duro, mas sem baldas, do campo...

E flor de gente tínhamos quando podíamos fazer reservistas porque aí o filho do patrão também vinha *TIRAR O SEU TEMPO*, para depois vangloriar-se, à beira do fogo, no galpão, para a peonada: "Uma veis, quando eu era cabo da Brigada, numas carrera..." e lá vinha um caso de valentia...

Perdoem-me, companheiros, esta disparada pelos rincões e repechos do amado solo nativo, mas eu falo a quem sabe compreender o amor à terra em que se nasce.

E eu acho que "já tô memo" é com saudade do minuano...

—:—

Dizia eu que não me convencera de que a reestruturação das polícias em geral obedecia a um plano e que estava sendo feito sem o concurso dos técnicos.

Vi isso por onde quer que tivesse passado.

Sendo nós, policiais — tratando-se portanto de nosso futuro, de nossa vida, da missão que a nós compete executar, da nossa sobrevivência, de nosso concurso à grandesa do Brasil — não vejo porque não se estude o problema no âmbito nacional e abertamente, com a nossa cooperação, pois que somos diretamente interessados.

Sou mesmo, como bem friza o exmo. sr. gen. Danton Garrastazu, no seu relatório de 1950, da Polícia Militar Carioca — por se provocar um congresso de polícias militares para se tratar do assunto. Melhor talvez, seja organizar, por um grupo de oficiais e de técnicos, um projeto e submetê-lo, por cópia, a

exame de tôdas as co-irmãs. É mais objetivo, mais rápido e mais prático.

Fala-se na mudança da Carta Magna. Fácil é prever que realmente ela será revisada. Devemos, pois, estar preparados para essa eventualidade que nos proporcionará os meios de colimar nosso desiderato.

Si a idéia em marcha é de reestruturação das polícias não vejo porque não cooperarmos. A vida e o progresso são perpetuos "AVANTES". Aquêles que estaciona começa a morrer.

Desde Neaderthal, o homem, quando se agregou a outro, renunciou parte de sua liberdade em benefício do grupo social. E a humanidade vem seguindo êste processo, em crescendo, até os nossos dias.

Atentai que hoje não é de liberdade a fome dos povos da Terra, mas de Justiça. E nós, no Brasil, queremos nadar contra a maré. Temos liberdade de mais e justiça de menos, o que fatalmente nos conduzirá a perder completamente aquela, porque o excesso de liberdade sempre foi o assassino da liberdade.

Procuremos substitui-la pela Justiça, proporcionalmente!

E o que nós queremos é precisamente preservar a Liberdade indispensável, auxiliando a Justiça, no plano que toca à Polícia.

E Polícia queremos ser, na Paz e na Guerra! Só Polícia! Nada mais!

Queremos se elabore o CÓDIGO POLICIAL que regulará nossa ação uniformemente em todo o Brasil, dando-nos missões objetivas, como os Tribunais de Polícia por exemplo. Sabemos que isso é difícil porque seria a refusão de todo o sistema judicial do País, mas não pretendemos conseguir tudo de uma só etapa. É uma meta, um objetivo, um fanal!

Êste, si muito próximo, terra a terra, encandeia, só orienta e guia quando afastado.

Eis um trabalho que deve ser feito por vós que tendes elites e técnicos: O CÓDIGO POLICIAL! Que ao sairmos daqui já esteja nomeada a comissão para sua elaboração, à qual se juntarão autoridades civis doudas.

O paulista é objetivo. E isso é trabalhar objetivamente. Seria mais um serviço prestado por São Paulo ao Brasil.

No Rio de Janeiro tive oportunidade de falar com muitos colegas da co-irmã carioca e principalmente com o seu e nosso lider, o dinâmico cel. Peres Barbosa. Disse-me s.s. que monsenhor Arruda Câmara, o nosso grande batalhador, havia fundido os projetos de São Paulo e Rio Grande e atualizado a lei 192 no substitutivo que apresentara e que foi dado a relatar a um senhor Gil Soares que não se preocupou muito com o mesmo. Está-se tentando reaver o documento mesmo sem relatar... Entretanto, êle não é definitivo, é feito mais para alertar os camaradas.

Tive oportunidade de palestrar com os irmãos daquela polícia, ocasião em que disse, entre outras, as palavras que se seguem:

COMPANHEIROS!

Na minha tola ingenuidade pensei haver descoberto uma grande novidade quando esbocei a alguns companheiros da Fôrça Pública de São Paulo o meu plano para a reestruturação das Polícias Militares do Brasil. Quando estudei o assunto com o Peres vi que tudo quanto imaginara já havia sido tentado várias vezes. Não fiquei melindrado. Pelo contrário. Com essa redescoberta da ver-

lidade se comprova a força que nos congrega e se constata a solidez e a racionalidade de nossos anseios que se traduzem em poucas palavras: **QUEREMOS SER MAIS ÚTEIS AO POVO QUE NOS PAGA, QUEREMOS NOS SEJA DEVOLVIDA A DIGNIDADE PELO TRABALHO!**

Mas expliquemo-nos:

O policiamento no Brasil é precário, multiforme, empírico, caro, imensamente desorganizado e não merece a confiança do povo. Não nos convém remontar às causas desse caso. Fariamos correr muita água, nem sempre muito limpa e nada adiantaríamos. O fato é que *Fôrças Policiais ponderáveis* agem isoladamente, de forma estanque e exclusivista, quando não hostil, com fundos prejuizos da eficiência.

Somando tôdas as Polícias do Brasil — civis e militares — federais, estaduais, municipais e autárquicas não erramos e ficamos mesmo muito aquém quando afirmamos que somam mais de 100.000 homens, **SEM NORTE COMUM, SEM RUMO CERTO** e no entanto, **PAGOS PELO POVO PARA ATINGIR A MESMA META**. Por quê; Não nos interessa agora o porquê. Constatamos o fato e desafiamos se encontre explicação racional para o mesmo.

NÃO SABEMOS AINDA NEM MESMO O QUE SOMOS QUANTO MAIS O QUE DEVEMOS FAZER. O QUE NOS COMPETE FAZER E À POLÍCIA CIVIL, RÁDIO PATRULHA, GUARDA NOTURNA, VIGILANTES, etc. Não agimos nós, no receio de interferir. À outra polícia acontece a mesma coisa e assim ninguém age. Ninguém age, não, os desajustados, os cri-

minosos agem à vontade e não querem outra vida...

O impatriotismo dos responsáveis por esse estado de coisas não conhece limites: enquanto o inimigo, o mais temível, o mais determinado, o que deseja destruir as bases da sociedade, o que proclama a viabilidade de **TODOS OS MEIOS** desde que os fins sejam atingidos, está sólidamente organizado, obedecendo cegamente a um comando único, o que se traduz em ação uniforme em todo o território nacional, a polícia, que o deve combater e prevenir, é esparsa e dispersa, sem ligação entre si, não tem missão comum, não tem nada!

Tôdas as classes já conseguiram, para sua eficiência, a unificação, para que tenham uma mesma orientação, para que trabalhem uniformemente, em prol de um objetivo comum, definindo deveres e em defesa de seus interesses.

Mas as Polícias Militares quando se reúnem é porque tramam... e não obstante todos os nossos esforços, só foram coroados de êxito os esforços dos outros: criam-se todos os dias outros organismos policiais, tornando cada vez mais irresponsáveis os que já existem e também os novos, aumentando a confusão.

É sabido que pela lei do meio mínimo, mais conhecida por lei do menor esforço, pelas condições assim criadas a tôdas as polícias, funciona em larga escala o "isso não é comigo"; e, assim, tem vivido o Brasil, tendo de polícia somente a repressiva, a mais primitiva a mais grosseira forma de policiamento, a que só se preocupa com os efeitos, sem remontar às causas...

Por tudo isso, o anseio de unificação na classe já se tornou quase uma angústia.

Sentimos que não é possível mergulhar mais fundamente na ineficiência e que é preciso progredir tecnicamente.

Mas ninguém progride se não traz a decisão firmada em sua mente, si não tem a apoiá-lo a dignidade da função que exerce.

É preciso, pois, que sejam fixadas claramente as nossas missões, os nossos deveres. Não nos conformemos, eficientes que fomos, em apresentar, agora, ao povo de nossa terra, um-serviço tecnicamente fraco, moralmente tívio, funcionalmente canhestro.

Não se confunda, porém, êsse anseio com o desejo de **FEDERALIZAÇÃO**.

Queremos sejam nacionalizadas as regras de nosso serviço, queremos que nos seja dado um órgão diretor, mas sabemos que de forma alguma podemos — cada um de nós — Polícias dos Estados — fugir ao âmbito de nosso Estado. **E NEM O QUEREMOS.**

FEDERAÇÃO, SIM — FEDERALIZAÇÃO NÃO!

A Justiça, a organização judicial do país, se rege por uma única norma, sem deixar de ser lididamente estadual, sem ferir a autonomia do Estado, com órgãos de instância superior federal.

É precisamente o que queremos se faça connosco.

As Polícias de cada Estado, unificadas e sob Comando Único, obedecendo a orientação única, teriam por missão: exercer o policiamento repressivo, de trânsito, de costumes, rural, rodoviário, florestal, de caça e pesca, marítimo e aéreo, cooperação com as autoridades federais na repressão ao contrabando, cooperação com o serviço secreto do Exército, capturas, etc. mas, seria no **POLICIAMENTO PREVENTIVO**, o chamado policiamento administrativo, que sua

ação se faria sentir com vigor, com elementos especializados, para prevenir e evitar, assim, o crime, pelo desmonte de suas causas. Apresentaria, pela especialização, alto teor de qualidade.

Grande é a corrente que preconiza a modificação na organização judicial do país e segundo a qual se aproveitariam integralmente a energia e a capacidade dos oficiais, simplificando sobretudo a repressão e a punição das contravenções, das quais atualmente só as do tráfico são punidas e estas, a critério da menor autoridade possível, — o guarda de trânsito. Por isso se preconiza a criação dos **TRIBUNAIS DE POLÍCIA** ou juizes de instrução, que julgariam e puniriam em processo legal, mas rápido e sumário, tôdas as contravenções com aplicação imediata da pena, assim que ante êles, se conduzisse o contraventor e os elementos comprobatórios, conforme o caso.

Evitar-se-ia, assim, que se continuasse a deixar impunes as contravenções, na impossibilidade de fazer cumprir as leis e os regulamentos, o que sabemos não tem sido feito, por não o permitir a atual organização judiciária, que para qualquer ação exige inquérito policial longo e depois processo demorado, o que vem enterrar todo o trabalho de repressão, a qual só se faz sentir meses após a infração e isso quando se faz sentir.

Pelo atual sistema, a polícia, na impossibilidade de fazer para cada contravenção um processo, prefere nada fazer quando não aplica ela mesma, a punição arbitrariamente.

Os atuais delegados de Polícia e Comissários, formados em direito, seriam os juizes de instrução.

O Policiamento seria totalmente dirigido pelos oficiais das Polícias Militares os quais possuem curso regular que lhes dá ou dará, em prazo muito curto, suficiência para tal missão.

Essa atribuição colocaria de vez nossas forças e toda a polícia em sua verdadeira finalidade, dando aos nossos oficiais o prestígio público de que necessita qualquer ser humano para produzir integralmente.

Outro fator de capital importância para as nossas polícias é a seleção dos elementos a ela destinados.

Com a refusão de todas as Polícias em uma só corporação, em cada Estado, poder-se-iam evitar as grandes despesas com direção e administração, proporcionando assim, ao nosso homem, melhor remuneração, que atrairia melhores elementos para os nossos serviços, onde então se poderia de fato escolher os melhores pela seleção:

a) — **FÍSICA** — higidez perfeita, comprovada em exames diversos, apresentação, altura mínima, etc.; b) — **INTELECTUAL** — ler fluentemente e escrever correntemente, fazer as quatro operações com relativo desembaraço, etc.; c) — **NIVEL MENTAL** — inteligência, verificada em testes; d) — **NIVEL MORAL** — pela verificação da vida pregressa do candidato, atestados de conduta de firmas civis onde trabalhou, fôlha corrida, etc.; e, finalmente e) — **NIVEL PSÍQUICO** — contrôle de seu equilíbrio nervoso, de suas reações psico-motoras, por meio quer de psíco-testes, quer de provas próprias, especiais. Convém estudarmos também esta modalidade para estarmos preparados para fazê-la constar de leis futuras.

Sem êsse cuidado com os elementos que entram, dificilmente se melhorará o serviço produzido pelas nossas tropas.

A FORMAÇÃO — é outro capítulo a ser unificado. Os programas para todos os cursos de formação, de soldado, de cabo, de sargento e de oficial seriam iguais, feitos mediante entendimentos prévios entre todas as polícias. Poderiam os cursos ser feitos em Centros de Formação, já existentes, sendo os homens instruídos por grupos de estados, mediante convênios. Êsses Centros de Formação deveriam, por sua vez, sofrer radicais transformações, pois que hoje ensinam quase que exclusivamente assuntos militares, para assumirem as proporções de uma verdadeira Escola de Polícia, com laboratórios e tudo o mais.

Sem essa base comum é tolice exigir-se unidade de doutrina.

Sem similitude de conhecimentos não é possível enquadrar os homens numa mesma legislação.

ESTÁGIO — Fator importante de tirocínio e prática é o estágio dos aspirantes, pelo menos, findo o Curso de Formação, no mais importante Instituto de Polícia Técnica da Região, com passagem também pelas especializadas. Daria a êsses futuros instrutores e professores uma visão nítida e clara de como trabalha a polícia técnica, quais suas limitações, quais suas dependências, mostrando-lhes o valor de certas provas etc.

PROMOÇÃO — Para subtrair as Polícias Militares, o mais possível, aos efeitos da política local, do Estado a que pertence, é imprescindível sejam as normas para promoção também unificadas: iguais para qualquer polícia militar do país. Evitar-se-iam, assim, muitos desenganos. Sabemos, porém, de sua dificuldade pois geralmente implicam em despesa, o que viria ferir a autonomia do Estado. Convém, pois, estudar uma forma. Poder-se-ia elaborar um regulamento único de promoção e providenciar a

sua aprovação em cada Estado. Mesmo que houvesse cortes e emendas, a estrutura permaneceria a mesma.

APERFEIÇOAMENTO — Indispensável o aperfeiçoamento por parte dos oficiais. O aperfeiçoamento seria somente policial, feito em uma das Escolas de Polícia do País, previamente oficializada ou declarada válida. Poder-se-ia, mesmo, fixar uma data - 1960 por exemplo, — a partir da qual nenhum oficial seria promovido, a partir de capitão se não possuisse um dos cursos de especialização ou aperfeiçoamento que a carreira exige. Periódicamente poderia ainda ser feito um curso de atualização para oficiais e sargentos.

RECRUTAMENTO — Está em Estudo, na Câmara Federal, a reforma da Lei do Serviço Militar. Devemos procurar obter a LIVRE inclusão de qualquer brasileiro em nossas fileiras, desde que passe pelo crivo da seleção, seja ou não reservista, a partir de 18 anos de idade. As circunscrições seriam imediatamente notificadas da inclusão o que bastaria para ser o mesmo considerado reservista de 3.^a categoria. Quando de sua exclusão seria o S. Mob. igualmente notificado das razões da exclusão e da especialidade do homem.

INSTRUÇÃO MILITAR — As polícias militares continuariam a praticar certos ramos da Instrução Militar tais como **ORDEM UNIDA**, para a coesão, apresentação impecável e os reflexos de disciplina que imprime na tropa; **INSTRUÇÃO GERAL** — Regulamento de continências, organização, fardamentos etc., das forças militares do país e do estrangeiro, organização das polícias nacionais e estrangeiras etc.; **EDUCAÇÃO MORAL** — orientada sobretudo no desenvolvimento do carácter, honradez,

dignidade pessoal, espírito profissional, consciência da relevância de seu papel social etc.; **EDUCAÇÃO FÍSICA** — Geral para o desenvolvimento físico geral e especializado, ataque e defesa, natação, para desenvolver a auto-confiança do homem; **INSTRUÇÃO DE TIRO** - Revólver, pistola, metralhadora de mão, fuzil, fuzil - metralhadora, metralhadora pesada, lançamento de granadas e conhecimento e emprêgo de engenhos de defesa ativa para a hipótese da guerra; **COMBATE DE RUA E GUERRILHAS** — para ensinar aos homens essa espécie de combate que podem vir a ter necessidade de realizar com os conturbados horizontes político-sociais da atualidade. Tudo isso colimado por uma sólida e objetiva instrução policial, núcleo de todos os ensinamentos do policial militar.

CARACTERÍSTICAS MILITARES — As polícias militares jamais deverão perder as características militares, por muitos motivos, dentre os quais podemos destacar: — a) toda a organização policial deve possuir a faculdade de excluir ou expulsar, pura e simplesmente o homem que praticar um ato atentatório à moral, faltas funcionais graves, sem que as diversas leis trabalhistas possam interferir no processo saneador; b) — somos um povo latino necessitando da disciplina militar para manter a coesão: sem essa disciplina, por mais rigorosas que fôsem as exigências estatutárias, dentro em pouco a ordem periclitaria e mesmo por ser da índole do nosso povo que está habituado a ver, desde os primórdios de nossa história, no policial, um homem com disciplina militar.

UNIFORMES, ARMAMENTOS, etc. — Somos também de parecer sejam fixados uniformes iguais para todas as polícias militares do Brasil, variando sô-

mente o pano e as peças, de acôrdo com o clima, conservando, porém, exatamente o mesmo feitio, côr, etc. A vantagem seria múltipla, principalmente econômica, para a aquisição de matéria prima, uniformidade, etc. E seria mais um elo a nos unir.

O armamento também devia ser estandardizado, para haver sempre uniformidade, em tudo, nas Polícias Militares.

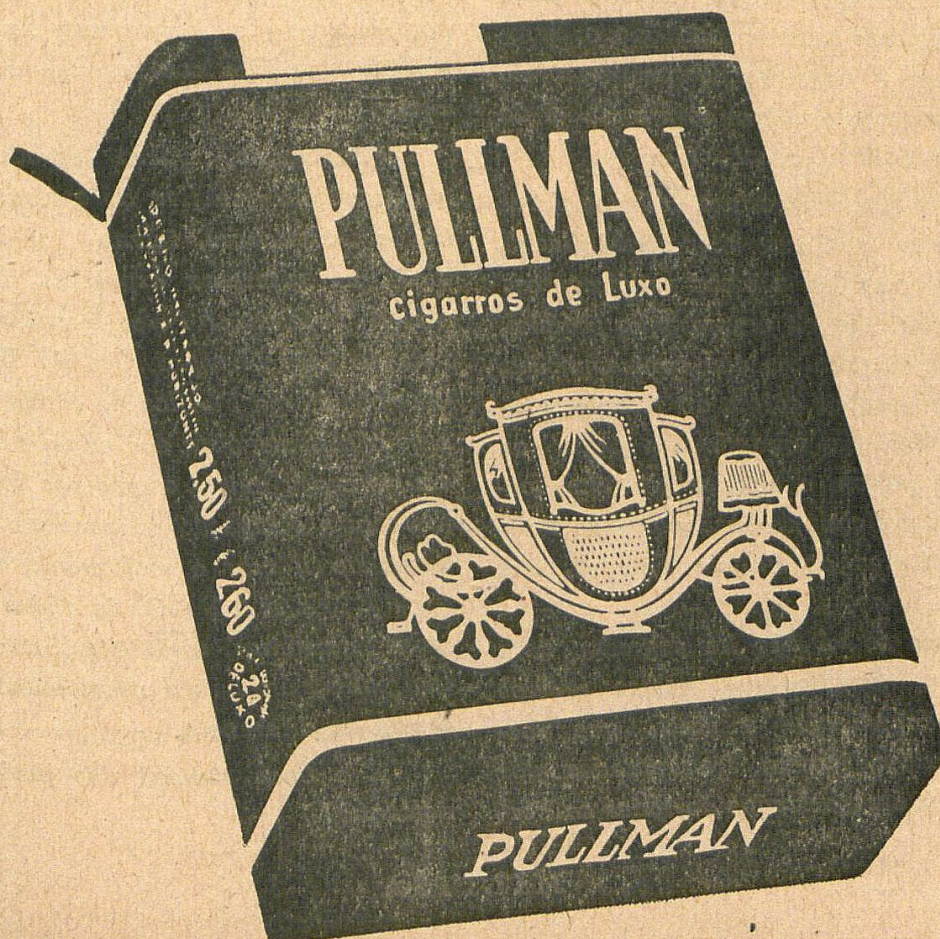
ORGANIZAÇÃO — A organização militar, rígida, torna-se por demais onerosa para os organismos policiais estatais e seria de grande conveniência que nos fôsse permitido livrarmo-nos desse pesado modelo, para adotarmos um mais próprio. Assim, em lugar de 10 unidades de 400 homens teríamos 2 de 2.000 o que pouparia não só o pessoal de administração como o de comando. As unidades ou sub-unidades deste organismo teriam ainda variado efetivo, de conformidade com a zona que lhes fôsse atri-

buida, com respectiva densidade demográfica, índole do povo, zoneamento geográfico etc. e os comandos seriam localizados sempre no epicentro dos destacamentos. A Polícia de São Paulo está ensaiando o policiamento do interior com Cias. Independentes. Realmente, quem trabalha no policiamento próprio dito, mesmo que se faça a reforma judiciária, é, no quadro de oficiais, de capitão para baixo.

Visamos, com isso pura e exclusivamente o interesse do Estado.

É preciso diminuir a despesa com administrações caríssimas para que se possa remunerar melhor os postos iniciais e assim atrair melhores voluntários para as nossas fileiras. Falamos contra os nossos próprios interesses pessoais imediatos, mas há um jôgo de interesses bem mais superiores...

Seríamos dignificados pela função policial que exerceríamos e não pelo



posto militar que ostentássemos e damos assim uma prova da cristalinidade de nossas intenções.

VENCIMENTOS — Como o mais direto beneficiado é o próprio Estado pelas condições ideais de trabalho que a tranqüilidade e o respeito à lei criam, mercê de uma polícia eficiente, deve e cabe ao próprio Estado o pagamento de sua polícia.

Isso é ponto pacífico e nem poderia ser diferente a não ser que nosso regime fôsse unitário.

Assim, uma das poucas coisas em que não seríamos igualados seria no valor numérico dos vencimentos. Como são diferentes os padrões de vida de região para região seria sensivelmente igual o poder aquisitivo de cada posto ou função. Os estados mais ricos poderiam pagar melhor sua polícia tendo sempre cada vez melhores elementos, pela seleção que isso possibilita.

Entretanto, qualquer Estado pode nos remunerar melhor logo que o livre-mos, com a organização proposta, do pesado encargo que tem com a Babel da máquina policial atual.

Em troca, nos seriam dadas maiores atribuições, maiores responsabilidades, para fazermos jus a êsses vencimentos. Com a mudança da organização judicial, o sistema de multas das contravenções, carregaria para os cofres do Estado, pingues verbas que ajudariam a pagar sua eficiente polícia e a criar melhores organismos policiais como Escolas de Polícia, Institutos de Polícia Técnica, etc, etc.

Como se vê não há segredos nem segundas intenções nos nossos anseios e seria conveniente mesmo que nossas reuniões fôssem freqüentadas por elementos categorizados de tôdas as Fôr-

ças Armadas do país e também por elementos da Polícia Civil, pois, o que queremos é uma melhor organização para que as leis sejam mais respeitadas, a ordem mais preservada, o povo melhor servido, a Justiça melhor ajudada, e a autoridade, sobretudo - tão achincalhada em nosso país, tão desrespeitada — erigida em símbolo da Justiça!

Sobre nós recái a tremenda responsabilidade de preservar a paz interna e crime de desídia é cruzar os braços quando a nação pode utilizar-nos muito melhor do que nos usa hoje.

Recomendo a todos os policiais-militares do Brasil o Relatório do exmo. sr. General Garrastazu, Cmt. da P.M. do Distrito Federal que, *mutatis-mutandis*, preconiza tudo quanto aqui dissemos. S. excia., entretanto, já de longa data vem martelando nessa tecla. É justo que ajudemos tôdas as vozes que se levantam nesse sentido e esta não só por ser a de um general do Exército como por ser a de um Comandante de Polícia Militar que fala com conhecimento de causa.

Finalizando, quero agradecer a oportunidade que tive de externar estas idéias talvez boas, talvez "boi de piranha", na pitoresca expressão do intemerato batalhador Peres Barbosa, à Polícia Militar Numero Um do Brasil, à Gloriosa Fôrça Pública do Estado Líder, a seus oficiais, elite dos oficiais de polícia de nossa pátria e que por isso mesmo têm a obrigação de conduzir a bandeira, de liderar o movimento em prol da **FEDERAÇÃO** de tôdas as polícias brasileiras, civis e militares, porque polícia é uma só: nosso botocudismo é que as diferencia.

É o ônus natural das posições de destaque!

É obrigação de Chefia!

É missão de vanguarda!

E uma vanguarda displicente compromete a segurança do grosso que nela confia (e lá veiu o ráio da militância...).

Quando o homem não está à altura de sua destinação histórica mutila e retarda o progresso e arca com o desprezo das gerações vindouras.

Parece-me que foi Lamartine quem disse que a Pátria é onde repousam as cinzas dos antepassados e que se confunde, às vèzes, com estas cinzas mesmas.

Si assim é, eu invoco a Pátria na cinza daquelas mulheres formidáveis que se negaram a receber os maridos e os irmãos enquanto não lavassem o labéu da derrota do Capão da Traição.

Que do Walhalla, onde elas imperram, jamais tenham que sair, quais Walkírias, de Odin, cavalgando em fúria sobre corpos mutilados de crianças, sobre virgens violadas, sobre incêndios, destroços, corpos carbonizados, lágrimas e sangue para nos pedir contas de nossa incúria, porque si algo acontecer no plano social todos nos jogarão a culpa.

A criminosa indiferença em organizar uma polícia única, moralizada, e na altura de nossas necessidades tem estimulado o crescimento e o atrevimento das hordas a serviço de Moscou e a criminalidade em geral.

É nosso dever levantar bem alto a nossa voz, alertando os poderes públicos.

Si cegos e surdos continuarem, nós continuaremos a bradar e algo se fará, porque nada é perdido na dinâmica universal.

PAULISTAS, meus irmãos, muito já tendes marchado, mais do que todos nós, no novo caminho. Contudo, estamos todos, no início da primeira etapa. Muito há ainda a fazer.

Lembrai-vos de que temos de marchar todos juntos.

O apólogo do feixe de varas esteja sempre em nossa mente.

Enquanto existir uma só polícia militar que não sintonize com tôdas as demais, as forças desagregadoras — interessadas na desordem — utilizar-se-ão do fato, como fermento deletério, na ânsia de destruir o conjunto.

S. Paulo, tú és o irmão mais velho, mais rico e mais forte e, como tal, não podes escolher, teu posto é a vanguarda: a não ser que renunciés à primogenitura...

Aí, porém, Borba Gato, Paes Leme, Jorge Velho, cinzas sagradas, onde a grandeza de S. Paulo haure suas forças, vos dirão coisas que não poderão ser ouvidas sem corar...

Mas não, tu não permitirás que um preconceito te paralize. É preciso que mostres a todo o Brasil o que pretende a família. É preciso que mostres que só queremos trabalhar e cooperar. É preciso desarmar as consciências prevenidas contra nós. Mas ao mesmo tempo é preciso que saíamos desta eterna minoridade. Nós mesmos, sempre em cooperação, mas nós mesmos, queremos resolver os NOSSOS problemas. Basta de tutores.

S. Paulo, eis tua missão! Agora caminha que nós te seguiremos:

Sansão, derrota as colunas,

Quebra os ferros, Prometheu!"...

Carta aberta a um miliciano (*)

Miliciano :

Que graduação tens? Não importa. És, dentro da corporação e face à sociedade, importante, quiçá importantíssimo.

És o primeiro a chegar ao local do acontecimento. Tens deveres que a tudo te obrigam. A sociedade espera ansiosa, contrita, a tua chegada. Para ela os segundos são horas e os minutos intermináveis.

Estás, porém, habilitado a corresponder aos anseios dessa sociedade, ávida por tua presença? Sabes o que fazer quando chegares? Já pensaste em tua responsabilidade?

Se souberes agir tua presença será um alívio para todos. És, pois, permanentemente, depositário do prestígio da Corporação.

Teu chefe imediato não conseguirá instruir-te sobre cada caso. É imprescindível que te prepares para solucionar os mais variados problemas policiais.

Cada miliciano toma seu posto; de sua ação pessoal acertada resulta a atuação harmônica e reta da milícia comum. A sociedade, sempre exigente, observa, uma a uma, as ações dos homens responsáveis por sua segurança. Se agires mal será tua perdição: todos se voltarão contra ti e não pouparão o nome de tua Corporação. Serás repudiado e terás comprometido o prestígio da Instituição a que pertences.

(*) Adaptado de "Carta abierta a un patrullero", do ten. de carabineiros Hugo Hinrichsen González, publicada na "Revista de Carabineros de Chile". Tradução e adaptação do cap. Bento Barros Ferraz.

Não te esqueças, pois, de que antes de tudo deves manter bem alto o nome de tua Corporação. Para tanto urge preparar-te, estudar!

Estás presente a uma nova etapa da vida da Corporação. A ti compete colher os primeiros louros que marcarão o teu prestígio ou comprometer-lhe irremediavelmente o nome, através de ações erradas ou omissões. Amanhã, outro miliciano virá substituir-te e há de admirar, com orgulho, o fruto do teu trabalho.

Recorda que de ti depende, em grande parte, o valor e o prestígio de tua unidade, vale dizer de tua Corporação, do Estado e da Pátria!

Deves procurar, tanto quanto possível, ser completo. Tua ação será variada: incêndios, acidentes no trânsito, suicídios, homicídios, lesões, desordens, calamidades, assaltos, brigas, auxílio ao público... Não confies muito nos meios de que dispões. Quando tudo correr bem eles te auxiliarão. Mas, se falharem, não te entregues à inércia. Procura a solução.

Deves ser cortês com o público e deixá-lo certo de que sabes tua profissão. Precisas dar-lhe a certeza de que és capaz, de que ocupas um cargo conquistado pelo mérito pessoal e de que só te utilizas dêle para o bem-estar social, para ajudar o fraco...

O povo observa tôdas as tuas ações. Em lugar de ocultar-te, mostra-te com o orgulho íntimo de saber que és merecedor da confiança pública. Quando agires, faze-o sem medo. Estudaste e sabes o que fazer. Não podes errar, pois um sentimento nobre te inspira.

Miliciano: Estás compenetrado de tua importância? Anotas-te tua responsabilidade face a teus companheiros e frente à sociedade?

És importante, quiçá importantíssimo...

COISAS DA FÔRÇA PÚBLICA

Cel. Anchieta Torres

— I —

Forragem do Comandante

Até a proclamação da República, nos quadros de fixação de vencimentos do Corpo Policial Permanente, os do comandante, fiscal e ajudante se distribuíam entre: sôlido gratificação e forragem.

Até aí, nada de mais.

Sendo eles os únicos oficiais montados na corporação era natural recebessem o quantitativo para o sustento de suas montadas.

O que causava estranheza, no entanto, era o **quantum** que cada um recebia: comandante 1\$500, fiscal 1\$400 e ajudante 1\$000, por dia. Por que essa disparidade? Teria o cavalo do comandante, no meio cavalhar, posto superior ao do fiscal e o dêste seria superior ao do ajudante? Ou, por outra, seria o estômago dêste menor do que os daqueles?

Nada disso acontecia. Naquele tempo a forragem era cara. Rela-

tivamente mais cara do que hoje e isto o afirmamos porque em 1893, primeiro ano em que o Estado tomou a si o forrageamento dos animais da já Fôrça Pública, o quilo de alfafa custava \$240, o do milho \$220, o do farelo de Lisboa \$300, o do sal \$200 e o capim \$100, conforme se verifica do termo de contrato então celebrado com o respectivo fornecedor. Com as importâncias recebidas não era possível comprar a forragem necessária.

O que nos parece é que a questão da forragem tinha outra finalidade. Visava ela a concessão de uma espécie de gratificação especial aos oficiais citados. Recebiam eles aquelas importâncias, apreciáveis, dados os vencimentos que o Estado lhes pagava e os cavalos eram soltos nos inúmeros pastos existentes nas margens do Tamanduateí e do Anhangabaú. E lá se arranjassem como pudessem. Uma vez por outra um punhado de milho, uma pitada de sal e só. Como eles não podiam reclamar tudo se arranjava sem maiores tropeços.

E nos casos de funções interinas? Como era distribuido o quantitativo para a forragem? A lei previa também êsses casos. E das tabelas anexas à da fixação da Fôr-



ça, constava invariavelmente a seguinte observação:

«OS OFICIAIS PERDERÃO AS FORRAGENS SEMPRE QUE NÃO

ESTIVEREM EM EXERCÍCIO. OS QUE SUBSTITUÍREM O COMANDANTE, O FISCAL E O AJUDANTE RECEBERÃO AS FORRAGENS DAQUELES».

— II —

Serviço de Saúde

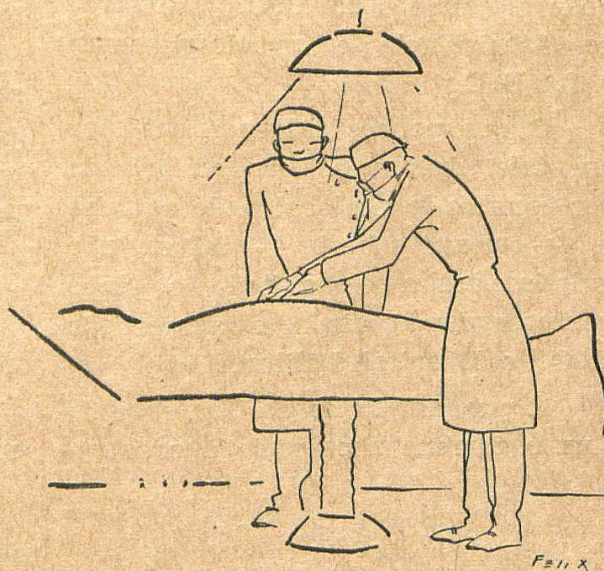
Até 3 de dezembro de 1892 o nosso Serviço de Saúde era composto de... um médico apenas e o trabalho a êle atribuído, conforme os termos regulamentares, era de arrear a carreira aos mais abnegados.

A princípio, além de cirurgião deveria também conhecer o ofício de boticário. Não se limitava a receitar. Preparava aquilo que receitava, o que, de certo modo, era uma garantia para o doente.

Posteriormente deixou de ser boticário, mas competia-lhe, entre outras coisas, responder pelo tratamento dos doentes da corporação, pela limpeza, boa ordem e regularidade da enfermaria, a qual deveria visitar uma vez cada dia; organizar e fazer chegar diariamente, às mãos do comandante, um mapa dos doentes baixados à mesma enfermaria; passar revista médica diária à praça do corpo assim como, aos civís candidatos ao alistamento e, finalmente examinar os gêneros alimentícios que tivessem de entrar para a arrecadação. E não era só. Deveria ainda fazer chegar o fato ao conhecimento do comandante, sendo responsabilizado pela demora da participação, sempre que alguma praça simulasse doença, para se furtar ao serviço

e estar sempre atento e vigilante no sentido de levar ao conhecimento do seu chefe qualquer medida que julgasse necessária, a bem da higiene e da saúde dos elementos da corporação.

Com a reorganização de 1892, segundo a qual surgiu a Fôrça Pública com a denominação que ainda hoje conserva, foi criado o Hospital Militar e, em consequência, aumentado o número de médicos, sendo



contratados mais três, ficando o serviço de saúde com quatro, dos quais foi designado para primeiro diretor do hospital recém-criado, o dr. Luiz Felipe Jardim.

E o tratamento das praças ? Onde era feito ? A princípio, em uma enfermaria instalada em dependência do quartel. Posteriormente foi transferida para um prédio situado no Bom Retiro, onde hoje se localiza o desinfetório central;

dali foi, em 1893, já como Hospital Militar, para a Avenida Intendência n.º 12, no Bráz; retornou ao Bom Retiro e, em 1900, foi instalado no atual hospital, ainda não acabado, sendo de notar-se que só em 1916 foi êle inaugurado.

— III —

Quartel da Luz

O Quartel da Luz que, para a Fôrça Pública é um símbolo e que se ergue majestoso na Avenida Tiradentes, é obra do saudoso arquiteto RAMOS DE AZEVEDO. Foi construído na última década do século passado e, no seu tempo, foi o melhor existente no Estado de São Paulo. Ainda hoje preenche sua finalidade alojando o 1.º B.C., o Serviço de Subsistência e, provisoriamente o 2.º B.C.

O que poucos sabem é que, por um trís, deixou o belo edifício de ser construído no local onde se acha e, — quem sabe ? — talvez não existisse, assim como todo o bloco compreendendo ainda o quartel do R.C. e Hospital Militar.

É que, adquirido do Convento da Luz o terreno necessário à constru-

ção do Quartel, pela Lei n.º 124, de 28 de maio de 1886, art. 7.º, foi o Estado autorizado a revendê-lo, destinando a importância obtida à construção de um edifício para a Escola Normal da Capital, no terreno ocupado pelo antigo quartel de linha — onde se encontra hoje o Palácio da Justiça — ou em outro local.

Em boa hora essa transação não se realizou, o que também não prejudicou a construção do prédio destinado à Escola Normal da Capital, atual Instituto de Educação «Caetano de Campos».

E, parece-nos, apesar de concluído há tantos anos, ninguém se lembrou ainda de inaugurar oficialmente o velho Quartel da Luz.

— :: —

“Patriotismo não é verbalismo, é ação. Sê patriota produzindo”

Amor Materno

Sargento Azarias de Oliveira

Mãe, pequenina palavra ostentando, na simplicidade de três letras, uma significação de grandeza imensa. O teu amor é chama inapagável refulgindo no crepúsculo de nossos padecimentos. Teu coração fundido de abnegação e bondade é o cálice sempre aberto às desoladoras e infindáveis amarguras.

Grandiosa é a tua missão na terra; vives entre duas excelsas virtudes: a nobreza de ser humilde e a grandeza de ser mãe.

Chorar, abençoar, sofrer e perdoar eis o teu lema neste vasto planeta de lágrimas e sofrimentos. Quando aflora um sorriso aos teus lábios, se divisa a poesia que deslumbra a fronte de uma santa. Sofre um filho, imediatamente eis-te curvada, humildemente, ante o santuário, em meditação profunda, mãos postas, rogando, na mansuetude das noites silenciosas, pelo filho que geme, oferecendo ao Altíssimo preces fervorosas. Tuas lágrimas ardentes são gotas cruciantes que se convertem em pérolas para reluzir no diadema tecido pelas tenazes da dor, na grande oficina das angústias terrenas.

Ó criatura humilde! Quanto é grande e profundo o teu martírio e maior ainda o teu coração, que a todos os instantes se abre para receber os golpes de nossa ingratitude, como heroína silenciosa, verdadeira mártir abraçada aos constantes cuidados dos filhos, absorta em pensamentos íntimos, na intercâmbio de aflições e sobressaltos. Mensageira incansável, trazendo-nos, em suas

“Entre toutes les femmes, il ny a de vrai que notre mère”.

Maurice Barrés

piedosas mãos, o amparo confortador, alentando-nos com a doçura santificada de suas preces piedosas.

Com razão é que um escritor afirmou “Ser mãe é destruir-se para erguer um porvir melhor. Nesse sacrifício, está a mais alta sublimidade e a mais pura beleza da mulher”.

Que maravilhosa expressão de louvor a essas santas, razão de nossa vida, que se desdobram nos maiores tormentos para colher as menores alegrias. Felizes os que possuem essa Fada de bondade e de ternura, porque terão o refrigerio, qual fonte sagrada a emanar consolações suavíssimas. Preciosa flor humana, de onde se deriva esplêndido perfume, recendendo em nossas vidas como fluidos celestes. Devíamos fazer dessas santas o templo para o culto sagrado e enfeitando-o com as flôres da nossa gratidão.

Essas pobrezinhas esquecidas, que vivem vergadas sob o pêso da crueldade humana têm, no semblante, reflexos de tristezas celestes, divinizados pela luminosa alvura de Maria Virgem, a Mãe das mães, cujo coração foi alanceado pelo inaudito sofrimento do seu filho querido, ao vir ao mundo para salvar a humanidade, e que somente a dor de um Deus poderia redimi-la.

Mãe “tens a alma com tanto de amor como o céu tem de azul”!

A DEFESA FLORESTAL

do Estado de São Paulo

Eng. Agr. Roberto de Melo Alvarenga

A defesa florestal no Estado de São Paulo tem sido, de uma maneira geral, inócua. A sua história é antes de vacilações e recursos do que de vitórias e triunfos. Esse quadro pessimista é plenamente justificado pelas estatísticas que nos mostram o declínio progressivo do nosso patrimônio florestal nativo. Para o resto do Brasil, o panorama é idêntico. De norte a sul as derubadas progridem, na ânsia, principalmente, de conseguir lenha, a principal fonte de energia do país. No Estado de São Paulo, em virtude da intensidade de exploração, a a questão florestal apresenta maior gravidade. A mata original que era constituída por, aproximadamente, 7.200.000 alqueires, conta hoje com 1.200.000 alqueires, o que corresponde a 15% da área do Estado.

Essa porcentagem é tida, por muitos, como otimista, admitindo mesmo alguns que não deve a mesma, presentemente ultrapassar de 10%.

A situação é realmente alarmante e para seu advento concorreram governados e governantes, de maneiras diferentes mas com idênticos resultados: o malbarato do nosso patrimônio florestal.

Vejamos a parcela de responsabilidade de cada um dos grupos citados: povo e governo.

O nosso povo, ao iniciar a exploração do território brasileiro, deparou com regiões florestais de vastidões incríveis. De tal maneira impressionou-se com a qualidade e a quantidade dessa riqueza que passou a apregoá-la a nacionais e estrangeiros até imbuir-se de que era detentor de um patrimônio inesgotável. Se bem que essa idéia sirva, ainda, em parte à região amazônica, para nós paulistas ela é, na atualidade, totalmente falsa.

A mentalidade do Paulista, porém, mantém-se, sobre o assunto, quase inalterada. As únicas atividades rurais legítimas são a agricultura e a pecuária. A exploração florestal continua sendo encarada como uma atividade transitória. Deve a mata em curto prazo ceder o que tem em madeira e lenha e depois desaparecer para dar lugar a plantação ou pastos. Quando a floresta se situa em terras impróprias ou em região muito acidentada (caso da Serra do Mar) é a mesma removida, sendo o terreno que ocupava e protegia largado à própria sorte, passando a sofrer a ação esterilizante da erosão. Essa convicção não permite que a exploração da floresta seja encarada como uma atividade contínua com a adoção de métodos racionais de trabalho.

Completa-se o quadro com o aproveitamento inadequado de diversas espécies florestais que, conforme as condições do mercado, são convertidas em lenha ou carvão, diminuindo dia a dia as reservas de madeiras duras que têm cotação nos mercados internos e externos.

O nosso povo não tem uma mentalidade florestal amadurecida.

Os proprietários rurais já se habituaram a proceder ao reflorestamento com *Eucalyptus*, conformando-se com uma espera de 6 a 8 anos. De um modo geral, períodos de espera superiores a 10 anos são considerados excessivos e desinteressantes. Há, naturalmente, exceções, destacando-se dentre elas os reflorestadores que trabalham com a *Araucária*.

Os possuidores de florestas nativas ambicionam retirar das mesmas o máximo rendimento explorando-as segundo os métodos rotineiros em uso.

Quando impedidos pelos agentes do Governo, que os obrigam a se enquadrar na lei, requerendo a indispensável autorização de derrubada e respeitando a reserva da quarta parte das matas de acôrdo com o artigo 23 do Código Florestal, insurgem-se alegando que essa interferência é um atentado ao direito de propriedade, esquecidos de que o uso da propriedade é condicional ao bem-estar social, de acôrdo com a Constituição Federal.

Todo o proprietário rural, individualmente e de uma maneira geral, admite a utilidade das florestas, concordando com a necessidade de protegê-las. Preferia apenas que a lei fôsse imposta a todos, com rigor,

e não sômente a alguns, o que acontece em virtude da impossibilidade de um contrôle total das derrubadas que se processam no Estado.

Há exceções e como tais apontaremos o caso dos fazendeiros abatados, que por iniciativa própria, sem qualquer estímulo oficial, mantêm pequenas reservas florestais em suas fazendas, defendendo-as contra o fogo e contra invasores e além do mais, immobilizando um capital, em muitos casos avultado.

Aquêles que não têm ligações com a vida rural, a grande massa dos habitantes das cidades, mantêm, em relação à questão florestal, posição de indiferença. Uma pequena minoria trabalha pela preservação das florestas, escrevendo artigos ou fundando sociedades de proteção à natureza. A ação dessas pessoas de boa vontade é prejudicada pelo espírito contemplativo e até mesmo lírico, que as anima.

Vejamos agora, em breves traços, a ação do Governo. Se bem que no Brasil se venham promulgando leis reguladoras do assunto desde 1800, pode-se afirmar que o Código Florestal é o marco mais importante da legislação florestal brasileira. Até a data da sua aprovação, 23 de janeiro de 1934, as disposições legislativas eram baixadas para atender casos isolados e de solução quase imediata. O seu conjunto não constitui, por êsse motivo, um agrupamento coerente. Na época do advento do Código Florestal, não havia, sôbre o assunto, uma consciência jurídica amadurecida. Enquanto nos demais ramos do Direito, como diz Osny Duarte Pereira, os códigos resultam de uma im-

posição da cultura e constituem a cristalização do pensamento dominante, aqui o ponto de partida é a Lei. O Código não é um produto espontâneo da cultura jurídico-florestal do país. Não tem, pois, raízes no terreno, onde natural ou artificialmente terá de se nutrir.

Não cabe aqui um estudo detalhado do Código Florestal. Nem seria eu a pessoa indicada para fazê-lo. Desejo contudo chamar a atenção dos presentes para um ponto de grande importância. É o relativo ao artigo 23, que reza: «**Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente**». Esse dispositivo é o que regula a interferência dos poderes públicos na ação controladora da exploração das florestas de domínio particular. Sabendo-se que cerca de 90% da área florestal do Estado está na mão de particulares, avulta a importância desse dispositivo, que, tendo essa relevância é contudo de aplicação difícilíssima. A reserva da quarta parte da floresta implica no conhecimento exato da vegetação existente. Mas não se trata aqui da vegetação existente na ocasião em que o proprietário irá proceder às derrubadas, mas aquela que existia em 21 de julho de 1935, data em que o Código Florestal entrou em vigor! Todos facilmente calculam a dificuldade ou, melhor, a impossibilidade de se saber a situação florestal de cada propriedade agrícola, naquela data. Há necessidade, portanto, de se modificar esse critério, adotando outro mais simples e mais exequível. Cada propriedade agrícola obrigatoriamente deveria contar com a quarta ou a quinta parte de sua área,

coberta de florestas naturais ou artificiais. Essa sugestão, contudo, precisa ser detidamente estudada e não representa a opinião definitiva da Chefia da Secção de Defesa Florestal, sobre o assunto.

O Código Florestal, em seu conjunto, é bom. É impossível, ao mesmo, porém, atender a situações florestais absolutamente antagônicas e que se acham lado a lado só por surgirem dentro de uma mesma fronteira política. Querer resolver a questão florestal em São Paulo e no Amazonas com as mesmas medidas e padrões parece-me um contrassenso. Há que orientar o problema de maneira diversa. A União terá que legislar especialmente para cada região ecológica e econômica do País, dando outrossim, aos Estados, maior liberdade de legislar supletivamente sobre o assunto. A delegação de poderes contida no Decreto-lei Federal n.º 2.014 de 13 de fevereiro de 1940, que autoriza os Estados a promoverem a guarda e fiscalização das florestas, bem como a exercerem as funções necessárias à execução do Código Florestal nos seus territórios é bastante vaga e imprecisa. Continua o Governo Federal a exercer sua ação fiscalizadora no Estado, nomeando, sem maiores indagações, delegados florestais não remunerados que exercem suas funções sem qualquer articulação com o serviço estadual.

O Estado de São Paulo, de posse dessa delegação de competência, baixou em 1943, os decretos 13.213 e 13.487. Perderam-se assim, para a defesa florestal no Estado desde a data da promulgação do Código, nove anos. Pelo último decreto citado

passam a competir exclusivamente ao Serviço Florestal, os serviços atribuídos pelo primeiro ao Instituto de Botânica, Departamento de Zoologia, Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres e à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. O Serviço Florestal, assim tornado único responsável pela execução desse encargo criou, em 1945, a Seção de Defesa Florestal, que a partir dessa data até 1949 vinha coordenando esforços no sentido de tornar efetiva essa execução. Em dezembro de 1949 conseguiu-se regulamentar, pelo Decreto n.º 19.008-A, a Polícia Florestal do Estado que já se achava criada por lei, desde 1943. Essa Polícia organizada em cooperação com a Força Pública do Estado, ainda mal terminada a sua fase de instalação, já tem feito sentir sua ação, coibindo derrubadas ilegais em terras particulares e principalmente em terras públicas.

Feito esse breve histórico, vejamos, rapidamente, qual será a ação futura da Seção de Defesa Florestal. Na ação repressiva às derrubadas de florestas nativas situadas em terras particulares colaborará com a Polícia Florestal de maneira a impedir, quanto possível e em todo o território do Estado, aquelas praticadas sem a necessária autorização indicada pelo Decreto n.º 13.213, de 8 de fevereiro de 1934. Essa autorização é expedida pelo Diretor do Serviço Florestal e constitui meio seguro e eficaz de controle da exploração das nossas florestas. As autorizações de derrubadas não podem, todavia, permanecer adstritas ao serviço burocrático de expedil-as. Há necessidade de se proceder a assen-

tamentos em mapas municipais, elaborar fichários e executar trabalhos de fiscalização para que sejam respeitadas, impedindo que as derrubadas se estendam por áreas não permitidas. Esses trabalhos competirão à Polícia Florestal e para tanto já foram tomadas as providências iniciais. A ação repressiva da Polícia Florestal tornar-se-á mais rápida e eficiente com o estabelecimento da Delegacia Florestal, criada pelo Decreto n.º 13.487 de 28-7-1943 e extinta pela Lei n.º 199 de 1943. Os trabalhos para esse restabelecimento já foram iniciados e estão consubstanciados no Processo n.º 310.563.

A ação preventiva, mais importante e eficaz que a própria ação repressiva, precisa ser grandemente ampliada. Há necessidade, neste caso, do auxílio das prefeituras e câmaras municipais, agrônomos regionais, sociedades de proteção à natureza e demais entidades que possam e queiram colaborar. A Seção fará distribuir circulares a fim de difundir e dar a conhecer ao maior número possível de interessados os preceitos legais que regulam a exploração das florestas, a exemplo do que fez anteriormente em escala reduzida.

A guarda das terras devolutas do Estado, na sua maioria revestidas de florestas, constitui encargo da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, que, diante do aumento de invasões e devastações e na impossibilidade de contê-las com os recursos de que dispõe, solicitou o concurso deste Serviço. Esse trabalho, feito agora em colaboração, já teve início e tende a ampliar-se grande-

mente no futuro, constituindo tarefa da alçada, principalmente, da Polícia Florestal.

O conhecimento da situação florestal constituirá o ponto de partida para a elaboração de uma política que garanta ao Estado abastecimento perene de produtos florestais. Esse levantamento, cuja necessidade é evidente, não teve início até o presente momento por requerer recursos que escapam à dotação orçamentária normal da repartição, apesar de constituir atribuição da Secção de Defesa Florestal, conforme está expresso na letra «b» do artigo 7º do Decreto-lei n.º 13.978, de 12 de maio de 1944.

As florestas nativas remanescentes cobrem uma área aproximada de 1.200.000 alqueires. Esse patrimônio precisa ser defendido a todo custo, pois, representa, em face ao território do Estado, uma parcela que está bem abaixo do mínimo desejável. A maneira mais segura de se proceder à defesa dêsse escasso patrimônio florestal é a criação de grandes reservas florestais, utilizando-se para isso, preferivelmente, das terras devolutas do Estado, ou então procedendo à desapropriação de florestas particulares.

As reservas existentes e criadas por lei, cobrem uma área de 202.361,6 alqueires. Muitas delas, porém, podem ser consideradas como perdidas, malgrado os esforços desenvolvidos pela Secção de Defesa Florestal. A área de reservas que estão sob nossa guarda efetiva é apenas 36.436,58 alqueires, o que

corresponde a, aproximadamente, 3% da área florestal do Estado. Nos Estados Unidos, país mais explorado e desenvolvido que o nosso, esse índice é de 32%, o que demonstra o cuidado de seus governantes em defender o patrimônio florestal, através da instalação de amplas reservas. Não se julgue que as reservas florestais devam ficar isentas de exploração, constituindo pesado onus ao Estado. Pelo contrário, essas reservas podem ser exploradas, sempre que para tanto se adotem processos adequados. A criação de novas reservas florestais, constitui portanto uma necessidade imperiosa. A execução dessa diretriz da política florestal, apesar de constituir, para nós, cogitação constante, é bastante difícil, por depender de fatores estranhos ponderáveis. Assim é que para a criação de reservas em terras devolutas do Estado dependemos de um processamento burocrático quase intransponível. A desapropriação, para esse fim, de terras particulares é, por outro lado, bastante onerosa, como se pode, facilmente, aquilatar. A Secção de Defesa Florestal tem procurado, todavia, ampliar o número de reservas florestais oficiais, principalmente na zona dos contrafortes da Serra do Paranapiacaba, região que mais se presta para esse fim.

A imunidade fiscal das florestas e a criação de taxas sobre lenha e carvão constituem espectos importantes da defesa florestal. Tais assuntos, porém, serão abordados, com mais vagar, em outra ocasião.

ALGUNS DETALHES TÉCNICOS DO

TIRO DE PISTOLA E REVÓLVER

1.º ten. J. G. Guilherme V. Cavalcanti
Base Aérea de Sta. Cruz

NOVA TÉCNICA NO TIRO DE ARMAS CURTAS PARA MILITARES

Nem sempre na prática se emprega a teoria, todos nós sabemos disto. Muita coisa aprendida nunca é empregada na vida real com os detalhes supérfluos que caracterizam algumas teorias calcadas em conhecimentos empíricos, sem o menor fundamento lógico ou prático.

Isto aplica-se com muita propriedade à instrução de tiro de armas curtas para os militares. A última guerra proporcionou excelente oportunidade para demonstrar a ineficiência do tiro com armas curtas, aplicado com os conhecimentos adquiridos pela velha escola.

Vamos entrar em maiores detalhes. No combate a pistola ou revólver são utilizados quase exclusivamente como arma de defesa pessoal, para emprêgo até a distância máxima de 50 metros. O combatente é obrigado quase sempre a sacar de sua arma inopinadamente e visar um inimigo a curta distância no menor espaço de tempo possível ou antes de ser atingido pelo mesmo. Uma fração de segundo significa viver ou

morrer. Como essa, inúmeras outras modalidades e circunstâncias obrigam o combatente a executar um tiro rápido e preciso. O que se fazia, entretanto, para treinar o militar nesse gênero de instrução? Muito pouco e mesmo assim êsse pouco com nenhuma ou quase nenhuma utilidade prática. Colocava-se um alvo comum a 25 metros e sem tempo determinado o atirador visava o centro do alvo, julgando-se pela percentagem de pontos obtidos a classificação que o habilitava ou não naquela instrução. Qualquer semelhança entre as duas situações é mera coincidência...

Não duvido que muitos instrutores de tiro, no íntimo, reconhecessem a necessidade de abordar as vantagens do tiro rápido ou tiro de «mocinho de cinema» como é conhecido pelos leigos, mas nenhum dêles se aventurou a reconhecer ao combatente êsse gênero de tiro, com receio de serem taxados de ridículos ou mesmo plagiadores de uma técnica julgada de exclusiva propriedade dos artistas de filmes de bandidos, ou dos famosos Billy the Kid, Bufallo Bill e muitos outros. Isto até por volta de 1920. Daí para cá muito se tem

Segundo de uma série de artigos.
Transcrito da Revista do Clube de Aero-
nautica — N.º 10.

escrito e experimentado nesse setor. Na América do Norte, vários tipos de alvos e experiências foram feitas tôdas bem interessantes, senão vejamos:

1.º) **Tiro contra o homem correndo.**

Uma silhueta passa em velocidade média no sentido transversal enquanto o atirador deve atirar 5 vezes durante o trajeto .

2.º) **Tiro com pontaria instintiva.**

Alvo (silhueta de frente de homem em pé, ajoelhado e deitado) colocado o atirador de costas para a posição de tiro, volta-se rapidamente e dá 2 tiros em cada silhueta, em 6, 5, 4 e 3 segundos, à medida que se adquire treinamento.

3.º) **Tiro em silhuetas fixas.**

6 silhuetas, 6 tiros em 4, 3 e 2 segundos colocadas a 5, 10 e 15 metros de distância.

4.º) **Tiro às silhuetas nas janelas.**

Esta prova é sem dúvida a mais interessante. O atirador caminha por uma rua tendo de um lado várias casas de madeira com tôdas as janelas fechadas. Com a arma no coldre, saca rápido e atira rapidamente contra uma silhueta (busto) que aparece durante 2 segundos em qualquer das 3 janelas de cada casa, 4 casas ao todo. Nesta prova que tem o nome de **Hogan's Alley Match** (Prova da rua **Hogan**), nenhum campeão daquele país conseguiu passar. Isto demonstra insofismavelmente que a habilidade de acertar num alvo convencional, a uma distância fixa e invariável, não proporciona nenhum treinamento ou capacidade para o

tiro útil da vida real ou seja, o tiro aplicado no combate.

Os ingleses foram os primeiros a se aperceberem da ineficiência dos métodos antigos na instrução do tiro de combate. Drásticas revisões foram feitas em seus programas de instrução, tendo agora vários tipos de estandes práticos onde o atirador caminhando por um terreno variado atira em silhuetas de vários tamanhos que aparecem em pontos diferentes e em distâncias também diferentes. Esse tiro requer a pontaria instintiva, que parecendo muito difícil a princípio, torna-se fácil depois que se adquire a noção de altura, pois que a direção é dada pelo prolongamento do cano da arma em direção ao alvo, da mesma forma que se faz a visada por cima do taco de «snoocker», ou para calcular-mos uma bola ao cesto no basquete. Iniciando-se o treinamento a 5 metros, de distância, obtém-se resultados excelentes.

Na 1.ª série de 6 tiros nunca vi ninguém acertar menos de 2 impactos. Já tive oportunidade de ler várias publicações e artigos sobre esse novo tipo de instrução e todos os instrutores são unânimes em afirmar dos excelentes resultados obtidos. Os iniciados adquirem logo muita confiança em si próprios, o que não acontece com o tiro ao alvo de 10 zonas (alvo internacional) que em pouco tempo cria no atirador um terrível complexo de inferioridade, pois não conseguindo mais de 80% (raras vezes consegue 50% nos primeiros meses de instrução) julga-se logo incapaz de atirar por não possuir o tal dom especial, necessário ao tiro. Qual dom qual nada!

«O militar nunca deveria ver pela frente um alvo regulamentar» diz um famoso instrutor da Polícia de uma cidade da América do Norte e, a julgar pela opinião e resultados obtidos por entendidos no assunto, todos veteranos da última guerra, a instrução de tiro deverá sofrer uma transformação radical, a fim de ir ao encontro das condições a serem vividas no combate real ou na vida prática.

Contarei um caso interessante ocorrido com um colega meu, oficial do exército, durante a última guerra na Itália. Darei a palavra a esse militar, comandante de uma patrulha em missão especial: «Um bom atirador na guerra é um verdadeiro trunfo que se dispõe para lançar mão nos momentos críticos e em que se exige aniquilar eficientemente uma tropa inimiga, cujo desaparecimento é de imperativa importância a uma determinada operação. Tínhamos a nossa frente, a menos de 400 metros, 5 soldados de uma patrulha inimiga que era necessário acabar. Ordenei aos meus homens um tiro preciso feito a comando (fogo de salva) com arma apoiada naturalmente. Quer pela emoção do momento ou pela falta de treino, não conseguimos atingir o objetivo que se encontrava em terreno favorável a nós e escassamente abrigado do nosso fogo. Somente nessa ocasião dei o justo valor a um bom atirador, para o qual esse tiro seria quase um simples passatempo». Também mencionarei o caso de um soldado Americano nas Ardenas (França) durante a última guerra. Todo o seu grupo havia sido destruído durante a contra-ofensiva de von Rundsted em dezembro de 1944, estando isola-

do numas macegas durante uma tempestade de neve, em situação extremamente crítica. Viu aproximar-se uma patrulha inimiga e a única arma que dispunha era a sua pistola 45. Empunhou-a da melhor maneira e começou a «catar» um por um...

Felizmente havia uma ótima posição de tiro e a patrulha inimiga não conseguiu nenhum impacto com suas submetralhadoras *Schmeisser*. Depois de derrubar uma boa meia dúzia, os inimigos resolveram fazer uma pausa para meditação, dando-lhe tempo para apanhar a sua Carabina M1 que estava a poucos metros a retarguarda. Com essa arma conseguiu novos impactos, ficando apenas 2 soldados que julgaram mais prudente não continuarem a marcha para a frente...

Se todos os militares tivessem a metade desse treinamento com a Pistola 45 e mais confiança nas possibilidades dessa arma, a coisa seria bem diferente.

Acredite se quiser, mas até 200 metros eu não sirvo de experiência para nenhuma 45 nas mãos de um atirador calmo e bem treinado. Porém, em outras mãos a Pistola Colt cal. 45 não passa de um transtorno pesado que em primeiro lugar é uma ótima arma de arremêso...

Procure conhecer as vantagens (sem compromisso) do método moderno de atirar e V. ficará realmente admirado com as suas possibilidades, que lhe darão maior confiança em si próprio, maior estímulo para progredir e certamente farão V. dizer: «Até que a coisa é bem mais fácil do que eu pensava — não duvido que se possa jogar qualquer coisa para o ar e... cadê a coisa?»

MISTÉRIOS DO IMPONDERÁVEL

Cel. Tenório de Brito

Diferentes que fôssem as minhas atividades depois dos 21 anos de idade — soldado do Corpo de Bombeiros de São Paulo em 1908; aluno das primeiras escolas criadas pelo governo do Estado na Fôrça Pública, em harmonia com os ensinamentos da missão francesa, contratada dois anos antes, para instruí-la, e candidato, em consequência, aos postos iniciais na hierarquia militar; comandante em comissão do Corpo Municipal de Bombenros de Campinas, lá pelos idos de 1912, 13 e 14; titular de cargos administrativos no seio da nobre instituição, na capital; delegado de polícia no interior do Estado e ajudante de ordens desde a presidência Washington Luiz, em 1920, até a de Heitor Penteado em 30 — nunca me fugiram da imaginação e da retina os cenários da vida rural, ligados a visões familiares muito caras ao meu coração, vividos na velha fazenda Joazeiro, propriedade de meus pais e onde nasci, cresci e passei tôda a minha mocidade.

Dolorosa ou grata a recordação, chega ela envolta sempre em suave manto de vivificante saudade. Daí a tendência que me arrasta para o campo, ao contacto sadio das lides agro-pecuárias e o motivo talvez da caminhada que nas proximidades de 1930 encetei rumo às minhas tradições ruralistas. Abrindo-se à venda

vasta gleba de boas terras em Quatã, Alta Sorocabana, delas comprei a prestações cinquenta alqueires, dando imediatamente início à formação de cafezal e de pastagens; construção de casas e de mais benfeitórias apropriadas.

O sistema de empreitadas então vigente permitia que se iniciassem os serviços sem a exigência de maiores somas em dinheiro. Assim pequena economia de que dispunha, aliada à carteira de «empréstimo simples» da benemérita Caixa Beneficente da Fôrça Pública e a transação levada a efeito com a madeira extraída com a derrubada do mato, garantiram-me pleno êxito nessa fase do magno empreendimento.

Empolgante e áspero era o trabalho de desbravamento da terra a que eu assistia com freqüentes e curtas estadas entre os empreiteiros, tanto quanto comportavam as possibilidades de ausência dos meus afazeres oficiais. Dirigindo-me, certa vez, à estação de João Ramalho, ao regressar de uma dessas visitas à fazendola em andamento e informado de accidental e ligeiro atrazo do trem, procurei fugir ao rigor da soalheira que abrangia em cheio tôda a frente da extensa plataforma, abrigando-me à retaguarda do prédio que, devido à posição do sol, projetava àquela hora sombra acolhedora.

Acomodando-me sôbre grossa to-
ra de peroba, dispunha-me a modor-
rar por ali até a chegada do trem,
quando senti aproximar-se o portu-
guês Antônio Cruz, já meu conheci-
do, há pouco chegado da Araraqua-
rense e tirador de dormentes para
a estrada. Cumprimentando-me,
convidou-me par visitar-lhe a casa
que se avistava cêrca de 50 me-
tros de distância — um ranchão de
madeira, coberto de telhas. Diante
da insistência, terminei atendendo,
para lá, me dirigindo em sua compa-
nhia. Quadro horrível, de indizi-
veis sofrimentos, se me deparou en-
tão à porta da cabana. Seis crian-
ças movimentavam-se a esmo na pe-
numbra daquele torvo recinto que
a dor transformara em lúgubre mo-
rada. Atacadas de tracoma, a mais
velha das quais, o menino Alzídio,
de 12 anos, já completamente cego,
a segunda, uma menina, ainda com
restos de vista, em seguida as ou-
tras com afecções de maior ou me-
nor intensidade — lembravam cenas
tremendas de antiga e tenebrosa li-
teratura... A própria mãe daque-
les pobrezinhos me pareceu enfêrma,
carregando a custo imensa obesidade.

Novamente na estação descreví
ao Tércio de Moraes Pinto, madei-
reiro residente em Quatá e passa-
geiro do trem que acabava de che-
gar, o drama pungente que observa-
ra em casa do Cruz.

— «No entanto, retrucou o Tércio,
está em suas mãos atenuar em
parte essa triste situação, internan-
do a menina na secção de Oftalmolo-
gia da Santa Casa de Misericórdia
de São Paulo, e o menino no Insti-
tuto Benjamim Constant, onde apre-
nderá officio compatível com sua si-
tuação de cego».

Na verdade eu nada sabia sô-
bre o Instituto Benjamim Constant,
sua organização interna, condições
de ingresso etc.; mas tão natural
achei a sugestão que poucos dias
depois, recolhida a menina à Santa
Casa, seguia para o Rio, o velho e
prestimoso João Correia Pinto, pai
do Tércio, levando pela mão o meni-
no Alzídio. Era portador de uma car-
ta minha para o antigo e diligente
repórter de imprensa paulistana,
João Aires de Camargo, no momen-
to, official de gabinete do ministro da
Justiça, dr. Viana do Castelo.

Incisivos devem ter sido os ter-
mos da ordem redigida à beneméri-
ta instituição cujo secretário dela
inicialmente discordou, alegando ha-
ver para «mais de mil candidatos
em fila», além da inoportunidade da
ocasião, pois que se estava fora de
época de matrículas. A providen-
cial presença de outro membro da
diretoria que eventualmente ali apa-
receu, abrandou a intransigência do
zeloso colega, permitindo ao solícito
João Correia Pinto regressar a S.
Paulo, plenamente satisfeito com o
resultado de sua magna incumbên-
cia.

Ao tomar conhecimento dos por-
menores que envolveram o caso sen-
tí-me culpado e até arrependido de
haver concorrido para tais irregula-
ridades.

Meses passados, porém, cheguei
a julgar perdoável a injustiça come-
tida contra o primeiro da fila, se é
que houve alguém prejudicado com
a entrada de Alzídio Cruz no Insti-
tuto Benjamim Constant, em cará-
ter extraordinário, fora da época re-
gulamentar.

E' que, não obstante as precaríssimas condições gerais do menino — fragilima criatura, sub-alimentada e enfêrma, bruscamente jogada em meio\ estranho, surpreendentes eram as notícias que aos poucos vinham a seu respeito. Entrando em aulas no meio do ano, não só alcançou nos exames finais a sua classe como ainda, no transcorrer do curso, invariavelmente levantava os prêmios que a título de estímulo são ali distribuídos entre os alunos que se destaquem pela aplicação aos estudos, pela inteligência e revelação de altas qualidades morais.

Temperamento sensível de artista, com acentuadas tendências pela poesia e pelo jornalismo — fixou-se, no entanto, como pianista, intérprete e compositor. Professor, a princípio, no próprio Instituto Benjamim Cons-

tant e morando no Rio de Janeiro, vive Alzidio Cruz de sua música que lhe serve a um tempo de refúgio espiritual e meio de subsistência.

Casado com D. Nilda Cruz, igualmente pianista, encontrei, há meses, o distinto casal de artistas em Presidente Prudente onde, aproveitando os ócios de uma viagem de recreio, realizou uma série de interessantes concertos, sob o patrocínio Da. Sílvia Lebrão — expressiva figura da elite social na capital da Alta Sorocabana.

No encontro que tivemos muito conversamos, notando em Alzidio Cruz cultura e equilíbrio.

E do episódio ora lembrado deve-se concluir que também de um furtivo atrazo de trem bons resultados poderão advir...

Consumir

É um dever de patriotismo.

Produtos

É contribuir para o
desenvolvimento da
nossa produção

Nacionais

É ajudar a libertação
econômica do Brasil.

"MANUAL PRÁTICO DO POLICIAL"

DIZERES

QUE

VALEM

POR

UMA

A

P

R

E

S

E

N

T

A

Ç

Ã

O

- * "... além de preencher uma lacuna na biblioteca de obras técnico-policiais, é uma contribuição valiosa para o ensino da função policial..."

ELEUTHÉRIO BRUM FERLICH
Cel. Cmt. Geral da F.P.

- * "... valioso trabalho, ordenado em cinco partes, normas tão úteis para orientar os policiais-militares no campo da prática policial".

ANIBAL DE ANDRADE
Cel. D.G.I. da F.P.

- * "A coletânea do tenente Salgado é uma colaboração preciosa, elevada, eficiente, objetiva, adequada ao meio e, sobretudo, oportuna..."

OTAVIO GOMES DE OLIVEIRA
Major D.E. do C.F.A. da F.P.

- * "... obra prática, objetiva e clara, constituindo, em boa hora, um auxiliar indispensável aos profissionais e estudantes de polícia".

GUILHERME ERNESTO ORTH
Cap. Chefe do D.E.P. do C.F.A.

- * "... não um simples manual mas, também, um excelente guia para o perfeito desempenho das funções policiais preventivas".

ANTÔNIO CORREIA BARBOSA
Prof. Técnica Policial do C.F.O.

- * "Ao lado técnico, o trabalho, para o que se destina, está perfeito... Merece parabens, portanto, pela feliz idéia que teve ao incluir esta 5.a Parte..."

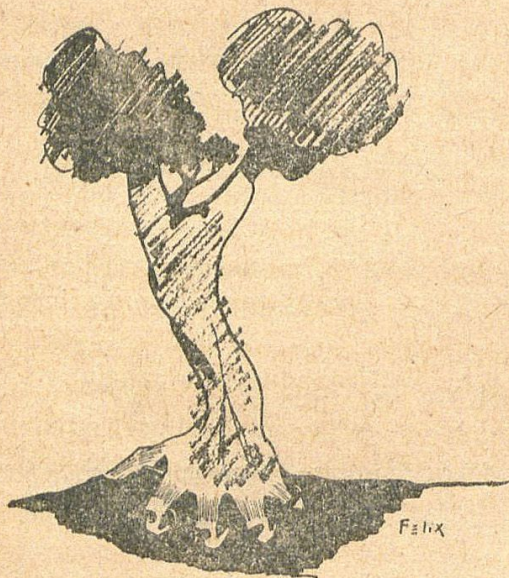
FLORIANO BASAGLIA
1.º ten. Prof. Socorros de Urgência do
C.I.E.F. da E.E.F. da F.P.

- * Apresentação gráfica excelente.
- * Modelo de bolso — encadernação em percalina.
- * Abundantemente ilustrado!
- * Apenas Cr\$ 40,00.

Pedidos para "MILITIA" mediante remessa em valor declarado, cheque ou vale postal.

As Mãos...

1.º Ten. Felix B. Morgado
Ilustração do autor.



Raimundo estendeu as mãos sobre a mesa rústica, cheia de gretas. Dedos compridos e grossos, de unhas sujas e fortes como garras.

— «Parecem raízes», pensou Teleco. Aquelas mãos causavam-lhe medo. Sempre que se encontrava com Raimundo ficava em guarda, a uma certa distância. Tinha a impressão de que, de um momento para outro, as mãos do alagoano poderiam apanhá-lo pelo pescoço. Eram mãos de estrangulador. Esse receio de Teleco já era coisa velha. Há tempos tivera um pesadêlo terrível: havia adormecido à sombra duma árvore e acordou quando uma de suas raízes se enrolava no seu pescoço e começava a sufocá-lo. Debateu-se o mais que pôde. Acordou de fato, aos berros, quando a raiz

foi se transformando nas mãos do alagoano, grandes e calosas. Voltou a ter sonhos assim, as mãos de Raimundo, surgindo no fim, para estrangulá-lo. Por isso estava sempre de atalaia. Esse negócio de ter o mesmo sonho, constantemente, não era bom sinal não.

Raimundo pigarreou, como se dissesse «vou falar». Teleco, Zé Preto e Gringo ficaram atentos. Já sabiam mais ou menos o que diria o alagoano. Com a sua voz grave e arrastada iria botar para fora o que andara imaginando nos últimos dias. Não esperavam uma conversinha amigável, para matar o tempo. Naquelas regiões de garimpo não se falava atôa, só para matar o tempo. Todo mundo andava de bico calado, os olhos bem atentos e a mão no cabo da faca, para o que desse-e-viesse. Além disso Raimundo era taciturno de natureza, a despeito de ser nordestino. Enigmático. Nem quando bebia o seu martelo de cachaça destravava a língua.

O lampeão de querosene só iluminava a mesa e os que estavam ao redor dela. O resto da choça estava no escuro. A claridade era indecisa e as caras de Teleco, Zé Preto e Gringo ora pareciam próximas, ora distantes, cheias de sombras. Raimundo botou os olhos em cada uma delas, seguidamente. Quase nada sabia dos três companheiros. Teleco

era de São Paulo, Tinha a pele clara e lisa, os cabelos quase louros. Tipo delicado e nervoso, cheio de manias, de superstições. Zé Preto era preto mesmo, de cabelo ruim, pele grossa e de cheiro forte. Tinha músculos de sobra e viera do Pantanal. Gringo era atarracado, taurino. Cabelo preto e escorrido, que na testa estreita quase se ligava com as sobrancelhas espessas. Feição de índio. Falava arrevezado e às vezes ninguém o compreendia. Diziam que era paraguaio, ou coisa parecida. Todos os três eram sócios de Raimundo. Sócios de boca, nada escrito. Mas o compromisso era sério. Qualquer deslize poderia dar em ferimento grave, talvez morte. Procuravam diamantes em sociedade, cada um no seu canto. De início tudo ia muito bem, o sistema deu bons resultados. Mas, aos poucos, as pedras foram rareando, principalmente na zona de Raimundo. De vez em quando aparecia uma pedrinha minúscula, sem qualidade, quase invisível. «Estava sem sorte» dizia sempre Raimundo.

O Alagoano pigarreou outra vez. A cara de Zé Preto sumiu da clareza. O negro foi beber água e voltou dizendo: «Fala logo, velho».

Raimundo falou, então, aquilo mesmo que todos esperavam: que era melhor desmanchar a sociedade. As pedras estavam difíceis e ele azarado, que o melhor seria que cada um cuidasse de si, em outra zona. Ele ficaria por ali mesmo, por enquanto, não iria adiante não. Estava cansado daquela vida sem conforto, sem mulher. Se compensasse lá, mas as pedras tinham sumido. Não tinha futuro, viver daquele jeito, em palhoças de folha de palmeira, comendo o que aparecesse, sem ver

mulher, no meio da sujeira, como porcos na lama. Voltaria para o nordeste. Estava «medonho» de saudade de Alagoas, daquelas paragens agrestes de onde viera, em que a água valia muito mais que um saco de diamantes.

Teleco, Zé Preto e Gringo ouviram calados, sem apartear. Já haviam suspeitado de tudo. Aguardavam apenas uma oportunidade para acabar com aquela farça. Fingiam ficar surpresos com a decisão do alagoano.

Raimundo falou tamborilando sobre a mesa de caixão de querosene, com seus dedos que pareciam garras, Teleco não despregava os olhos daquelas mãos. Lembrava-se dos seus pesadelos. Andava dormindo mal ultimamente. Cambaleava de sono a todo instante.

Raimundo ficou esperando que os três dissessem alguma coisa. Como ficassem calados concluiu que a sua história fora mal contada. Naquela noite ou no dia seguinte teria que sumir sem deixar rastros. Sem levantar a cabeça olhou as caras iluminadas pelo lampeão. Cada uma tinha dois olhos que o fitavam sem piscar. Os olhos gateados de Teleco, os pretos de Zé Preto e os sem côr definida do paraguaio. Sentiu o peso das pedras guardadas num saquinho que pregara por dentro das calças. Pesavam porque eram grandes, de qualidade. Não as dividiria com eles não; só um tolo o faria. Viera para aquelas paragens atrás da fortuna. Aquela sociedade pareceu-lhe vantajosa, a princípio. Mas quando achou as pedras grandes, resolveu ficar quieto e guardá-las para ele só. Por elas faria o diabo, se faria. Agora es-

tava em perigo, os olhos dos companheiros em cima dêle, sem pestanejar. Não haviam acreditado na sua história, por certo e tinha que desaparecer sem tardança.

O silêncio começou a ficar incômodo. Raimundo acendeu um cigarro, só para aliviar aquela tensão pesada como chumbo. Calculou o tempo que teria para fugir, calculou depressa, que corria perigo. A choça estava no escuro. Se apagassem o lampeão poderia safar-se pela porta que sentia bem atrás dêle. A brisa da noite entrava por ela, percebia-a perfeitamente. Lá fora a noite devia estar escura também, negra como a pele do Zé Preto. Despencaria pela barranca do rio, no ponto em que êste era estreito. Depois afundaria no mato, pelo atalho que conhecia bem. Não o pegariam não. De repente sentiu mêdo de escapulir assim. Eram três contra um. Se o pegassem não teriam pena dêle.

Zé Preto levantou-se dizendo:— «Se a sociedade não dá certo é melhor acabar mesmo». Os três olharam para Raimundo. O alagoano disfarçou, acertando a brasa do cigarro. — «Es mejor», falou também Gringo.

Raimundo percebeu que o negro ia postar-se à porta da palhoça. Não podia perder tempo. Deu um tranco na mesa que virou sôbre Teleco e Gringo. O lampeão espatifou-se no chão de terra batida e tudo ficou no escuro. O alagoano precipitou-se para a porta, golpeou rápido o braço de Zé Preto que tentou

detê-lo e sumiu na escuridão da noite.

—x—

Não o pegariam não. Já ia distante. Passara pelo rio e agora ia pela picada, todo lanhado, quase nú, as mãos e o rosto sangrando. Mais alguns minutos e estaria salvo. Estava exausto quando topou com Zé Preto no meio da picada. Na escuridão da noite andara a caminhar em círculo dentro do mato. Não chegou a ver o negro, que a noite estava bem escura. Ouviu-lhe a voz, apenas:

— «Tá perdido, velho».

Raimundo ficou apavorado. Não tinha mais fôrças para brigar e perdera a faca na fuga. Estava perdido mesmo.

— «Sangra o bicho, Zé Preto», berrou Teleco do meio do mato.

Raimundo começou a implorar. Dava-lhes as pedras tôdas, em troca da vida.

— «Pode rezar, velho, que sua hora chegou», disse ainda o negro, com sua voz mansa.

—x—

Teléco ficou satisfeito. Agora poderia dormir sossegado. Não sonharia mais com as mãos fortes e calosas de Raimundo, que queriam estrangulá-lo no sonho. Foi ficando para trás, enquanto seus companheiros demandavam o povoado dos garimpeiros. Uma idéia diabólica latejava na sua cabeça. De súbito voltou para junto do corpo de Raimundo. Custou a encontrá-lo no meio do arvoredado rasteiro. Ergueu a foice e com um golpe violento decepou as mãos do alagoano.

Reza por mim

Cel. Estelita Ribas

Reza por mim uma oração,

— não dessa

que se lê, que se decora,

estampada nos livros,

tôda unção,

que se recita.

Afinal, — que se não ora.

Reza por mim uma oração

com ternura

com piedade

e devoção

que te brote, exul, do coração.

Uma prece espontânea,

diferente,

que tua boca exprima,

tão somente,

o que n'alma te vai.

E' assim que eu compreendo uma oração.

Considerações acêrca do cavalo reto

Ten. Cel. J. Canavó Filho

Terceiro de uma série de artigos
sôbre equitação

Para se dar uma idéia das dificuldades a serem vencidas pelo cavaleiro, para endireitar o cavalo, basta citar o que disse D'Auvergne:

«Quase não existem cavalos perfeitamente retos. O homem de cavalo, com tôda a perfeição da arte, passa a vida a corrigir esta imperfeição».

Embora D'Auvergne nada tenha escrito a respeito da equitação, sabe-se que fôra considerado fundador da equitação militar francesa, tornando-se célebre como professor de equitação. Estas e outras considerações que narraremos a seu respeito, estão insertas nas «Recordações do General L'Hotte». (*).

As causas determinantes da falta de simetria do cavalo são suficientemente conhecidas, para que as repitamos; contudo convém ressaltar as seguintes:

- Que no ventre da égua o potro permanece com a cabeça voltada para a esquêrda, tocando com a ponta das ventas a espádua esquerda;
- o cavaleiro ao tratar do cavalo e mesmo para montá-lo o faz sempre pela esquerda, o que o obriga a olhar para êsse lado, aumentando, dêsse modo, a sua tendência natural de observar os movimentos que se realizam em tórno de si;

- que certos defeitos de conduta e de distribuição de pêsco do cavaleiro, repercutem no movimento do cavalo, ocasionando-lhe a acentuação dessa falsa posição.

Esse defeito de simetria do cavalo pode apresentar-se de dois modos:—

- pela inflexão da coluna vertebral (fig. 1);

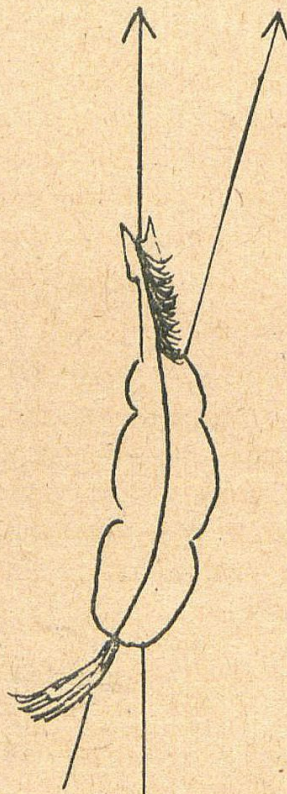


Fig. 1 — O postmão impele a massa à direita, enquanto a cabeça e o pescoço tomam outra direção.

(*) — "Un officier de Cavalerie" — pag. 306

— pelo atravessamento do eixo longitudinal do cavalo, em relação à frente (fig. 2).



Fig. 2 — O cavalo que marcha atravessado.

São êsses os principais defeitos que o cavalo pode apresentar, em relação ao movimento para a frente.

Basta um ligeiro exame de ambas as figuras, para se distinguir entre os dois defeitos, aquêle que é mais prejudicial à locomoção e mesmo mais difícil de ser corrigido.

Na equitação elementar ou de exterior admite-se o cavalo que se atravessa, desde que se movimenta em direção geral à frente. Isso entretanto, não deve acontecer, quando se trata da equitação superior, a qual exige maior justeza e correção nos movimentos.

Se não existissem outras razões que apoiassem essa afirmativa, bastaria demonstrar a perda de impulso, a que fica exposto o cavalo que se inflexiona ou atravessa.

Evidentemente, qualquer desvio de forças de um corpo que deve movimentar-se na direção geral da frente, se produz em detrimento da direção a seguir.

E' o caso da fig. 1, enquanto as ancas do cavalo (fonte propulsora) lançam a massa à sua frente, o antemão se encontra em outra direção. A impulsão, assim desviada não pode atingir a sua extremidade anterior (espáduas, pescoço, cabeça), através da coluna vertebral enrijessida, nem os seus posteriores se encontram na linha das espáduas.

O cavalo nesse estado de inflexão vai atrofiando o seu lado esquerdo, enquanto o lado direito se apresenta mais longo (fig. 1).

As ancas vão para a esquerda, ao mesmo tempo em que as espáduas se lançam para a direita.

E' dêste modo, pois, que a natureza pode apresentar o cavalo, em razão do seu mau adestramento, também pode tornar-se mais dissimétrico ou apresentar essas mesmas encurvações em sentido oposto.

As causas que acentuam ou determinam êsses defeitos de adestramento, podem ser as seguintes:—

- O emprêgo do trote elevado sempre em um mesmo bípode diagonal. Êste hábito tão frequente, desenvolve um bípode em detrimento do outro. O cavalo que é tratado frequentemente sobre o bípode diagonal direito, por exemplo, muscula, estende e enrijesse

os músculos desse lado, em prejuízo do outro diagonal que enfraquece. **E' preciso, pois, trotar alternadamente em um e outro bípede diagonal;**

- sentar habitualmente com todo o pêso do corpo sobre a nádega direita, ou esquerda e mesmo sobre um ou outro estribo. Este defeito acostuma o cavalo a suportar o pêso apenas sobre um membro posterior, daí o seu atravessamento para receber a carga sobre esse membro, em vez de distribuí-lo entre ambos. **O pêso do corpo deve estar perfeitamente distribuído em ambos os lados do cavalo.**

- A intensidade do apôio das pernas não sendo a mesma em ambos os flancos, obriga o cavalo a se atravessar engajando mais um posterior. **A intensidade do apôio das duas pernas do cavaleiro deve ser igual, na marcha direita.**

Exposta esta parte, a mais importante, por tratar-se do postmão (fonte propulsora), passemos às causas que podem determinar os defeitos do antemão.

Em equitação, no adestramento do cavalo, não existe govêrno à mão única; êste é admitido para os militares, quando no trabalho com armas, no jôgo de polo, ou em repouso. Mas, quando se trata de adestrar, conduzir ou conservar um cavalo adestrado, essa espécie de conduta deve ser combatida porque:—

- O cavaleiro que conduz o cavalo mantendo as rédeas com uma das mãos, a esquerda, por exemplo, leva o ombro direito à direita e para trás a senta sobre a coxa esquerda, atravessando, em consequência, o cavalo, além de

levar maior sobrecarga ao posterior esquerdo;

- não pode sentir com nitidez a igualdade da intensidade de apôio da boca do cavalo às mãos, pois, é sabido que o cavalo torto estira uma rédea e afrouxa a outra;
- concorre, enfim, por meio da má distribuição do seu pêso, no govêrno habitual à mão única, para acentuar ou determinar o atravessamento do cavalo, ou a sua inflexão em relação ao sentido da marcha, em prejuízo da impulsão no movimento para a frente.

COMO CORRIGIR OU REMEDIAR ESSES DEFETOS DO CAVALO

Na equitação elementar ou de exterior, o cavalo que se atravessa pode ser tolerado, desde que marche mais ou menos no sentido da frente. De outro lado, pode-se afirmar que a tarefa de endireitar um cavalo, não pode ser atribuída a cavaleiros novatos.

Evidentemente, o cavaleiro em formação não sente, nem pode perceber exatamente se o cavalo marcha direito ou não. O seu tacto ainda precário, priva-o desse sentimento de harmonia das forças que, partindo do postmão, atingem a extremidade anterior do cavalo, indo até o máxilar.

Além disso, o cavaleiro novo está sujeito a enganar-se acerca da fonte de onde parte a resistência, por exemplo: o cavalo que não engaja um posterior, faz com que essa resistência repercuta em uma espádua. O cavaleiro novo tratará de corrigir o efeito (a espádua), enquanto a fonte de resistência (anca) continua a progredir.

Feitas estas modestas considerações, passemos a estudar os pro-

cessos que permitem corrigir ou atenuar êsses defeitos.

CAVALO QUE SE INFLEXIONA

Preliminarmente, convém esclarecer que corrigir um cavalo incurvado, que se inflexiona, que apresenta enfim a sua coluna vertebral visivelmente dobrada, é tarefa que exige muita tenacidade, perserverança, tácto e conhecimentos.

Em princípio, podemos admitir que um estado de curvatura resultando do atrofiamento de um lado pode ser corrigido pela sua inflexão em sentido oposto.

Examinando-se novamente a figura n.º 1, vamos verificar que o lado esquerdo do cavalo se apresenta encolhido, enquanto o direito se alonga, os membros laterais esquerdos se aproximam e os da direita se afastam.

Sabemos, também, que o cavalo em liberdade nunca se dirige à esquerda, sem colocar as ancas à direita e vice-versa. Nestas condições, a fig. 1 representa a posição das ancas do cavalo que se dirige à direita, tornando, por conseguinte, a volta à esquerda difícil e desarmonica, por que as ancas não o impelem nesta direção.

Feitas estas considerações de ordem geral, passamos a examinar os meios dos quais o cavaleiro pode dispor, para atenuar ou corrigir êsses defeitos.

- Inicialmente, deve-se procurar a descontração, por meio da ginástica do alongamento das várias regiões do cavalo, no movimento para a frente, a fim de conseguir o apóio às mãos, indispensável para êste trabalho;

- executar, a seguir, as estensões do pescoço para a frente, com a cabeça abaixando-se (fig. 3).

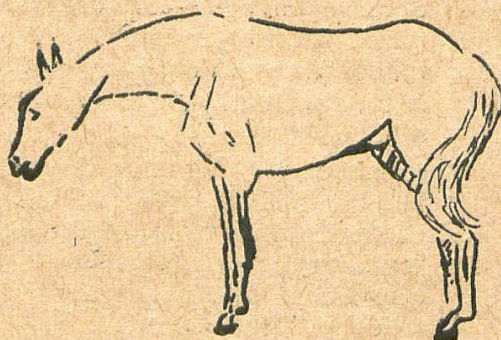


Fig. 3 — Alongamento do pescoço.

- praticar as inflexões do pescoço à direita, para estender os músculos da esquerda, tendo o cuidado de conservar o balanceio baixo;
- restabelecer a liberdade das espáduas, principalmente da direita, por meio da rédea contrária, executando a linha quebrada, serpentina e oito de conta, mantendo a impulsão por meio das pernas, para regular a repartição do peso entre uma e outra espádua;
- provocar, por meio da perna direita, a inflexão do dorso à direita e, por conseguinte, o engajamento do posterior direito, tendo o cuidado de impedir que as ancas se desloquem à esquerda, conservando, para isso, a perna esquerda atrás da cilha, (convém esclarecer que esta ação é difícil);
- executar a volta à esquerda, por meio da rédea «direita contrária», esforçando-se para que o posterior direito, que terá maior terreno a percorrer, não fique atrasado; manter a ponta das ventas à direita;
- procurar o deslocamento da garupa para a direita, por meio da ação da rédea esquerda direta e o desloca-

mento das espáduas para a esquerda, por meio da rédea direita contrária de oposição;

- «ladear à direita», esforçando-se principalmente para obter o engajamento do posterior direito do que o movimento da espádua que, neste caso, tende mesmo a ir para a direita;
- executar o movimento de «espádua direita para dentro», cuidando muito mais de sobrecarregar a espádua esquerda do que o engajamento do posterior direito;
- volta à direita com engajamento do posterior direito evitando o deslocamento excessivo das ancas à esquerda, por meio da perna esquerda que deve resistir;
- trotar com o bípode diagonal direito de modo a sobrecarregar a espádua esquerda que suportará, neste caso, maior peso.

CAVALO QUE MARCHA ATRAVESSADO

Este caso, o segundo que vamos estudar, é o mais simples para ser corrigido. A direção geral do cavalo é a da frente, seu único defeito de simetria é o de ficar atravessado em relação à linha a seguir (fig. 2).

PRIMEIRO MEIO

Colocar as espáduas na frente das ancas, para dispô-las em condições de serem lançadas à frente pelo postmão. Para isso, usar o processo elementar: por um efeito da rédea «esquerda contrária», levar as espáduas na frente da garupa, procurando manter a impulsão por meio da ação de ambas as pernas, quando em movimento.

Acontece, às vezes, no emprêgo dêste meio que o cavalo responden-

do à ação da rédea leva o antemão exageradamente à direita, enquanto o seu postmão tende a deslocar-se para a esquerda: neste caso, a perna esquerda deve resistir a fim de impedir êsse deslocamento.

SEGUNDO CASO

Levar as ancas na direção seguida pelas espáduas, por meio da ação da perna secundada pela rédea do mesmo lado; no caso do cavalo que atravessa as ancas à esquerda, empregar a perna esquerda que atua de diante para trás e a rédea esquerda direta, cuja ação repercute sobre a anca (fig. 2) (**).

Êsse emprêgo da rédea direta, entretanto, não deixa de prejudicar a impulsão, em consequência da ação direta sobre as ancas.

O gen. Faverot de Kerbreck, aluno de Baucher, preconizou a colocação das espáduas à frente da garupa, para endireitar o cavalo, desaconselhando o emprêgo da perna, ou dos efeitos de rédeas que tenham ação sobre as ancas.

São êstes, em suma, os principais movimentos que permitem endireitar o cavalo. Durante êste trabalho, entretanto, o cavaleiro jamais deverá perder de vista a impulsão, sem a qual poderá acuar o cavalo. Para isso, é preciso começar pelos movimentos simples, regulando-se os cavaleiro pelo próprio progresso do cavalo.

A aplicação do trabalho que acabamos de preconizar deve ser entremeadada, constantemente, do movimento para a frente. E' sabido que todo trabalho que se destina a corrigir defeitos de harmonia no conjunto do cavalo só se realize em prejuizo do movimento para a frente e, por con-

(**) — General L'Hotte — Questões Equestres, pag. 71.

seguinte, da impulsão que sempre deve primar enquanto o cavalo fôr utilizado, qualquer que seja o fim a que se destina.

Estas considerações acêrca do cavalo reto, em tórno do qual tanto nos estendemos, resultam da importância que os velhos mestres sempre lhe deram.

Realmente, lendo-se BAUCHER, «OBRAS COMPLETAS», à página 107, encontramos o seguinte:

«Antes de determinar o cavalo no movimento para a frente é preciso, inicialmente, verificar se êle está leve, isto é, se está direito de espáduas e ancas».

Como se vê, para o grande mestre BAUCHER, o cavalo leve é aquêle que está direito de espáduas e ancas. Sem o que não haverá leveza, no próprio sentido do têrmo.

Nas «Questões Equestres» do general L'Hotte, capítulo I, pag. 13, verificaremos o que se segue:

«Os objetivos que poderão auxiliar o cavaleiro em sua prática, se resumem em três palavras: **calmo, para a frente, direito.** Para o cavaleiro pouco hábil direi em vez de **direito, direção.**»

A ordem, na qual êsses objetivos devem ser alcançados, é invariável, absoluta e não se deve procurar a seguinte, antes de ter conseguido a precedente.

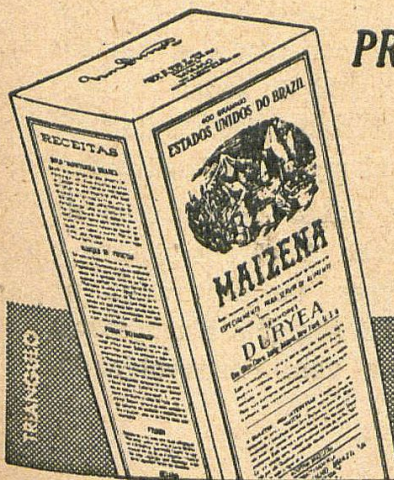
E à página 24: «deve-se observar que, a procura da posição reta comportando o endireitamento de tôdas as falsas inflexões e inclinações que se produzem da cabeça às ancas, silenciam por êsse fato, as principais fontes de resistência que os propulsores podem apresentar».

Daí, como dissemos, a importância primordial do cavalo reto, cujo estado determina o florecimento da sua leveza.

O cavaleiro que se propuzer a endireitar um cavalo, deve estar preparado para entrar em um verdadeiro labirinto de dificuldades e decepções. Verificará assim, com tôda a evidência, quantos cavalos aparentemente dóceis e adestrados, trazem consigo uma verdadeira fonte de resistências. Vencidas, contudo, estas dificuldades que resumem em si, quase tôda a arte, o cavaleiro verá brotar em suas mãos, como por encanto, o prêmio do seu esforço, a recompensa da sua tenacidade e a glória da sua arte.

Fontes de consulta:

ÉQUITATION RATIONNEL
QUESTIONS EQUESTRES
UN OFFICIER DE CAVALERIE
OUVRAGES COMPLETES
DOCARPENTRY
FAVEROT DE KERBRECH



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

**É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!**

NOVOS DIRIGENTES PARA

MILITIA

Realizou-se, no dia 29 de maio, na redação de «*Militia*» a posse dos novos dirigentes da revista, recém-eleitos pela Diretoria do Clube Militar.

O cel. Odilon Aquino de Oliveira, presidente do Clube Militar, usando da palavra, após agradecer o comparecimento do cel. Comandante Geral, cel. Inspetor Administrativo e demais oficiais, num rápido esboço retrospectivo, rememorou a vida de «*Militia*», salientando a dedicação dos redatores e colaboradores que, mercê de diligência e cultura, conquistaram para o periódico da Fôrça Pública, um lugar de destaque na imprensa paulista.

Nó ensejo, disse, era justo agradecer ao cel. Coriolano de Almeida Júnior e demais diretores demissionários a eficiente cooperação prestada a «*Militia*», impulsionando-a rumo a seus altos objetivos.

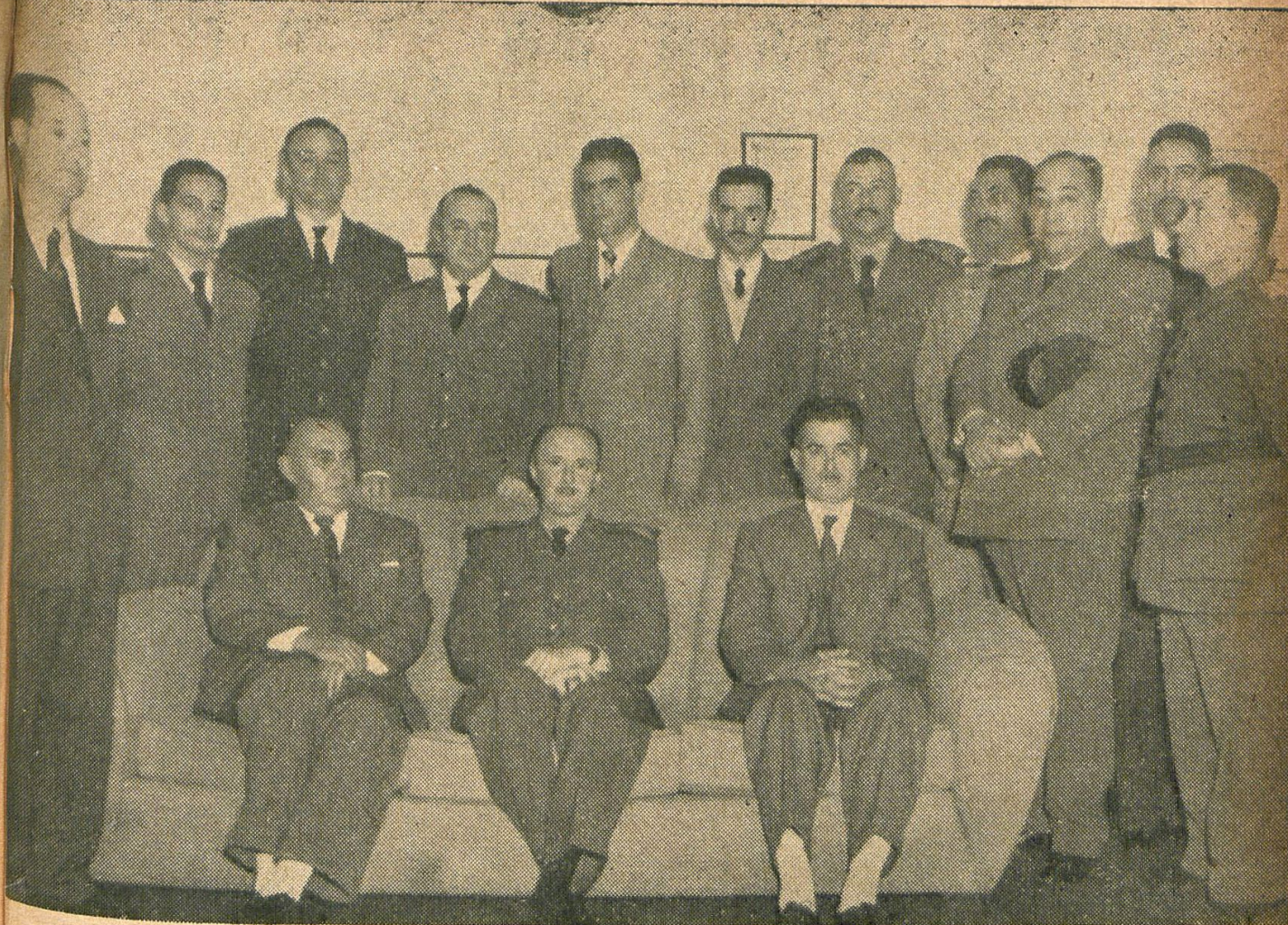
E, ao empossar, os diretores eleitos, à frente dos quais o cel. Juiz José Anchieta Torres, figura de relevo na Corporação, já pelos méritos individuais, já pelo brilhante de-

sempenho de árduas missões públicas, fazia votos de que a nóvel diretoria tivesse fecunda e relevante gestão.

Outrossim, estava certo de que, ontem, como hoje, não deixaria o Comando Geral de prestigiar a publicação, concretizadora de velhos anseios dos componentes da tropa de Piratininga.

Seguiu-se com a palavra, numa incisiva alocução, o cel. Euryale de Jesus Zerbini. O Comandante Geral, inicialmente, declarou que o cel. Odilon fizera muito bem em contar com o apóio da alta direção da Fôrça. Nesse momento, asseverava que daria à «*Militia*» tôda a contribuição moral e material que se fizesse mister, porquanto porta-voz da Fôrça Pública, constituia a revista autêntica expressão do sentir de seus elementos, traduzindo através de suas páginas, as aspirações da Instituição.

Fazia, de outro lado, votos de felicidade ao cel. Anchieta Torres e demais redatores, na segurança de que a publicação seguiria a trajetória ascendente que vem desenvolvendo.



DIRETORES E OUTROS OFICIAIS PRESENTES A POSSE

Vêm-se, da esquerda para a direita do leitor: sentados, os ceis. Coriolano de Almeida Júnior, diretor demissionário — Euriale J. Zerbini, cmt. da F.P. — José Anchieta Torres, o novo diretor; em pé cel. Odilon A. Oliveira, presidente do Clube Militar — cap. Milton M. Oliveira, redator-chefe — cap. Bolestaw Zdanowicz, chefe da Tipografia — ten. cel. dr. Mário B. Cococi — cap. F. Vieira Fonseca, gerente — ten. Miguel M. Sendin, secretário — major Romeu C. Pereira — ten. cel. Benedito Albuquerque, cel. João de Quadros, cap. João B. Cardoso e cap. Manoel Pereira da Silva, tesoureiro.

Em expressivas palavras, o cel. Anchieta Torres, novo diretor geral e velho colaborador, agradeceu os votos formulados, encerrando-se, assim, a solenidade de posse.

A nova diretora ficou assim constituída:

DIRETOR, cel. José Anchieta Torres; **REDATOR-CHEFE**, cap. Milton Marques de Oliveira; **SECRETÁRIO**,

1.º ten. Miguel M. Sendin; **GERENTE**, cap. Francisco Vieira Fonseca; **TESOUREIRO**, cap. Manoel Pereira da Silva;

REDADORES:

major monsenhor Paulo Cavalheiro Freire, cap. Francisco Vieira Fonseca, cap. Bento de Barros Ferraz, 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho, 1.º ten. Felix de Barros Morgado, 1.º ten. Iraní Paraná do Brasil, 1.º ten. Miguel M. Sendin, 2.º ten. Hildebrando Chagas da Silva.

ANIVERSÁRIO DO 3.º B. C.

UM POUCO DE HISTÓRIA — AS ATIVIDADES DO BATALHÃO SEDIADO NA “CAPITAL D’OESTE” — FESTIVIDADES QUE ASSINALARAM A EFEMÉRIDE.

Reportagem do Cap. Osvaldo L. Brito

O PRIMEIRO COMANDANTE



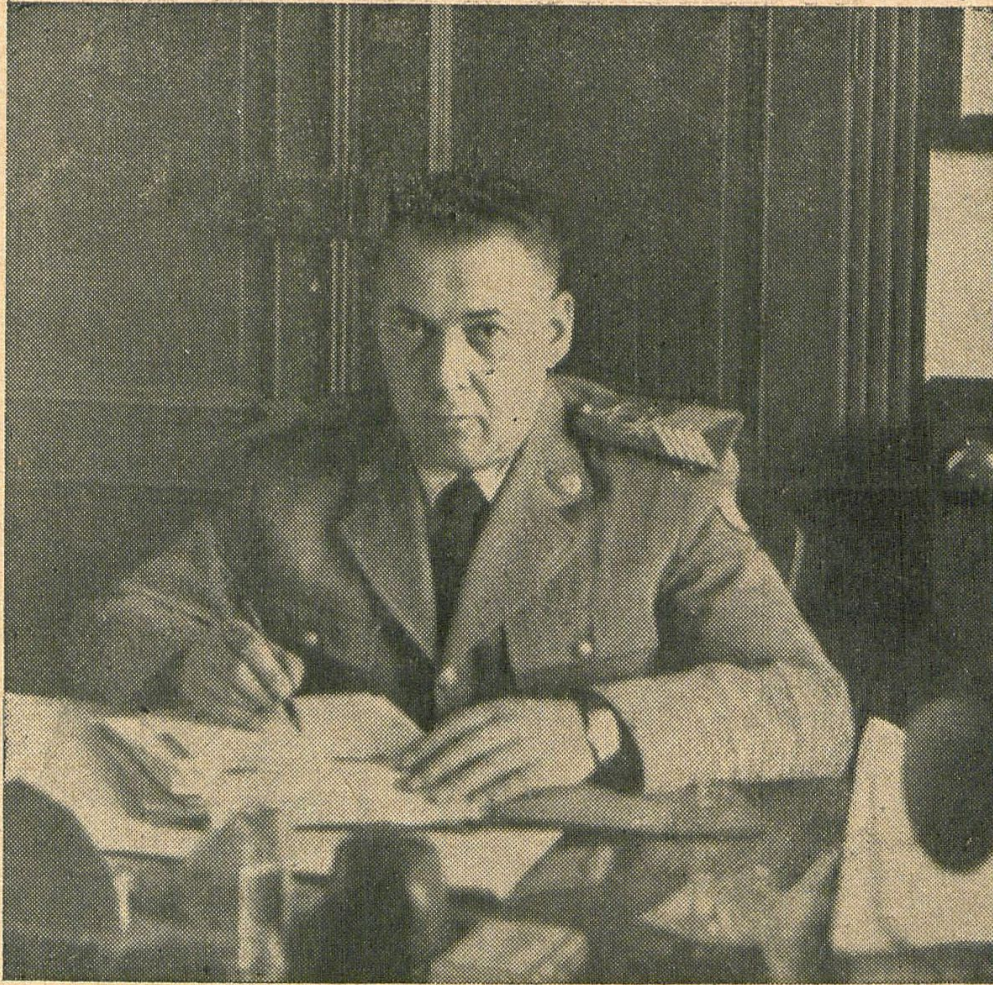
Ten. cel. JOAO FERREIRA LEAL
(29-VI-31 a 12-X-32)

Criado numa época de intranquilidade no Estado, a 26 de junho de 1931 (Decreto 5.079), e sob as piores condições possíveis de alojamento, de material e de pessoal, nem por isso deixou o novo batalhão de projetar-se, com brilho, no seio da Fôrça Pública. Tudo lhe foi desfavorável, desde o início, para instalar-se. Destinaram-lhe, na Capital, pro-

visoriamente, uma parte do edificio da Imigração, e ali ficou, na vizinhança dos loucos, hóspedes dignos de compaixão, mas indesejáveis, que tomavam conta de outra secção da grande hospedaria. Batizado com o nome de 8.º B.C.P., não obteve a confirmação e, poucos meses depois, deram-lhe o nome que até hoje conserva. O velho 3.º B.C., de longa e fabulosa vida, não sabemos por que, transformou-se, por sua vez, em 8.º B.C.P.

O primeiro Boletim Regimental data de 29 de junho de 1931, firmado pelo ten. cel. João Ferreira Leal, recentemente falecido em Curitiba, reformado, e que comandou o batalhão, desde a instalação, na Hospedaria de Imigrantes, e durante a Revolução Constitucionalista, até 12 de outubro de 1932.

Mal completara um ano de vida a jovem unidade e a envolveu o tribilhão patriótico da Revolução de 1932. Os seus quadros foram completados às pressas e, a 15 de julho daquele ano glorioso, embarcou com destino a Ribeirão Preto. Da jornada memorável fizeram parte os seguintes oficiais: **Estado Maior:** ten. cel João Ferreira Leal, cmt. do B.C. - major Luiz Tenório de Brito, subcmt. - capitão Benedito dos Santos Ferreira, adj. - 2.º ten. Mário de Vasconcelos, tes. almox. - 2.º ten. Antônio da Silva Dias, secretário; 1.º



O ATUAL COMANDANTE

Ten. cel. Paulo de Moura, em pose especial para "MILITIA".

Cia.: capitão José Pereira de Souza Filho, cmt. - 1.º ten. Pedro Covelli, (do C.B.) - 2.º ten. Mateus Félix de Moura; **2.ª Cia.:** capitão João de Quadros, cmt. - 2.º ten. Manoel Nogueira Pinto (do C.B.); **3.ª Cia.:** capitão João Domicildes, cmt. - 1.º ten. Orlando Marques Machado (do 7.º B.C.P.) - 2.º ten. Celestino Ferreira; **Cia. Mtrs.:** capitão João Nogueira de Lima (do Q.G.) - 1.º ten. Manoel Pacheco; **Serviço de Saúde:** Chefe, 1.º ten. dr. Walfrido Trevisan - 2.º ten. doutorando Matias Otávio Roxo - incorporado, dr. Nery Siqueira.

Durante a luta o comando do 3.º B.C. e a maior parte da unidade mudaram várias vezes, de acôrdo com o desenvolvimento das operações de guerra. Assim, em Ribeirão Preto, foram ocupados os 2.º Grupo Escolar e a Casa de Diversões Antártica Rink, de 16 de julho a 29 de agosto. Depois, passando um dia em Mocóca, no Grupo Escolar, estacionou o comando em Casa Branca, no Grupo Escolar, de 31 de agosto a 11 de setembro; a seguir, em Caconde, já em plena retirada, de 16 a 18 de setembro; por fim, aguardando ordem para entra-



TEN. CEL. JOSÉ ANCHIE-
TA TORRES
13-X-32 a 26-VIII-33



TEN. CEL. SALVADOR
MOYA
26 a 28-VII-34



TEN. CEL. CORIOLANO
ALMEIDA JR.
3-IV-35 a 23-XII-37 e
27-IV-44 a 18-III-47



TEN. CEL. JOSÉ DA
SILVA
24-XII-37 a 15-XII-39



TEN. CEL. JOAO DIAS DE
CAMPOS
16-XII-39 a 4-IV-41



TEN. CEL. NAPOLEAO DE
ALMEIDA
14-V-41 a 22-II-44



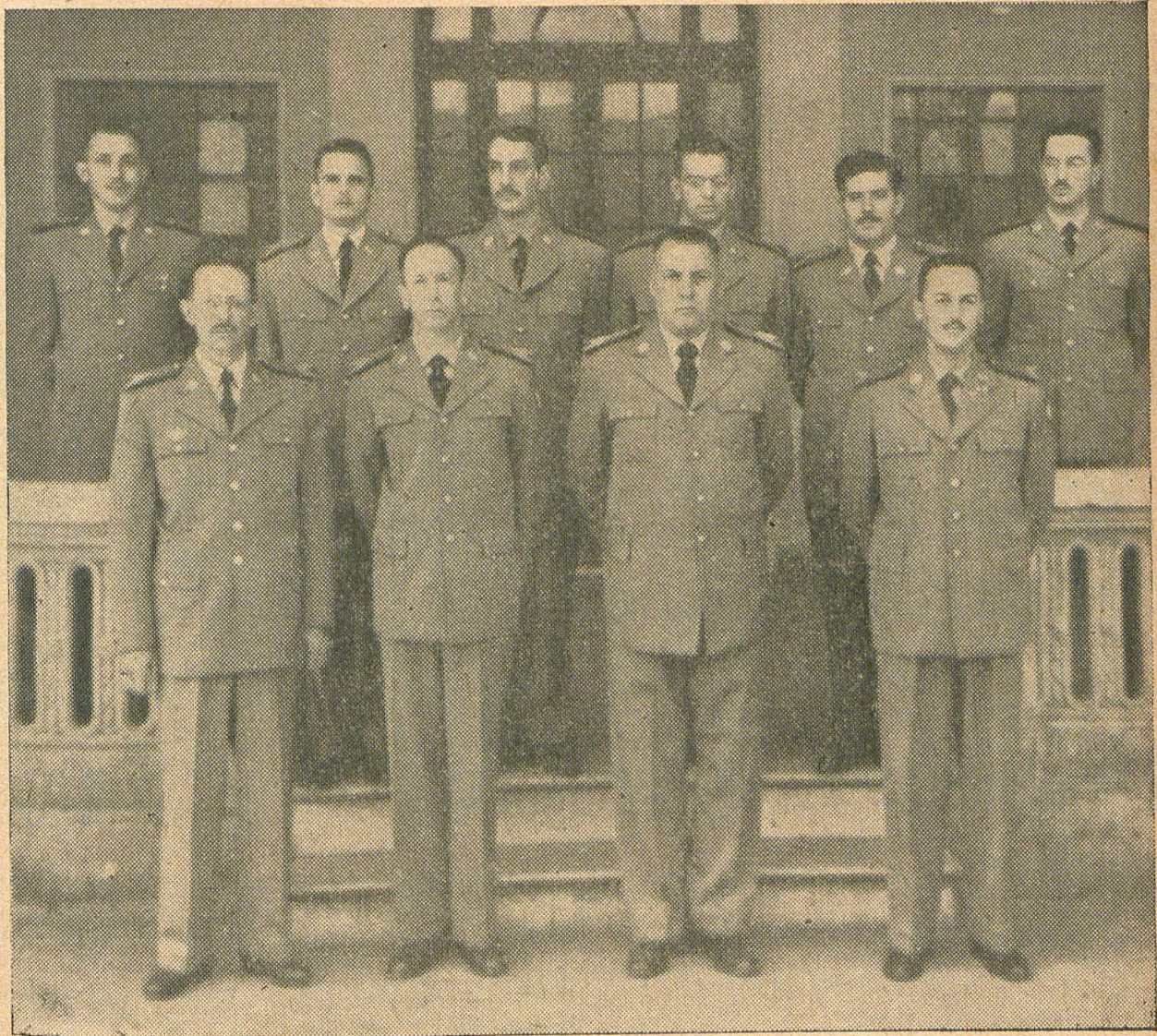
TEN. CEL. ROBERVAL
DE MENEZES
12-IV-47 a 27-IX-47



TEN. CEL. JOAO DE
QUADROS
24-II-48 a 21-II-49



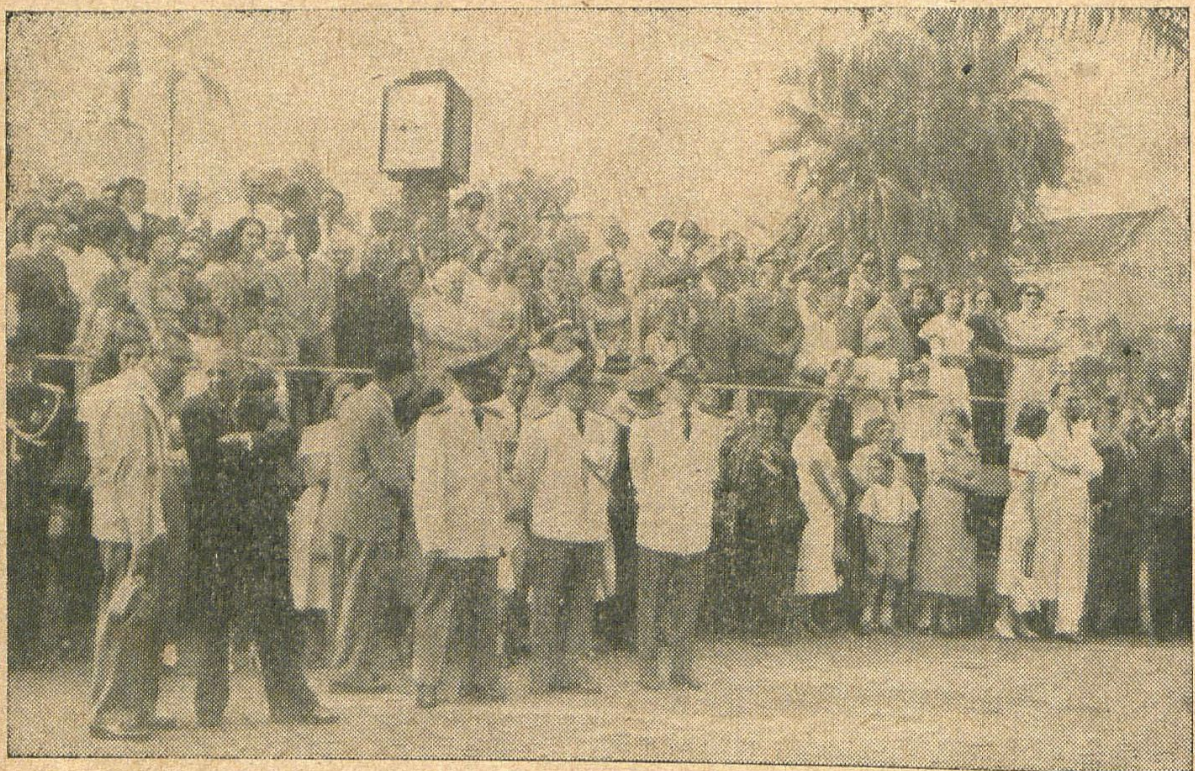
TEN. CEL. ALFREDO
CONDEIXA FILHO
15-XI-50 a 15-I-51



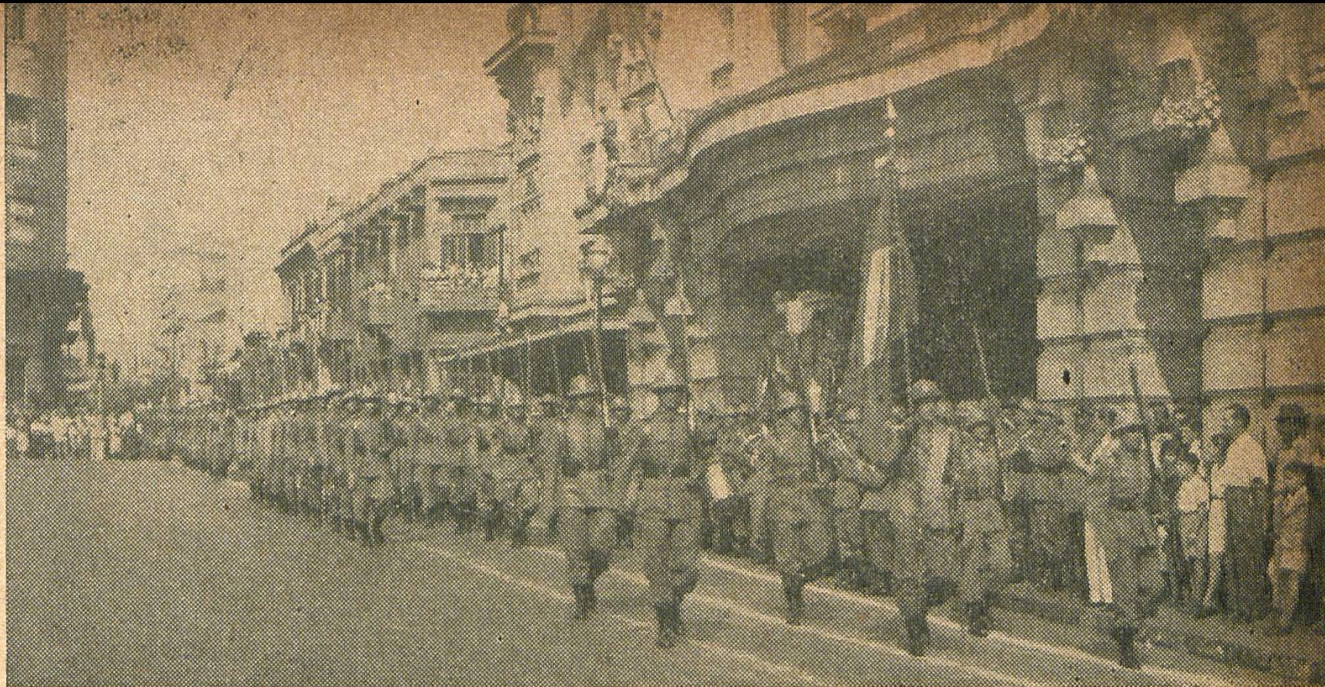
Oficialidade atual do 3.º, posando para êste periódico.



Subtenentes e sargentos do 3.º B.C., numa foto especial para esta revista

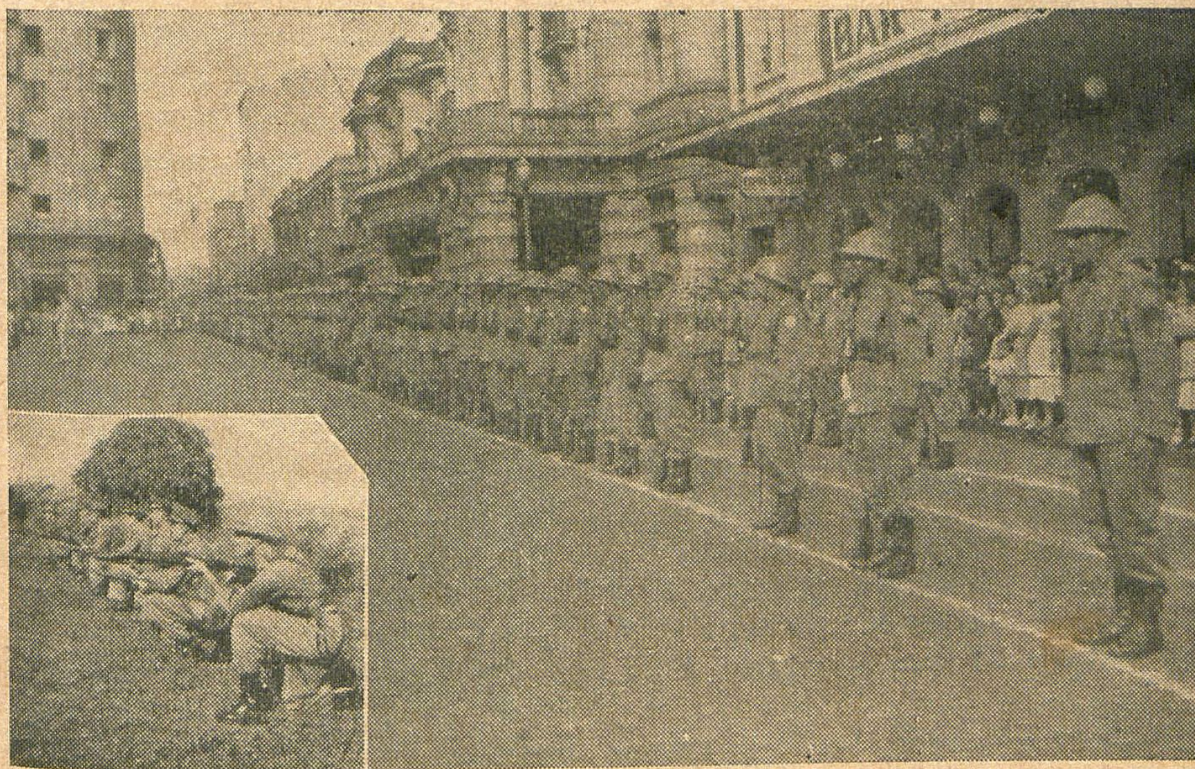


DESFILE DO "DIA DA PÁTRIA" — 1950
Tribuna de autoridades e convidados



"DIA DA PÁTRIA" — 1950

Desfile do 3.º B.C., após a cerimônia da entrega da nova Bandeira Nacional, pela sociedade ribeiropretana.



Na Praça XV — 1949, prestando continência ao governador do Estado, em visita a Ribeirão Preto. No ângulo baixo da esquerda, um instantâneo tomado no estande de tiro de Santa Teresa.



**RECEBENDO A NOVA BANDEIRA —
1950**

Oferta do povo e sociedade ribeirãopretanos, a exma. sra. D. Sinhá Junqueira faz entrega do Pavilhão Nacional ao 3.º B.C.

da na Capital, acantonou em Campinas, no Colégio Salesiano, após 6 dias passados em Itobí, permanecendo na Princesa d'Oeste até 3 de outubro, quando, finalmente, reunido o B.C., embarcou de regresso para a Capital, onde ficou acantonado no Grupo Escolar do Parí.

Nunca mais retornou ao seu quartel, na Imigração. Durou 12 dias, apenas, a permanência do jovem corpo em São Paulo. A 16 de outubro embarcava para Ribeirão Preto, onde chegou a 17, aquartelando na velha sede do destacamento policial, à rua São Sebastião.

Mas, o seu destino era mudar, sempre mudar de aquartelamento. Depois de 10 anos na cidade de Ribeirão Preto, mudou-se o B.C. para Santa Terêsa, a 9 de maio de 1942, ali ficando até 17 de fevereiro de 1944. Convém notar que, em São Paulo, durante a estadia no prédio da Hospedaria de Imigrantes, o Btl. dividiu o espaço com o Hospital de

Psicopatas, e o quartel de Santa Terêsa iria, por sua vez, ter aquele mesmo destino: hospital de loucos!

De fevereiro até 15 de julho de 1944 o 3.º B.C. ficou novamente instalado em Ribeirão Preto, no velho e conhecido quartel, e dali embarcou, a 16 de julho, daquele ano, par Batatais, onde estacionou até 31 de outubro de 1947, quando retornou a Ribeirão Preto, o seu primeiro e último destino. Sim, último destino porque o antigo edifício da rua São Sebastião está sendo demolido. No mesmo lugar irá erguer-se o quartel definitivo, que radicará, para sempre, esperamos e cremos, o 3.º B.C., à Terra do Café, ao seu povo hospitaleiro e amigo.

Nos seus vinte anos de vida, dos quais mais de 14 em Ribeirão Preto, a jovem unidade desdobrou-se, quase sempre com falta de efetivos, para efetuar o policiamento numa vasta zona do Oeste Paulista, São, atual-

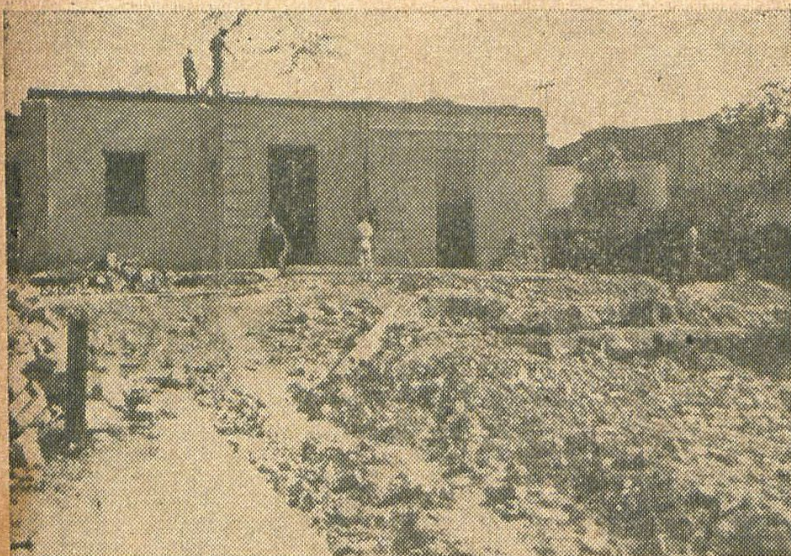


UM FATO EM FOCO

Recepção à oficialidade do 3.º B.C., por D. Sinhá Junqueira, a grande dama paulista, inscrita no "Livro do Mérito" do Brasil — 1950.



À esquerda, inauguração de uma das casas da Vila Militar, oferta de D. Sinhá Junqueira, a 21-IX-50. Descerrou a cortina da placa comemorativa o sd. Francisco de Souza, o elemento mais antigo da unidade. A direita, componentes da Sala das Ordens do 3.º B.C., — 1951



DEMOLIÇÃO DO QUARTEL VELHO

O velho casarão da rua S. Sebastião foi posto abaixo, para no seu lugar se construir novo e moderno quartel para a unidade. A foto representa uma das fases da demolição.

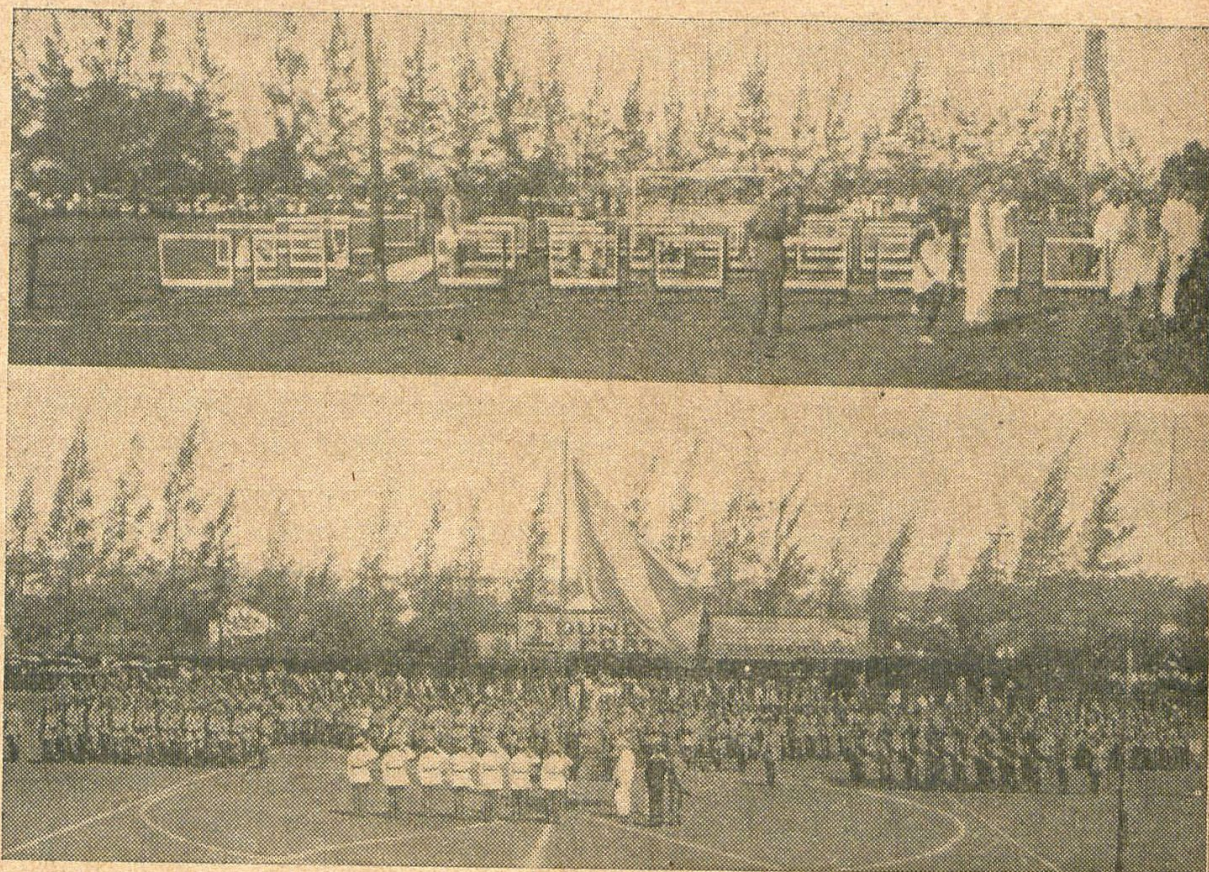
mente 66 destacamentos policiais, compreendendo as seguintes cidades: Aguai, Águas da Prata, Altinópolis, Barretos, Batatais, Bebedouro, Brodóski, Caconde, Cajobí, Casa Branca, Colina, Colômbia, Cravinhos, Descalvado, Franca, Frigorífico, Guaraci, Guará, Guariba, Guaíra, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jaboticabal, Jaborandi, Jardinópolis, Mococa, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Miguelópolis, Nu-

poranga, Olímpia, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pinhal, Pirangi, Piraçununga, Pitangueiras Pontal, Pôrto Ferreira, Ribeirão Preto, Rifaina, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São João da Boa Vista, São José da Bela Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Sales de Oliveira, São Simão, Serrana,



VILA MILITAR DO 3.º B.C.

Primeiro grupo de casas das muitas que ali serão construídas no terreno dado à Força Pública pela Prefeitura de Ribeirão Preto.



DUAS FASES DAS ATIVIDADES DO BATALHÃO

Ao alto, competição de atletismo — 1942. Em baixo, formatura no “Dia da Bandeira” — 1937.

Serra Azul, Sertãozinho, Tambaú, Taiuva, Terra Roxa, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul e Viradouro.

A maior atividade social, como é compreensível, representada pela atuação dos oficiais do Btl., desenvolveu-se na sede, em Ribeirão Preto.

Os benéficos reflexos de comandos prolongados e eficientes, como os dos tens. ceis Coriolano de Almeida Júnior, José da Silva, João Dias de Campos e Napoleão de Almeida, bem como a atuação rápida, mas de efeitos sensíveis, dos últimos comandantes, ten. cel. João de Quadros, que remodelou o sistema comum de trabalho administrativo da Unidade, ten. cel. Guilherme Rocha,

dinâmico, afável, e que foi o principal fator da volta do Btl., de Batatais para Ribeirão Preto, ten. cel. Alfredo Condeixa Filho, natural da terra, grande esportista, muito benquisto da sociedade por suas belas virtudes, e que deu verdadeiro impulso para a realização da Vila Militar do 3.º B.C., hoje com 9 casas, projetaram o nome do Btl. e da Força Pública, com o melhor dos conceitos, no seio da sociedade riberopretana e da Região.

No terreno dos esportes, tanto entre os civis como dentro do programa da Diretoria Geral de Instrução, o 3.º B.C. tem-se revelado à altura das tradições da milícia

bandeirante. Por isso, as suas últimas vitórias, triunfando no Campeonato de Voleibol da Cidade de Ribeirão Preto, de 1950, e na corrida de São Silvestre, imprimem-lhe notoriedade.

A Banda de Música e o Conjunto do «Jazz» fazem parte integrante da vida citadina, cooperando com os poderes públicos municipais, instituição de ensino e associações religiosas, abrilhantando os festejos e comemorações cívico-patriótico-religiosos. De suas hostes saem instrutores de bandas de corneteiros e tamborilheiros e de instrução de educação física para os grupos escolares e outros estabelecimentos de ensino.

O destacamento do Corpo de Bombeiros, melhorado e aperfeiçoado, em homens e material, é outro e o mais jovem departamento do 3.º B.C., com relevantes serviços prestados à população.

Para avaliação da atividade policial do Batalhão, dentro dos seus recursos, pequenos em confronto com o crescimento espantoso da vasta região do Oeste de São Paulo, é interessante trascrever aqui o movimento estatístico do ano de 1950, divulgado pela Sub-Secção de Estatística do Quartel General, referente à Fôrça Pública, e no qual aparece o 3.º B.C., como a Unidade que ostentou o maior volume de serviços prestados, na base de HOMENS-HORAS, bem superior ao Btl. que o segue, no 2.º posto:

Policiaamentos diversos e normais	331.006
Policiaamentos especializados	184.681
Policiaamentos eventuais	1.065

Escolta de prêsos	9.271
Diligências e refôrços	42.651
Policiaamentos de divertimentos públicos	87.379
Guardas em geral e Serviços de Delegacias de Polícias	1.417.305

S O M A 2.073.358

E' um resultado com todos os característicos de um sensacional recorde de serviços, na Corporação!

Depois disto nada mais adianta relatar, nesta comemoração do 20.º aniversário do 3.º B.C. Cabe-nos apenas, esperar que, provido de outros meios, mais modernos e eficientes, dotado de um efetivo de homens e de material à altura do número e de grandeza das cidades de sua zona de policiamento, possa o 3.º B.C. cumprir a honrosa missão que lhe cabe, de maneira perfeita.

Atualmente, o quadro de oficiais do Btl. está assim contituido:

comandante, ten. cel. Paulo Soares de Moura - sub-comandante, major Walter Henrique Geeneñ - ajudante, cap. Osvaldo Lopes de Brito - cmt. da 1.ª cia., cap. Rafael Peres Busato - cmt. da 2.ª cia., 1.º ten. Dalton Escobar Westin de Vasconcelos - cmt. da 3.ª cia., cap. Lúcio França Aires - chefe da F.I.F., 1.º ten. Edmur Moura Sales - secretário, 2.º ten. Adhemar Gomes da Silva - chefe da F.S.R., 1.º ten. médico dr. Paulo Hoelz - E. Física, 2.º ten. Ilques Barbosa - Armazem Reembolsável, 2.º ten. Geraldo Ferreira de Carvalho - Destacamento Corpo de Bombeiros, 2.º ten. Adelino Antunes Cocênas.

A unidade comandada pelo ten. cel. Paulo S. Moura goza do melhor conceito no seio da coletividade de Ribeirão Preto.

Seus oficiais e praças «se fizeram sentinelas avançadas, para garantia da ordem, égide sôbre a qual se assenta o monumento do trabalho na terra ribeiroprretana, cuja população, diuturnamente ativa, procura dar a parte que lhe cabe no conceito geral do progresso da Nação».

Desejando assinalar a efeméride condignamente o comando do 3.º B.C. organizou o seguinte programa:

às 8 horas, hasteamento do Pavilhão Nacional, no frontespício da séde do comando, na praça XV de Novembro, seguindo-se o desfile da tropa; 8,30, na quadra de esportes, entrega dos prêmios aos vencedores do campeonato interno de tiro, realizado pela unidade nos dias 25 e 26 de maio, último; entrega de um mimo ao sub-tenente ou sargento e ao cabo ou soldado mais antigos da unidade militar; leitura do Boletim alusivo à data.

Também, teve lugar, em continuação ao programa, o ato de inauguração do retrato do ten. cel. Alfredo Condeixa Filho, que precedeu o comandante Moura na chefia da unidade. Após a cerimônia realizou-se a disputa do troféu «3.º B.C.», entre as equipes de futebol do quadro daquele batalhão e da Escola de Educação Física, vencendo aquela por 4 x 2.

A seguir, o 3.º B.C. homenageou as autoridades e elementos representativos da sociedade local, oferecendo-lhes um almôço no «Umurama Hotel», que se traduziu numa bela festa de confraternização, cordilidade e júbilo pela transcorrência daquela signigicativa data aniversário da unidade.

N. da R. — Deixamos de inserir as fotos dos tens. ceis. Genésio de Castro e Silva e Otoniel Eugênio Aranha, comandantes do 3.º B.C., durante os períodos de 27-XIII-33 a 14-II-34 e 29-IX-49 a 30-VIII-50, por não ter sido possível obter os seus retratos, em tempo útil.

— :: —

Comércio e Indústrias Arguiso Ltda.

FORNECEDORES DA FÔRÇA PÚBLICA,
EXÊRCITO E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Rua Duque de Caxias, 144

Caixa Postal, 4062

Fone 36-2397

— End. Teleg. «ARGUIISO»

— SÃO PAULO

A Fôrça Pública

a serviço da economia popular

NÃO É A PRIMEIRA VEZ QUE DESEMPENHAMOS O HONROSO ENCARGO.

O QUE TEM SIDO A AÇÃO DOS NOSSOS COMPANHEIROS EM DEFESA DA BOLSA DO CONSUMIDOR.

Texto de Monte Serrat Filho

Nos seus 119 longos anos de existência tem a Tropa de Piratininga prestado inestimáveis serviços a São Paulo e ao Brasil, dentro do chão paulista, nos outros Estados da Federação e mesmo além fronteiras da Pátria comum. Vêm os milicianos bandeirantes, há mais de um século, assegurando a paz e a tranquilidade no seio da laboriosa família paulista, propiciando-lhe o necessário ambiente de calma e confiança, alicerces, sem dúvida, do notável progresso do Estado.

Um pouco da História

Percorrendo-se o passado da Corporação, num rápido olhar retrospectivo, vamos encontrar o primitivo Corpo de Permanentes, no ano de 1838, marchando para o extremo sul da Província a fim de combater os Farrapos que, depois de conquistar a cidade de Lages, ameaçavam invadir o território de São Paulo. Em 1842, quando o Exército Pacificador de Caxias cruza os limites de São Paulo com Minas, em seis pontos diferentes, rumo a Barbacena onde eclodira um movimento revolucionário, leva em suas fileiras elementos do Corpo de Permanentes os quais, terminada a campanha, regressaram ao aquartelamento ostentando elogios colhidos na refrega.

Em 1839, uma companhia de Permanentes comandada por um oficial rumava para os campos de Guarapuava, Palmas, São João e dos Curitibanos, onde instalaram os primeiros núcleos de civilização numa vasta zona até então inóspita pela agressividade dos ferozes Coroados, «índios robustos por sua natureza, e temíveis por sua coragem e valentia, tão amestrados a pelajar com flexas, lanças e cacetes, e que avançando em número considerável, ao seu assalto tudo sucumbe».

Ao extinguir-se a tropa colonizadora em 1845, meia centena de fazendas de criar estavam instaladas e milhares de índios integrados na sociedade, graças ao trabalho persuasivo e inteligente dos policiais que souberam transformá-los de terríveis adversários, em preciosos colaboradores na penosa tarefa de desbravar sertões.

A Guerra do Paraguai, a Campanha de Canudos, a Campanha do Contestado, a Intentona contra a vacina obrigatória, a Revolta da Armada, o Quebra-Lampeão, os movimentos revolucionários de 1922, 1924, 1930, 1935 e a epopéia da Revolução Constitucionalista de 1932, por São



O CHEFE DA FISCALIZAÇÃO E O TELEFONE

O povo sabe que o número do aparelho do Serviço de fiscalização é

52-37-22

Aqui vemos o cap. Jaime dos Santos, chefe daquele Serviço, atendendo a reclamação de um popular.



Paulo e pelo Brasil, são outros tantos marcos plantados na secular estrada percorrida pelos soldados bandeirantes na salvaguarda permanente da integridade Pátria e das suas instituições.

Não é a primeira vez

Consultando cópias de documentos do século passado, referentes a então Fôrça Policial, reunidos em pastas pelo estudioso da nossa história, cap. José Nogueira Sampaio e que nos foram cedidas por empréstimo, encontramos o seguinte e interessante relatório do Chefe de Polícia dirigido ao Presidente da Província, em 25 de janeiro de 1877:

.....
"Apesar dos abusos inveterados que faziam duvidar da existência de leis municipais, o serviço dos urbanos (Companhia de Urbanos parte integrante da então Fôrça Policial) tem corrido sem re-

clamações e os aplausos de tôdas as pessoas que desejam ver a Capital da Província com uma Polícia digna de sua civilização, não lhes tem faltado.

Nos três meses em que funciona a companhia, tem sido impostas 66 multas cobrando incontinentemente a Câmara Municipal a quantia de 395\$000, entretanto nesse mesmo periodo a referida Câmara, por intervenção dos seus fiscais, tem apenas imposto 3 multas, pendendo ainda duas da decisão do juiz competente, segundo estou informado".

Os leitores verão que, decorridos 73 anos, os fatos se repetiram, originados ainda pelos abusos inveterados e pela inépcia e desonestidade dos fiscais da Câmara encarregados da defesa da bolsa do povo.

As Origens do atual estado de coisas

O maior conflito armado de todos os tempos; extinto em 1945, acarretou consigo um desequilíbrio de ordem material e moral de âmbito universal. A falta de matéria prima e a carência de alimentos, consumidos na monstruosa fogueira de



III

Além do chefe da fiscalização de preços, há sempre outros oficiais de plantão na CEP.

O ten. Ferrarini conclui as peças de flagrante enquanto o ten. Machado (à paisana, para melhor cumprir a missão), atende a mais uma reclamação do povo.

III

mar-te, despertou, nos espíritos mal formados, o delírio do ganho fácil, embora com o sacrifício da saúde de milhares. E surgiu então a terrível hidra de mil cabeças, o Câmbio Negro.

Nunca no mundo os homens se afastaram tanto do preceito da lei divina: «Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo». O dinheiro era o deus para o qual voltava os olhos ávidos a grande turba dos esquecidos da transitoriedade da existência terrena. Fortunas foram construídas, do dia para a noite, alicerçadas na miséria do povo, desse mesmo povo que mandava seus filhos queridos ofertar a própria vida na guerra contra o inimigo comum.

A Luta Contra o Câmbio Negro

Todas as nações sentiram os seus efeitos danosos e no combate ao câmbio negro, os governos tomaram as mais enérgicas medidas.

No Brasil foram criadas as Comissão Central, Comissões Estaduais e Comissões Municipais de Preços. Leis e portarias foram baixadas para coibir a ação nefasta daqueles que o espírito popular denominou de «Tubarões», numa feliz metáfora. Criada a C.E.P. de São Paulo, em 23-I-1948, os paulistanos acreditaram que esse órgão controlador seria o freio ajustado à cobiça dos inescrupulosos. E foi confiante que o povo leu nos jornais a publicação das primeiras tabelas de preços. Bem cedo, porém, viu que as tabelas existiam apenas para não serem observadas. Poucas eram as casas de comércio que as exibiam aos freguezes. O preço das mercadorias vivia ao sabor da vontade do comerciante. E quando o freguês reclamava por estar sendo espoliado, a resposta era aquela conhecida de todos: «Se quiser levar, o preço é esse».

Os inconformados iam aos jornais, reclamavam, mas a reclamação não encontrava eco e a situação continuava a mesma. A razão de tal estado de coisas repousava na falta de uma fiscalização conveniente por parte da C.E.P. Legislar não é o bastante. E' preciso velar pela execução da lei.

Estava aí o ponto fraco do mecanismo de defesa da economia popular. O corpo de fiscais era venal. Muitos comerciantes contribuíam mensalmente para a «caixinha» da fiscalização e não eram molestados. Outros «amoleciam a grana» no ato da intimação, e os mais resistentes chegavam a ir até ao Departamento de Fiscalização da Economia Popular.

Mas lá, segundo nos afirmou o sr. José Ortiz de Camargo, ascensorista do prédio, a infração era resolvida no próprio elevador com a maior desfaçatez dos agentes da fiscalização. Os infratores eram ameaçados com pesadas multas e de ser

processados por crime contra a economia e, entre a alternativa se verem às voltas com a justiça e a de «escorregar a gaita», optavam por esta última.

Poucos chegavam a prestar declarações, só mesmo aqueles que não se submetiam ao regime da escorcha, então existente. Em suma, não havia fiscalização. Perguntarão os nossos leitores dos outros Estados: poderá o articulista provar essas acusações tão graves contra a honestidade dos antigos fiscais? E nós responderemos: as testemunhas são o comércio e a imprensa de São Paulo, os funcionários do Cartório do Departamento de Fiscalização de Economia Popular e o próprio povo.

Convites aos oficiais da Fôrça Pública

Atendendo aos reclamos da população o vereador, major Cantídio Nogueira Sampaio, achou que a medida acertada seria substituir o corpo de fiscais da C.E.P. por um outro constituído de elementos reconhecidamente honestos e efi-

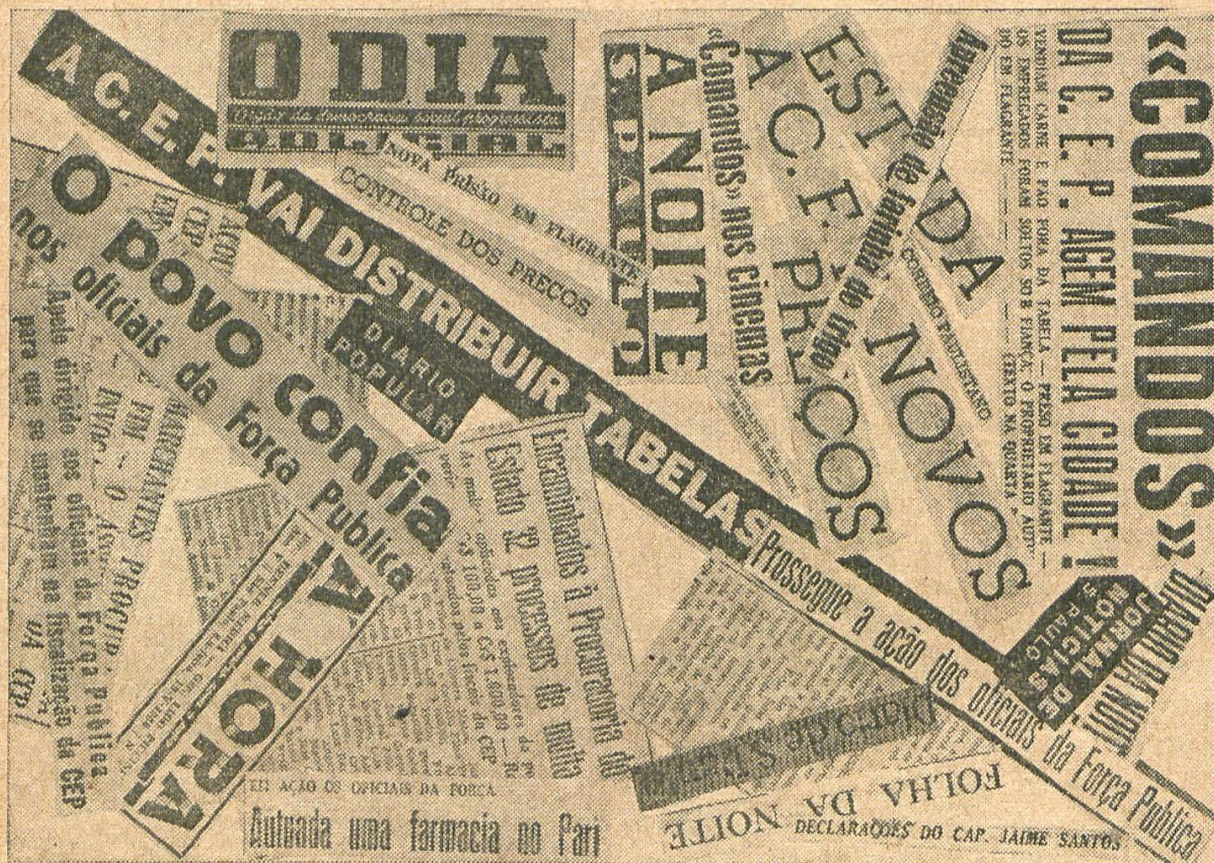


III

O volume dos processos instaurados por desrespeito à lei de economia popular é enorme.

A um pessoal ativo e eficiente se deve o rápido andamento dos trabalhos burocráticos.

III



A imprensa diária e periódica noticia...

cientos. Entrou em entendimentos com o sr. Aldo Lupo, então vice-presidente da C.E.P. e convidou seus camaradas da Fôrça para o desempenho da difícil missão. Os oficiais embuidos de espírito público, aceitaram o encargo de defensores da economia popular, embora soubessem que os seus serviços seriam prestados sem qualquer remuneração e sem prejuízo das funções normais.

O povo exultou com a nomeação dos novos fiscais e desta vez não teve motivo para desilusões. Foram nomeados 81 oficiais e pouco tempo depois mais 93, perfazendo um total de 174 fiscais. Em princípio de maio, com a substituição do sr. Aldo Lupo na vice-presidência da C.E.P. pelo sr. Otávio Mendes F^o, os oficiais da

Fôrça pediram demissão das funções de fiscais a fim de facilitar à nova vice-presidência a anunciada reestruturação do Departamento de Fiscalização de Economia Popular. Posteriormente, com júbilo geral manifestado pelo povo e pela imprensa, os nossos companheiros retornaram à fiscalização, agora sob a direção do cap. Jaime dos Santos. Reproduzindo noticiário dos jornais da época daremos uma idéia dessa crise momentânea no setor da fiscalização, resolvida de maneira honrosa para os nossos camaradas.

Significado da Campanha

Existe no Senado um projeto de lei extinguindo as comissões de preços no território nacional. Não discutiremos sobre a oportunidade da



...as atividades do Serviço da Fiscalização da CEP.

medida, mas afirmamos que enquanto ela não se efetivar os nossos camaradas estarão a postos, na defesa desse povo a quem nos orgulhamos de servir. A verdade é que a presente campanha em defesa da bolsa popular, foi, para os oficiais da Fôrça que nela se empenharam, uma dura prova, da qual se saíram galhardamente, ostentando os louros da gratidão dos paulistanos, dos elogios unânimes da imprensa, mesmo os da adversa ao Govêrno, e do engrandecimento do prestígio da Corporação junto às altas autoridades estaduais. Esta será, talvez, a mais cara contribuição da presente geração de oficiais ao já precioso acervo de serviços prestados pela Fôrça Pública aos habitantes do planalto.

Para não parecer que super-estimamos o valor dos subsídios rendidos pelos nossos colegas à coletividade paulistana, transcreveremos mais adiante, algo do muito que se escreveu aplaudindo a ação dos nossos camaradas. Como para publicarmos tudo o que as duas dezenas de diários piratininganos escreveram sobre o desempenho dos oficiais na fiscalização, fôssem necessários vários números de MILITIA, limitar-nos-emos a estampar apenas alguns clichês reproduzindo tópicos do noticiário da imprensa diária e periódica da Capital, dando ao leitor uma ligeira idéia e servindo de atestado para o futuro, de como se houveram honesta e diligentemente os oficiais da

Fôrça Pública em defesa da bolsa, da saúde e do bem estar públicos.

Os que participaram

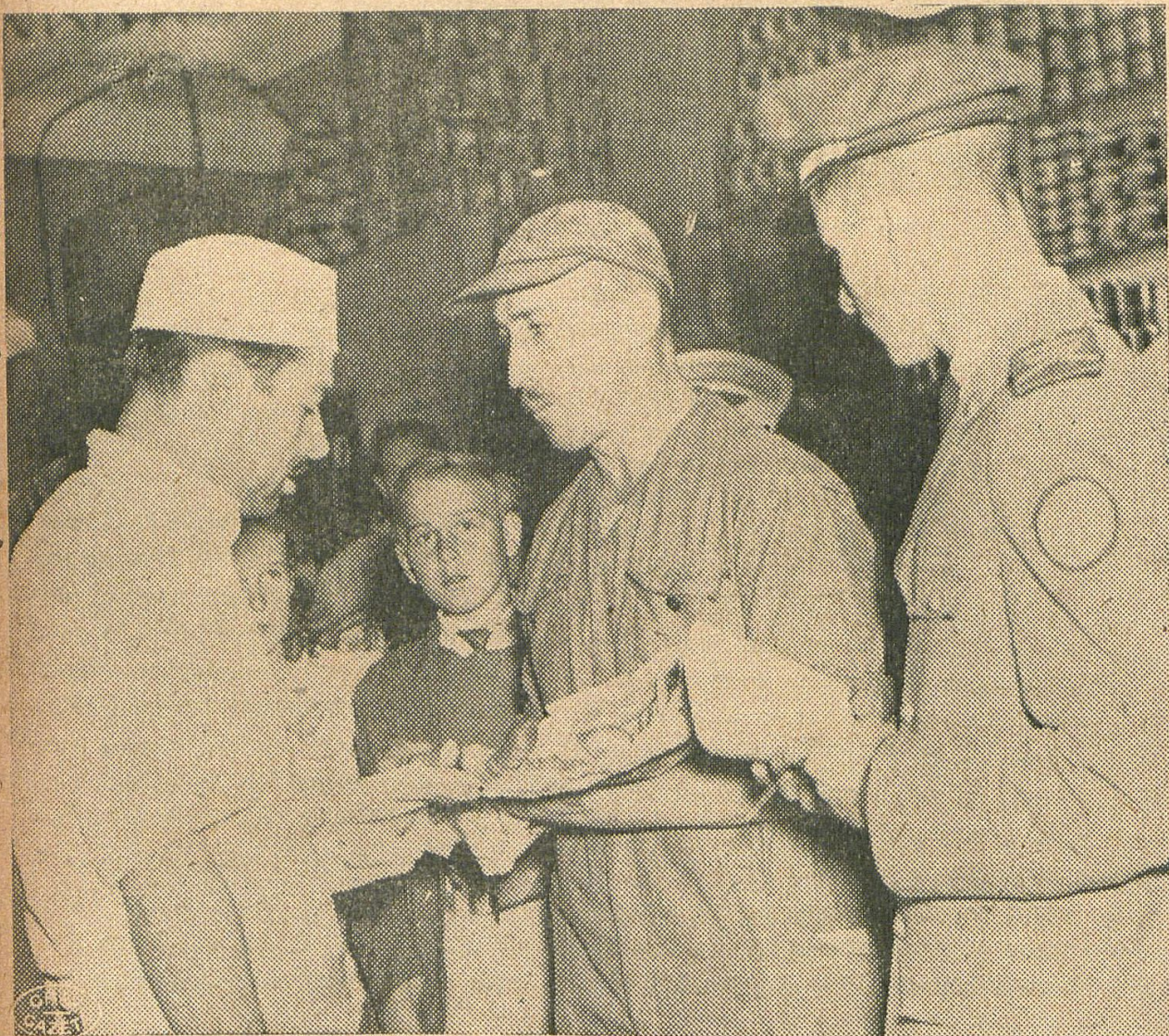
Das nossas vitórias participaram também o dr. João Gualberto da Silva, delegado titular da Delegacia de Ordem Econômica que, lutando contra as deficiências da sua repartição, sempre deu irrestrito apôio aos oficiais por ocasião da lavratura das prisões em fla-

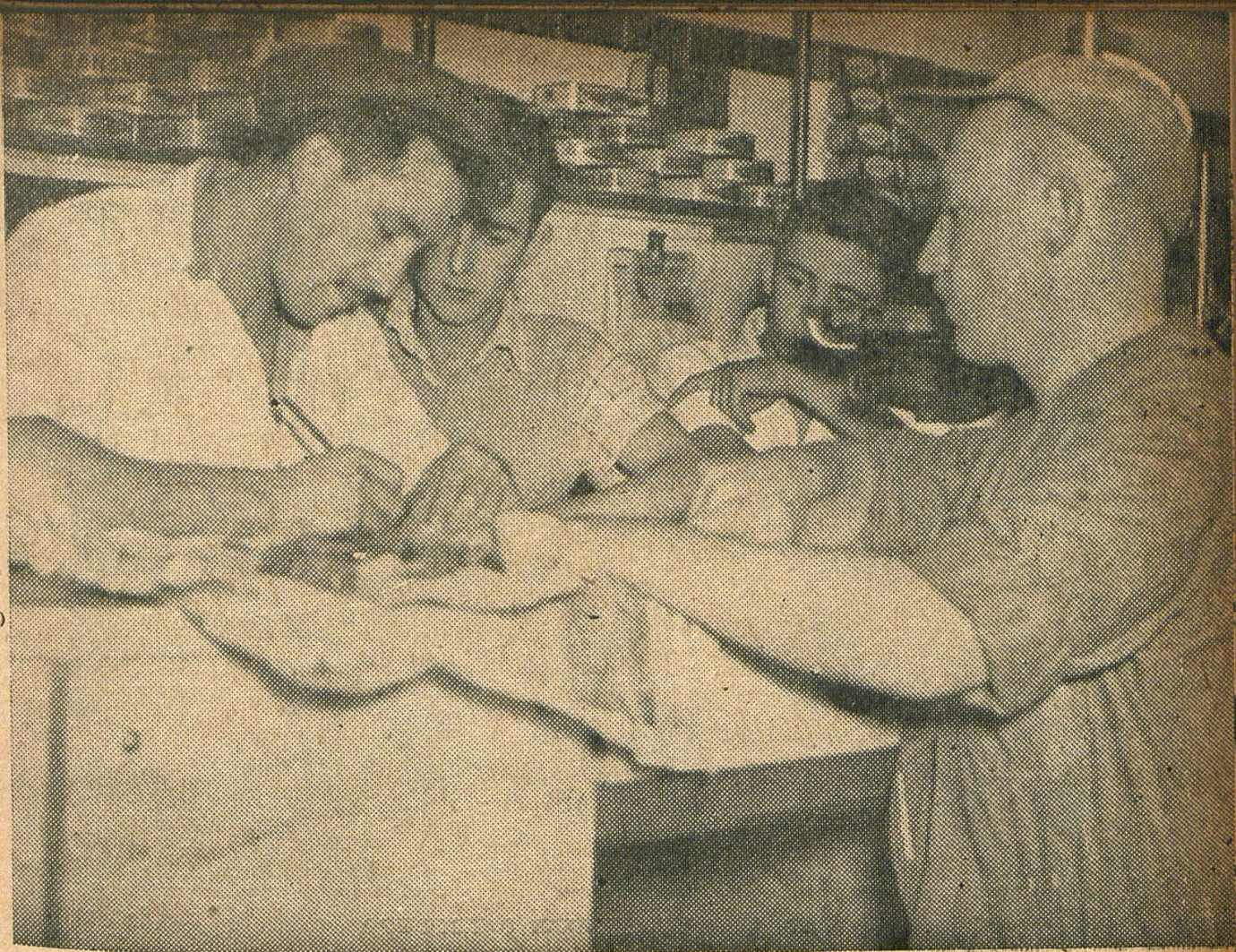
grante de contraventores, e os dedicados e honestos funcionários do Cartório do Departamento de Fiscalização de «Economia Popular», Luiz Elias Rochel, chefe do expediente, Geraldo Godwin, chefe da secção de hotéis, Faride Marcos, Tereza Clélia de Araujo, Dagmar de Toledo Barros, Maria Aparecida Walmory, Orlanda Carrer, Cecília Peixoto Coutinho, Everaldo Giaccheri, Adalberto Melo de Oliveira e Wallace Araya,

ASSIM AGE A FISCALIZAÇÃO DA CEP.

O ten. Hulsen Tosta, com uma indumentária de disfarce, surpreende o açougueiro que lhe queria vender carne acima da tabela. Outro oficial surge depois, auxiliando a ação do seu companheiro.

(Gentileza de "A GAZETA")





(Gentileza de "A GAZETA")

O próprio ten. Tosta faz o contraventor assinar o documento que originará o processo.

Geraldo Tosta, auxiliares diretos do cap. Jaime dos Santos, superintendente da fiscalização, aos quais se deve o rápido andamento dos trabalhos burocráticos.

Era nossa intenção não salientar nomes de companheiros neste trabalho, no entanto, somos levados a registrar aqui a ação, conduzida por um entusiasmo contínuo e inesgotável, do major da reserva, Elias Gomes da Silva. Esse nosso camarada que podia estar gostosamente usufruindo as despreocupações dos merecidos ócios da reforma, ao tomar

conhecimento da empreitada a que se abalçavam os companheiros de corporação, apresentou-se voluntariamente, e fazendo todos os dias dois expedientes no Departamento de Fiscalização, tornou-se mestre na realização de flagrantes e o terror dos «tubarões». O major Elias é um exemplo eloqüente de que, embora fora das fileiras ativas da Corporação, a que serviu durante trinta anos, sempre há uma oportunidade para prestar-lhe novos serviços, demonstrando-lhe acendrado amor.



OBRIGADO A VENDER O PRODUTO

Este negociante sonegava o óleo que recebera para vender ao povo. Descoberta a sonegação o contraventor, além das penalidades legais, é obrigado a vender o produto ao público, fiscalizado de perto pelo cap. Aldo R. Luz (à paisana, de terno escuro).

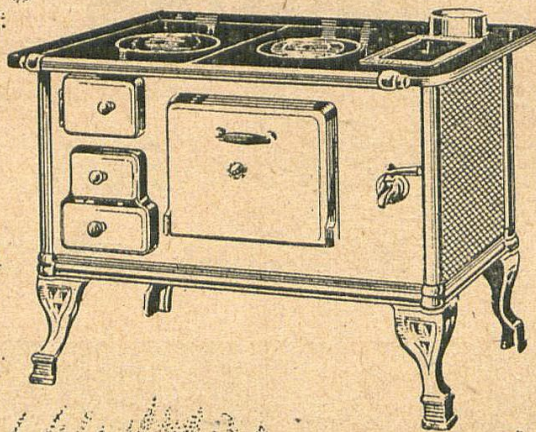
N. da R. — O autor do presente trabalho reuniu, cuidadosamente, ampla documentação constituída por crônicas, comentários e reportagens publicadas pela imprensa da capital e do interior do Estado, bem como crônicas de autoria do jornalista Maurício Loureiro Gama, lidas no programa "Ponta de Lança", da Rádio Tupi de São Paulo. Era sua intenção publicar parte desse material para que os nossos leitores de outros Estados pudessem melhor avaliar o que tem sido a atuação dos oficiais da Fôrça Pública, no setor da fiscalização de preços da C.E.P.. No entanto, a carência absoluta de espaço e o propósito da atual Diretoria de MILITIA de colocar a publicação de nossa revista em dia, levou-nos a suprimir a valiosa transcrição em apreço. Esse documentário ficará em nossa Redação ao dispor dos interessados.

— :: —

"Um homem vale pelo seu trabalho, um país pela sua produção».



Para ela !..



UM FOGÃO



4 L3
Publicidade Wallig

**SÍMBOLO DE
QUALIDADE**

METALÚRGICA WALLIG S. A

Rua Conselheiro Crispiniano, 57

Caixa Postal, 2268 — Fone: 36-1252

SÃO PAULO

MILITIA

Visita do Secretário da Segurança Pública

Recepção ao dr. Elpídio Reali,
nos quartéis da F. P.



O dr. Elpídio Reali, secretário da Segurança Pública, esteve em visita à Força Pública. Como era natural, começou pelo Quartel Ge- neral, no mês de março, onde foi recebido pelo cel. Zerbini. A recepção solene esteve presente o cel. Sebastião do Amaral, presidente do

Tribunal de Justiça Militar e vários oficiais superiores, conforme fixou nossa reportagem fotográfica.

A outra objetiva que estampamos nos mostra o dr. Elpídio Reali, em visita ao Batalhão de Guardas, acompanhado pelo cel. cmt. geral, e chefe do E.M., quando eram recebidos pelo comandante Rocha. O ilustre visitante recebeu as honras de estilo, prestadas por uma companhia daquele batalhão, em uniforme especial.



PARA VEREADOR, VOTE NO Ten. HILDEBRANDO CHAGAS

—::—

O CEL. ZERBINI HOMENAGEADO...

(Continuação da pág. 74)

luminoso da sua passagem pela alta administração da Fôrça Pública do Estado.

Parabens a todos nós, da Polícia, pela feliz escolha de s. excia. o sr. Governador do Estado, do nome de v. excia. para dirigir os destinos da Fôrça Pública.

Ressoavam ainda as palmas quando o homenageado se levantou e respondeu à saudação com palavras simples e positivas, agradecen-

do a homenagem que lhe era prestada.

Depois do café os presentes começam a se retirar e assim termina essa reunião, decorrida no mais alegre ambiente, tendo preenchido a finalidade de entrelaçar, cada vez mais, os elos que unem as polícias militar e civil no Estado de São Paulo.

O CEL. ZERBINI

homenageado pelos Delegados de Polícia

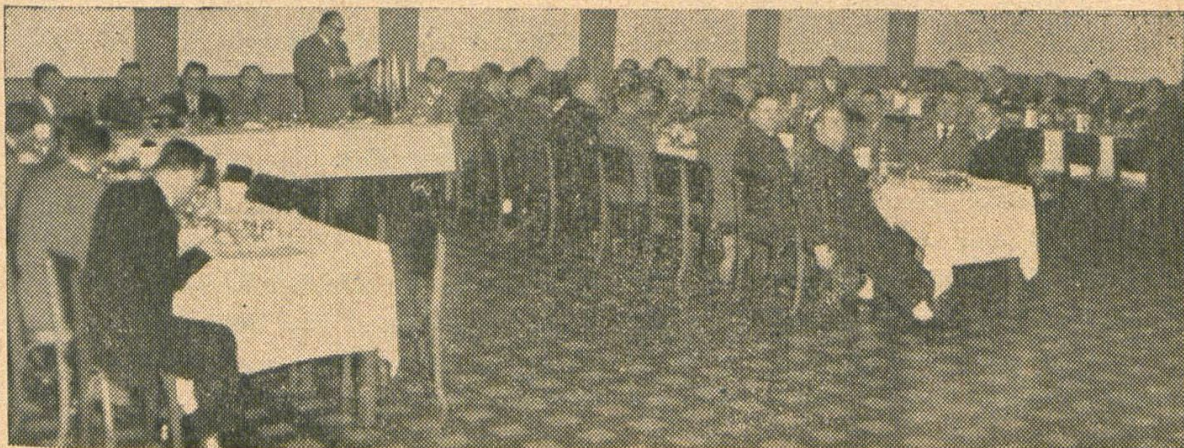
Presente ao ato o dr. Elpídio Reali, secretário da Segurança Pública



O dr. Carneiro da Fonte, quando saudava o cel. Zerbini e o homenageado, respondendo à saudação

As homenagens prestadas ao sr. cel. Euryale de Jesus Zerbini, pela sua nomeação para o elevado posto de Comandante Geral da Fôrça Pública, os delegados de polícia de São Paulo se associaram, oferecendo-lhe um jantar, no dia 18 de abril, no suntuoso salão da MAISON SUISSE, nesta Capital, com início às 20,30 horas.

Especialmente convidada, «Militia» se fêz representar tendo oportunidade de assinalar a presença do dr. Elpídio Reali, secretário da Segurança, que representou também o sr. governador Lucas Nogueira Garcez, do presidente e juizes do Tribunal de Justiça Militar, comandantes de unidade e a totalidade dos delegados de polícia da Capital.



Aspecto geral da homenagem, na Maison Suisse.

Durante o àgape a orquestra do Clube Militar da Fôrça, executou variado programa prèviamente selecionado.

Ao champangne saudou o homenageado o dr. Carneiro da Fonte, em nome dos homenageantes, cujo brilhante discurso, por oportuniíssimo, tem justificada a transcrição de alguns trechos:

A Polícia de São Paulo, permita-me sr. coronel que, no decorrer da minha oração, não estabeleça fronteira de denominação — militar e civil — pelos seus elementos mais representativos e graduados na administração dos negócios da Segurança Pública, num gesto de ampla e sincera camaradagem, aqui está em tórno desta mesa, tendo à frente a figura brilhante do nosso companheiro Elpídio Reali, que acima de Secretário de Estado é polícia, reunidos, para concretizar nesta homenagem a sua simpatia, solidariedade e alta consideração ao novo Comandante Geral da Fôrça Pública.

De tal forma sr. cel., estamos nós familiarizados e integrados dentro da Fôrça Pública, que pedimos permissão

a v. excia., sem outra intenção, para dizer: a Polícia de São Paulo está de parabens.

As nossas funções se entrelaçam de tal forma que não podemos estabelecer fronteiras entre polícia civil e militar.

As nossas homenagens a v. excia., sr. cel. Zerbini, além de ser uma prova de particular estima e alta consideração a v. excia., é também um pretêxto sincero para mais uma reunião cordial e amigã entre delegados de polícia e oficiais da Fôrça Pública.

Precisamos continuar, sempre, o nosso espírito de harmonia e camaradagem, prosseguindo nos nossos trabalhos num ambiente de sincero respeito mútuo.

Possivelmente poderão surgir, entre nós, elementos desagregadores, interessados em quebrar a harmonia reinante. Para êsses, se surgirem — façamos votos a Deus que não apareçam — fecharemos os nossos ouvidos às blandiciosas dúvidas, que serão sussuradas aos ouvidos dos menos avisados e procurarão assim, toldar a limpidez das águas, mas que essas dúvidas não tenham outra repercussão e morram ao nascer.

A esses, derrotistas que pululam pelo mundo, sempre em busca de uma personalidade, deixamos que se debatam na pequenez de seus complexos, e nós idealistas, amantes da boa causa, que vemos mais os altos interesses da nossa organização do que os nossos interesses puramente pessoais, prossigamos na nossa tarefa de braços dados, fitando horizontes largos e não nos limitando na estreiteza de complexos que diminuem o homem.

Sempre trabalhamos e pregamos a necessidade de uma união leal e sincera entre nós, policiais.

Nós, unidos e coesos, representamos uma força tremenda. É preciso que todos compreendam bem o valor dessa união.

Não podemos ficar apenas nos limites estreitos da rotina dos nossos serviços; precisamos volver o nosso olhar para o panorama político e social, para sentir o quanto se faz necessário nos tornarmos uma força, um grande bloco, difícil de penetração a qualquer incursão política e social contra a nossa organização.

Aqui estamos nós, sem querermos dar um sentido patético às nossas palavras, mas precisamos nos alertar porque em derredor de nós se agita um mundo à procura do seu destino, e por isso, precisamos conservar o sentido da realidade para não sermos surpreendidos.

Precisamos ter uma visão inteiramente nova da realidade das coisas, porque os nossos problemas se confundem. Deficiências temos, é verdade, mas predomina em nós o espírito de sacrifício, e assim nos revela o passado histórico da nossa Polícia.

É terrível que aceitemos às coisas filosóficas e contemplativamente de Buda, para mais tarde querermos sobreviver à alta pressão dos acontecimentos políticos e sociais.

Conhecemos a conformação mental das tendências do mundo para filosofias exóticas, e nós precisamos viver no realismo das coisas, sem inadequado idealismo que possa fazer perigar a nossa organização.

Vamos, portanto, doçar uma forma clássica de equilíbrio do realismo com o idealismo, PARA MANTER A NOSSA ORGANIZAÇÃO POLICIAL NOS MOLDES MODERNOS E ALCANÇAR UMA FORMA DEFINITIVA DE UMA SÓ POLÍCIA, integrada na nossa função de defesa da sociedade e que os altos e baixos da maré política e social, nos encontrem unidos, num só bloco. Precisamos ter uma mentalidade nova, com a superior capacidade de criar uma nova polícia e com o acervo dos nossos conhecimentos estabelecer métodos eficientes de trabalho.

Mas é necessário que se compreenda, para sucesso da capacidade de criar: é preciso primeiro união para se atingir aquilo que desejamos.

Talento tem v. excia., forrado de uma vasta cultura e com capacidade de trabalho bastante para enfrentar os problemas e que procura a alavanca. É v. excia. desses espíritos cultos que não se detêm poeticamente diante dos problemas o que procura a alavanca do progresso para acionar a sua administração e não se apega à rotina enferrujada de administrador sem mérito.

Substitue v. excia. o seu ilustre colega cel. Ferlich, que deixou um traço

(Cont. na pág. 71)

O "DOIS DE OURO"

terá, breve, o seu quartel

Medidas efetivas do governo estadual
asseguram tal realização



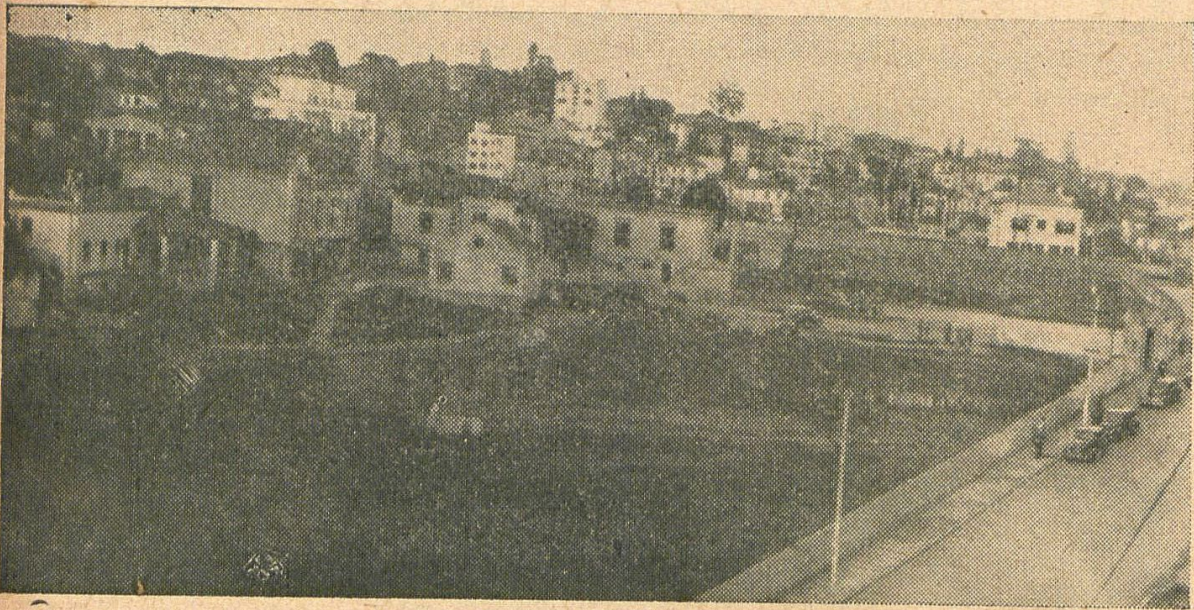
III

A 30 de dez. de 50 fazia-se a demolição simbólica do velho prédio, da qual colhemos este flagrante.

III



O ex-governador Ademar de Barros, com o seu secretário da Segurança Pública cel. Flodoardo Maia, são esclarecidos pelo cel. Brum Ferlich, sobre a construção que logo mais seria iniciada.



A 30 de dezembro de 50 era êste o aspecto do local, com o velho casarão ainda de pé.



A 26 de maio, por ocasião do singelo ato de cobertura final do edifício, pudemos focalizar a esplêndida realidade em que vem se transformando a decisão do govêrno paulista.



Os construtores do edificio, entre o Comandante da F. P., cel. Jesus Zerbini, e oficiais superiores que estiveram presentes ao botatella".

Como o velho enxame de Maeterlinck, que ao deixar a cômoda colméia à nova colônia, se atira ao desconhecido, em busca de abrigo, o 2.º B.C., desde que entregou seu ótimo prédio ao B.G., tem andado de furna em furna.

E faz já quase quinze anos que o herói de muitas batalhas e fiel servidor de mais de meio século, qual companhia de circo, anda de bairro em bairro, aproveitando os recantos abandonados por unidades mais felizes.

Essa situação, além de incômoda para os elementos da tradicional corporação, é assás onerosa para o Estado, porquanto as mudanças encurtam a vida do material, constituem motivo para menor rendimento do serviço e consomem verbas de transportes.

Considerando essas e outras desvantagens, decorrentes da situação, os responsáveis pelos destinos da Fôrça Pública, têm insistido junto aos poderes públicos, no sentido de ser dado ao «heróico defensor do Túnel» alojamento condigno.

Finalmente, a administração da Fôrça, no comando do cel. Ferlich, conseguiu ver as promessas traduzidas em realidade, e, no penúltimo dia do ano próximo passado, foi lançada a pedra fundamental do novo quartel, após o início simbólico da demolição do velho prédio em que ultimamente se alojara o «2 de Ouro».

E a simpática unidade está de parabens, pois, coisa rara em construções dessa natureza, a obra se desenvolveu com notável rapidez e vimo-la coberta a 26-V-51.

A data foi festejada com o oferecimento de farto churrasco e chopada, às demais unidades e aos trabalhadores da construção. MILITIA esteve presente às solenidades de «início de demolição», «lançamento da pedra fundamental» e «cobertura», fixando delas os instantâneos que ilustram esta nota.

À A. O. R. R. F. P. comemora o
DIA DAS POLÍCIAS



Autoridades e convidados presentes ao ato comemorativo



Os que colaboraram na parte artística.

Vinte e um de abril, sendo uma data nacional, tem, para as polícias militares, um duplo significado.

Bastaria para torná-lo dia digno de comemoração especial o fato de nos lembrar o supremo sacrifício do sacerdote da liberdade.

Justamente por nos trazer à memória o grande alferes de polícia, foi escolhido por seus pósteros, como a data magna das polícias. Tiradentes, sendo o protomártir da Independência é, também, o patrono das polícias.

Os oficiais reformados e da reserva comemoraram a efeméride levando a

têrmo magnífico programa artístico. A parte literária constou de oportuna e interessante palestra a cargo do capelão da Fôrça, major mons. Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, sob o título "OS MILITARES ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA IGREJA".

À sede social, no 15.º andar do Prédio das Américas, acorreu grande número de elementos da Milícia e outras pessoas da sociedade paulista.

Altas autoridades civis e militares também compareceram ou se fizeram representar.

UMA VEREANÇA EFICIENTE
POR UM PASSADO HONRADO.



Cap. Salvador NICOLACI
UM TRABALHADOR NA DEFESA
DOS QUE TRABALHAM

—:—

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Santa Isabel — Jacareí — Santa Branca — São José dos Campos — Paraibuna — Taubaté — Pindamonhangaba — Roseira — Guaratinguetá — Lorena — Valparaíba — Aguai.

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S.A. sob n.º 47



Escritório e sede central: (Diretoria 9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523 Fones (S. Comercial .. 9-2659
SÃO PAULO (S. Técnica 9-2681

CARROS ESPECÍFICOS PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

Uma nova indústria que surge em
S. Paulo, nas oficinas da Fôrça Pública

Iniciativa louvável do cel. Brum Ferlich, quando ainda à frente
da milícia bandeirante

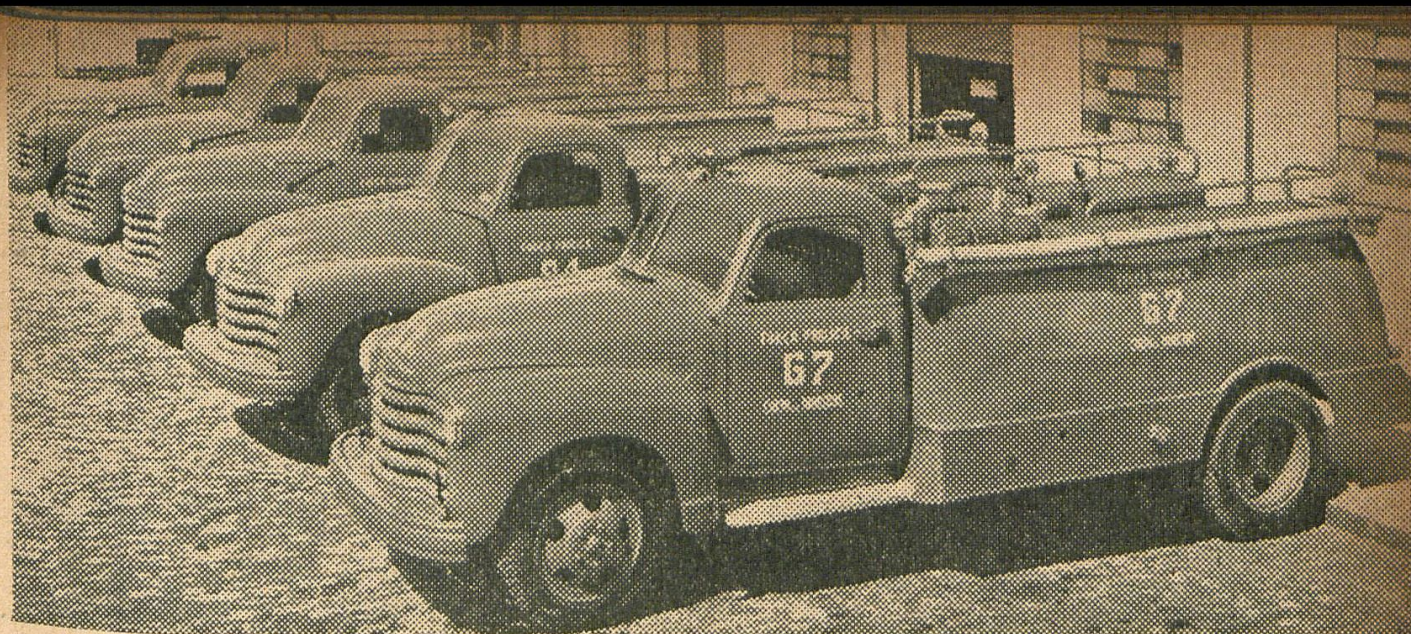
Os Corpos de Bombeiros são uma tradicional instituição brasileira já existindo desde o tempo do Império. O primeiro Corpo de Bombeiros foi criado por decreto do Imperador D. Pedro II, em 1856, para o Rio de Janeiro; e, em 10 de Março de 1880 era criado o Corpo de Bombeiros de São Paulo.

Naquela época, a criação de uma corporação de bombeiros, emprestava um aspecto de cidade progressista que acompanhava a evolução dos tempos. Os carros eram de tração animal e o material apresentava-se bem diferente do utilizado atualmente. Ao invés da estriçante sereia elétrica dos veículos modernos, os antigos carros empregavam sinos que ressoavam pelas ruas da cidade.

Com o desenvolvimento do veículo a motor, modificou-se radicalmente o aspecto do equipamento. Os animais foram abandonados para dar lugar aos motores de explosão, ainda rudimentares no início do século, mas possantes nos dias de hoje.

O Brasil procurou sempre acompanhar o progresso e os aperfeiçoamentos introduzidos nos veículos e equipamentos de combate ao fogo, importando dos EE.UU. e da Europa o que havia de mais moderno. Por essa razão as corporações de bombeiros das duas principais capitais estavam perfeitamente aparelhadas para os seus misteres, sendo de se ressaltar que as do Rio e de São Paulo se enquadravam entre as melhores de todo o mundo, não só quanto ao seu equipamento como pelo valor dos seus soldados.

Com o enorme surto de progresso industrial que o nosso país e especialmente São Paulo vem atravessando, verificou-se, no entanto, um fenômeno natural em tais circunstâncias. É que, os serviços públicos e, entre estes, os Corpos de Bombeiros, não puderam acompanhar no mesmo ritmo a iniciativa particular. As condições criadas pela situação do mercado mundial oriundas da última Grande Guerra, têm dificultado grandemente a importação do material especializado.



Os carros já prontos, alinhados no pátio do quartel do S.T.M.

E, desta vez, cabe ainda a São Paulo a primazia de uma grande iniciativa no sentido de contornar essa dificuldade.

O cel. Eleutério Brum Ferlich, então comandante da Fôrça Pública de São Paulo, que orgânicamente possui os corpos de bombeiros da capital e de várias cidades do interior, resolveu aparelhar a corporação de modo a suprir as deficiências de importação do material especializado para os serviços de bombeiros, tendo contratado o eng. Gurgel de Saint-Clair para planejar, montar e organizar um parque industrial dentro dos seus próprios quartéis, cujas oficinas já se acham na sua fase de franca produção.

Aquêle comando, desejando antecipar os resultados da sua iniciativa, mesmo antes de contar com os recursos orçamentários para uma produção regular de material especializado, entrou em entendimentos com a firma Bucka Spiero & Cia. Ltda., importadores de material de incêndio, vencedores da última concorrência pública para o fornecimento de cinco carros específicos

para a extinção de incêndios, no sentido de que aqueles carros fôsem construídos e montados nas próprias oficinas da Fôrça Pública.

Os srs. Bucka Spiero & Cia. Ltda. concordaram entusiasticamente com a patriótica idéia e confiaram a elaboração dos respectivos projetos e direção da construção dos aludidos carros ao próprio eng. Saint-Clair, para assim serem melhor observadas as exigências técnicas de uma construção especializada. O modelo projetado foi devidamente aprovado pela respectiva Comissão de Padronização do Corpo de Bombeiros e a construção das unidades, autorizada. E no dia 15 de dezembro último, data em que se comemorava o 119.º aniversário da Fôrça Pública, os cinco carros foram solenemente apresentados ao sr. Governador do Estado.

CARACTERÍSTICAS DOS NOVOS CARROS

Os novos veículos da classe «Auto-Bomba-Cisterna», foram inteiramente construídos nas Oficinas da Fôrça Pública do Estado, sob a direção do eng. Saint-Clair, como

já dissemos acima e com a valiosa colaboração da General Motors do Brasil — que se encarregou de estudar, indicar e fornecer os chassis apropriados para o caso — «Chevrolet» Gigante, reforçado.

O carro, de linhas modernas e elegante, pode conduzir 6 homens cômodamente sentados, além de todo o material e reserva de água. O veículo é equipado com uma bomba auto-aspirante de 700 litros por minuto, também construída nas próprias oficinas da Fôrça. A capacidade do tanque em forma «U» é de 3000 litros, cabendo esclarecer que a utilização judiciosa da água, impede o seu esgotamento com rapidez excessiva. O carro é ainda dotado de 3 expedições para linhas de ataque, sendo que duas dessas linhas estão permanentemente montadas; possui, ainda, 3 faróis giratórios, 3 extintores químicos, sereia elétrica e equipamento complementar.

Entre as vantagens que este modelo apresenta sobre os importados, deve-se assinalar que o seu baixo centro de gravidade proporciona estabilidade para se desenvolver velocidades acima da comum em veículos de sua classe. Outra característica importante é a simplicidade de operação do aparelhamento hidráulico, pois os respectivos órgãos de comando são conjugados, numa feliz combinação que impossibilita erros de manobra quando os bombeiros estão em ação e seriamente preocupados. Há ainda a ressaltar outra vantagem: quando o motor do carro põe a bomba em rotação, o fluxo de água se inicia imedia-

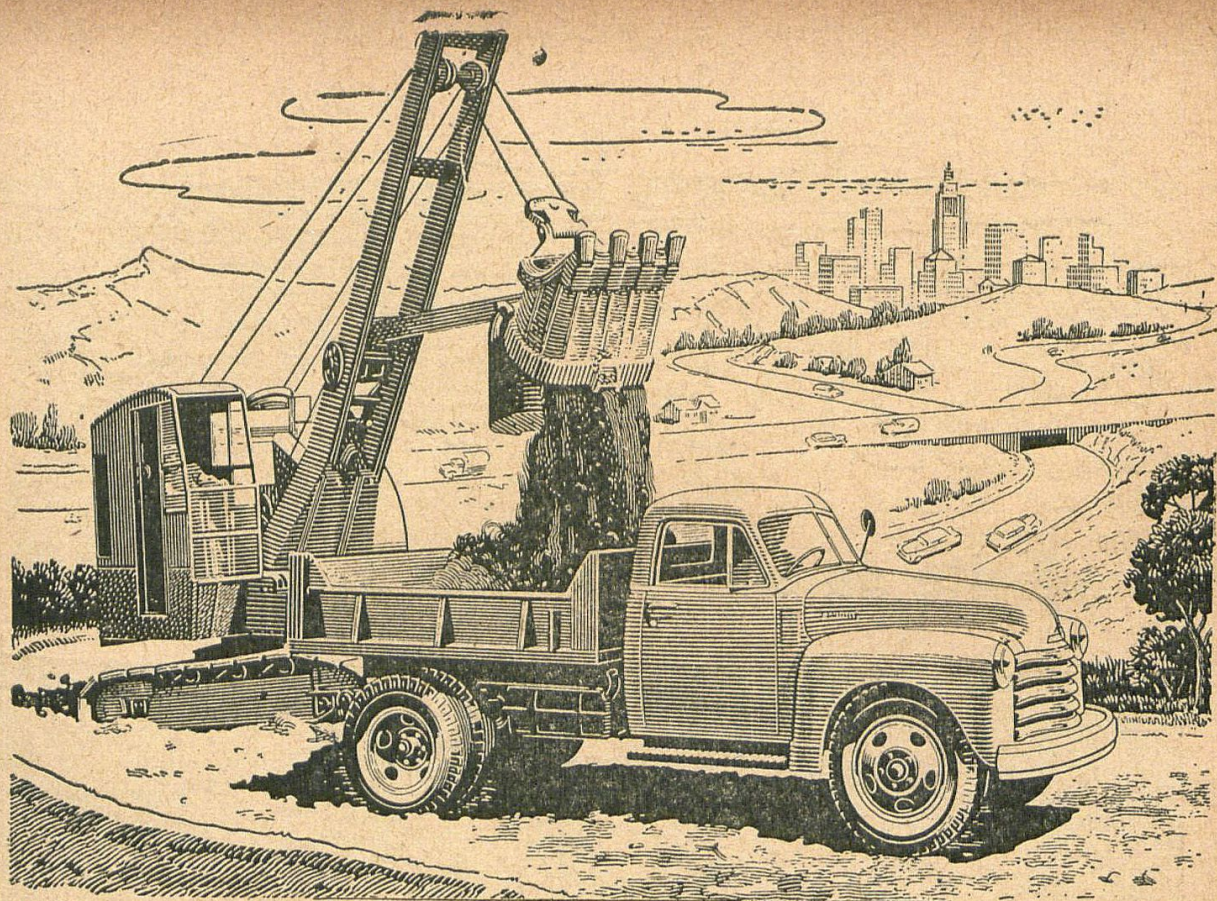
tamente sem necessidade de recursos artificiais. Assim, as mangueiras podem estar permanentemente ligadas, de modo que, ao atingir o local do incêndio, resta apenas ligar a bomba, estender as mangueiras de ataque e abrir as respectivas válvulas, o que pode ser feito em alguns segundos apenas. Tais qualidades são de grande importância em veículos deste tipo, por tratar-se de carros de primeira linha, destinados a iniciar, sem perda de tempo o ataque às chamas.

Outras vantagens: tampa do tanque removível, parcial ou totalmente, para limpeza ou consertos; todo o conjunto pode ser inteiramente removido do chassis, apenas com a retirada de alguns parafusos; a bomba é facilmente acessível devido à construção do tanque em forma de «U». Cumpre assinalar que tais características não existem em carros importados.

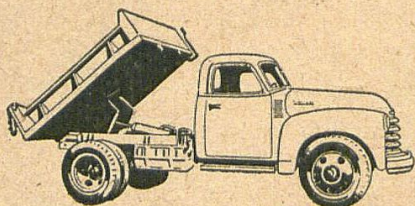
Fator importante a ressaltar é que toda a matéria prima empregada no carro é proveniente do parque fabricante nacional. Assim, todo o aço utilizado, seja em vigas, perfilados, trafilados ou chapas — é oriundo de Volta Redonda. A parte de madeira empregada no assoalho, assentos, rebordo da carroceria e caixas de equipamento é construída com cedro das nossas matas; os acessórios do equipamento hidráulico, inclusive as próprias bombas, também foram construídos nas oficinas da Fôrça Pública, com matéria prima brasileira.

Esta é uma notícia alviziareira e que nos envaidece porquanto evi-

(Cont. na pág. 93)



OS CAMINHÕES



Chevrolet

ABREM CAMINHOS PARA O PROGRESSO

Os caminhões Chevrolet estão sempre presentes no árduo trabalho de abrir caminhos para o progresso econômico do Brasil. Nessa patriótica tarefa de construir estradas, os caminhões Basculantes Chevrolet são os mais eficientes no transporte de terra, cascalhos, etc. Inteiramente de chapa, com reforço em toda a extensão das laterais, os Basculan-

tes Chevrolet oferecem carroceria facilmente levantada por meio de um aparelho hidráulico acionado pelo motor, simplificando a operação de descarga. Proporcionando maior resistência e mais espaço, os caminhões Chevrolet dão mais lucro porque *rodam mais tempo na estrada - ficam menos tempo na oficina.*

produto da
GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.

Concessionários em todo o país.



Noite de São João em S. Vicente



Prá quê legenda...

Como nos anos anteriores o Clube Militar realizou na véspera do dia de São João, 23 de junho, mais uma festa tipicamente caipira. Desta vez a Colônia de Férias, em São Vicente, foi o local escolhido e que se prestou magnificamente para a «função», por ser espaçoso e de fácil adaptação. Muitos associados,

além dos que estavam hospedados na Colônia na ocasião, compareceram à festa, enchendo os salões, transbordando para o saguão, para as áreas dos lados e da frente, dançando, brincando, tomando «quentão», comendo churrascos. Não faltou a quadrilha, da qual participaram caisais trajados a caráter, com todo



A "solenidade" do casório.

o requinte do caipira, onde as côres berrantes das saias e das blusas estavam ao lado do pano «pedrês» das calças e paletos.

Não faltaram barbichas, bandós, pitos, ringideiras, tranças com laços de fita côm de abóbora. A parte culminante da festa, porém, foi o casamento de dois tabaréos (o tabaréo com a tabarôa), que arrancou gargalhadas a todos, tanto pelos trajes vestidos pelos noivos e pelo padre (diga-se de passagem que o

padre acabou caindo na dança com batina e tudo), como pela interpretação das personagens, que viveram a situação. Durante tôda a «solenidade» do casamento e o baile que teve início depois, o prédio da Colônia dansou também sôbre os seus alicerces, com as explosões de bombardas, dum foguetório tremendo e sem fim. O Clube Militar realizou uma dessas festas que deixam saudade.

Compareceram à festa e participaram dela os srs. cel. Euryale de Jesus Zerbini, Cmt. Geral da Fôrça, cel. João de Oliveira Melo, Chefe do E.M. e ten. cel. José Ribamar de Miranda, Diretor Geral de Instrução. O Comando Geral da Fôrça prestigiou, desta forma, mais uma realização do Clube Militar.

A festa de São João prolongou-se até a madrugada do dia seguinte, sem esmorecimento por parte dos matutos que gastaram a sola dos sapatos, dansando sem parar.

— :: —

A maior organização de Rádios, Refrigeração, Máquinas de Costura,
Bicicletas e Material Elétrico

Representantes e importadores de afamadas marcas americanas e européas

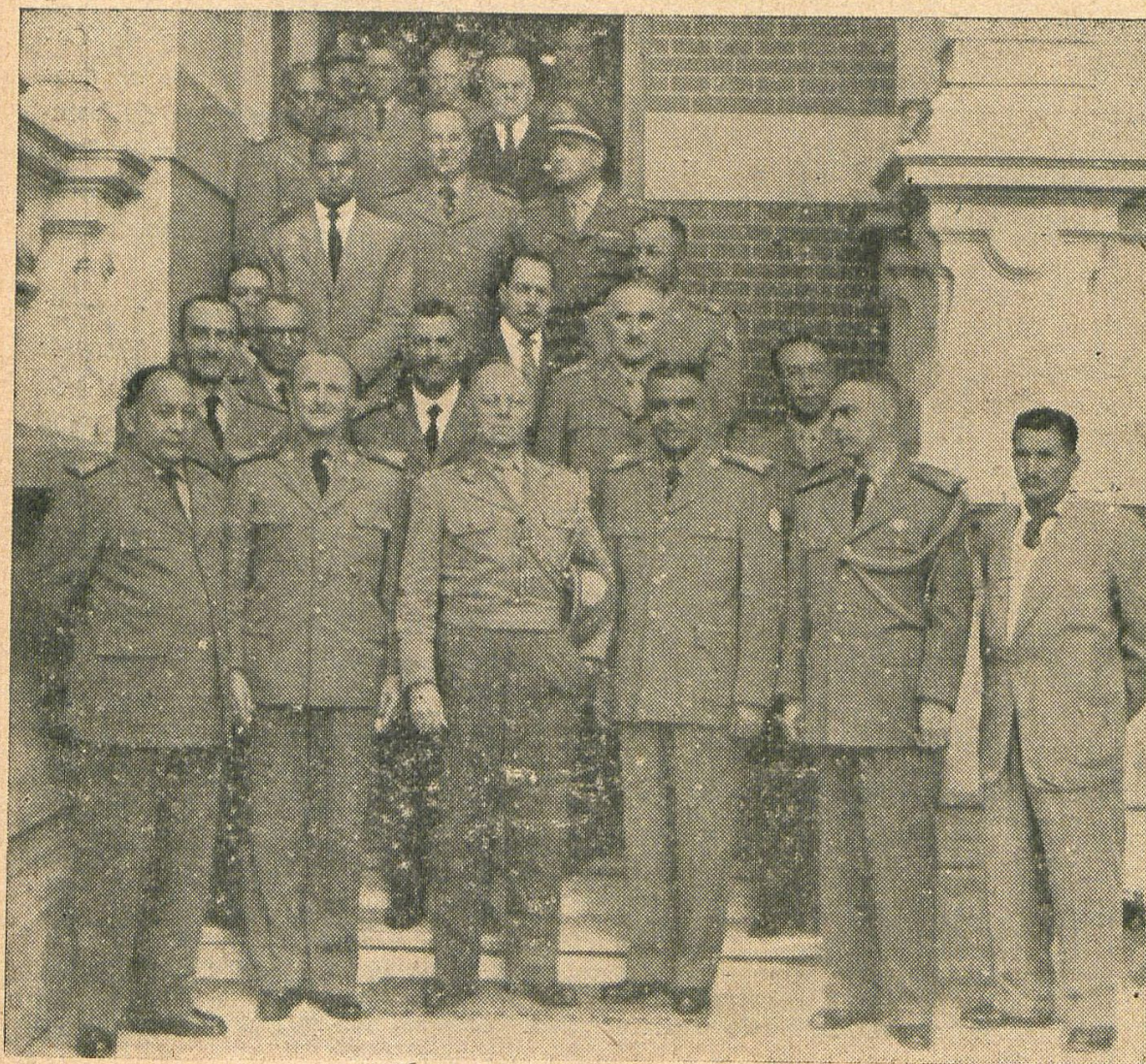
VENDAS EM 20 PRESTAÇÕES

RÁDIOS BELMONTE LTDA.

UM NOME — UMA TRADIÇÃO — UMA GARANTIA

Rua São Caetano, 315 — Fone 34-6038 — S. PAULO

Posse do novo Diretor Geral de Instrução



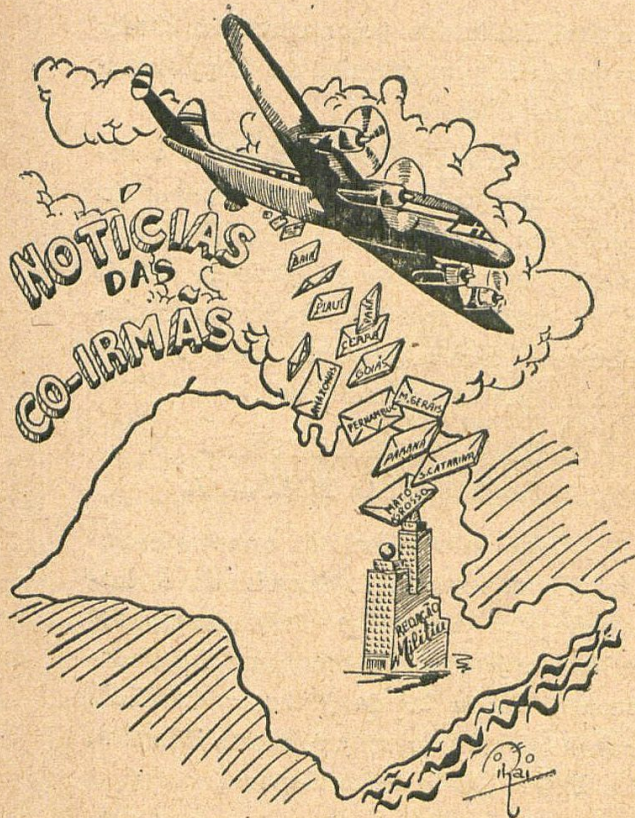
Objetiva tomada na escadaria do Quartel General, vendo-se, além do novo D.G.I., os ceis. Cezimbra, Zerbini, Quadros, Melo e outros oficiais.

No salão nobre do Quartel General, com a presença do cel. Euryale de Jesus Zerbini, Cmt. Geral da Fôrça, cel. Cezimbra, representante do Cmt. da 2.a R.M., cel. João de Oliveira Melo, chefe do E.M., cel. Pedro Dias de Campos, Cmts. de Corpo e Chefes de Serviço, bem

como dos oficiais do E.M. da Fôrça, teve lugar, no dia 11 de junho, a solenidade da posse do novo Diretor Geral de Instrução, major José Ribamar de Miranda, do E.B., comissionado no posto de ten. cel.

O ten. cel. Ribamar foi apresentado à oficialidade da Fôrça pelo

(Cont. na pág. 93)



PIAUI

116.º ANIVERSÁRIO DA P.M.

Transcorreu, a 25 de junho último mais um aniversário da Polícia Militar do Piauí, tendo sido realizado um programa de festividades que traduziram os sentimentos dos seus componentes, à vista dos valiosos serviços prestados à ordem social piauiense.

As oito horas da manhã, o sr. governador do Estado, Pedro de Almenra Freitas, acompanhado de altas autoridades civis e militares, compareceu ao início das solenidades do dia, com o hasteamento do Pavilhão Nacional, seguindo-se um programa de desportos coletivos, entre grupamentos do Comando Geral e do Batalhão de Infantaria.

À tarde, das 14 às 17 horas, foi realizado um vespéral dansante para as praças da Corporação e da Guarnição Fede-

ral situada na Capital, abrilhantado pelo grande jazz sob a regência do maestro Sebastião Simplicio, e pelo jazz do 25.º B.C., notando-se a presença de autoridades civis e militares, numa demonstração de apreço e estima às praças de pré da aniversariante.

A noite, foi realizado magnífico banquete de conagraçameto entre os oficiais da corporação e da guarnição federal, também com a presença do sr. Almendra Freitas, do sr. vice-governador, Tertuliano Milton Brandão, deputados maj. Gumercindo Saraiva Ribeiro, José Lourenço Mourão, da Polícia Militar e altas autoridades civis e militares.

Ao champanhe, oferecendo o ágape, saudou o sr. governador do Estado e oficiais da guarnição federal, o cap. Santiago Vasques Filho, nosso correspondente, que, em feliz improviso, ressaltou a significação daquela reunião. Agradeceu, em bela oração, pela guarnição federal, o 1.º ten. Andrade Potí, do 25.º B.C., herói da F.E.B., tecendo encômios à aniversariante. O jazz da corporação, sob a batuta do maestro Sebastião Simplicio, ofereceu aos presentes magnífico repertório musical, encerrando-se as solenidades do dia num ambiente de estreita camaradagem e sã alegria.

COMISSÃO DE INTERCÂMBIO

Pelo cel. Olavo Nogueira, comandante geral, foi nomeada a Comissão de Intercâmbio entre as co-irmãs, para tratar de assuntos de interesse de classe policial-militar, tendo em vista o problema da federalização que ora vem tomando vulto no País. A Comissão é composta do cap. Santiago Vasques Filho, comandante do Batalhão de Infantaria e nosso representante, e do 1.º ten. Otávio Augusto Acioli Cintra, ajudante daquele B.I., estando ela empenhada

em manter intercâmbio entre as co-irmãs, trocando idéias sôbre os assuntos de máximo interêsse da classe, pelo que pode aos camaradas de todo o País, por nosso intermédio, que lhe remetam seus pareceres e idéias a respeito, com urgência, concitando a todos a trabalhar em pról dessa campanha sadia e benéfica. A mesma comissão faz sentir aos camaradas das co-irmãs a necessidade de reuniões em zonas ou regiões, a fim de, com o debate verbal, traçar o roteiro certo das demarches junto aos poderes competentes para a solução do magno problema da classe.

RIO GRANDE DO SUL

ESTATUTOS DA BDA. MILITAR

Tem despertado grande interêsse a discussão do ante-projeto dos Estatutos da Brigada Militar, a ponto de todos os camaradas gaúchos se acharem verdadeiramente empolgados pelo assunto. O comando da B.M., levando em consideração o significado daquele ante-projeto, nomeou uma comissão que se encarregará de estudar as emendas a serem oferecidas aos legisladores dos pampas.

A comissão referida está composta pelos cel. Júlio da Silva Barão (presidente), tens. ceis. Osvaldino Bica e Abílio da Silva Moraes e 1.º ten. Hélio Moro Mariante.

CURSO DE TÉCNICA POLICIAL

Foi criado, no Q.G. da B.M., funcionando sob a supervisão do chefe do E.M. e direção do major Manoel de Barros Martins, da P.M. do Distrito Federal, o "Curso de Técnica Policial", para oficiais.

No referido curso, que terá início a 1.º de julho, serão matriculados, obrigatoriamente, 3 oficiais subalternos por unidade e 1 por serviço da guarnição da

capital, indicados pelos cmts. ou chefes respectivos, sem prejuizo das funções normais dos oficiais.

O C.T.P. foi criado "com o objetivo de colocar oficiais subalternos em condições de assumirem, a qualquer momento, as funções de delegado de polícia e, ao mesmo tempo, dar-lhes os conhecimentos técnico-policiais para o bom desempenho dessas funções".

CURSO DE MONITORES DE INSTRUÇÃO POLICIAL

Consoante a decidida orientação policial que vem sendo imprimida à instrução dos elementos brigadianos, foi criado e já se acha em pleno funcionamento, dende 1.º de junho, o C.M.I.P., sob a direção do major Barros Martins, da P.M. do Distrito Federal.

Nele foram matriculados, obrigatoriamente, um sargento por sub-unidade, serviço ou contingente, sediados na capital.

"MANUAL PRÁTICO DO POLICIAL"

Esta interessante e útil publicação, de autoria do 1.º ten. Teodoro N. Salgado, da F.P. paulista e editado por "MILITIA", como é óbvio, dada a grande extensão de interêsse profissional, tem sido recebida de modo auspicioso por todos os camaradas gaúchos que a têm folheado ou consultado.

Recomendando o livro aos seus comandados, assim se expressou o comando da B.M.:

"Aconselho a leitura constante desse Manual por todos os oficiais e praças da Fôrça, quer se encontrem ou não em funções relacionadas com o policiamento. O referido livro veio preencher uma lacuna apontada como causa certa de várias falhas na árdua e espinhosa missão policial a nosso cargo".

Instrutores de Educação Física

Menotti Del Picchia

Que a instrução pública do país precise de uma vasta reforma não há menor dúvida. A dificuldade na solução dos problemas brasileiros reside no fato de ser necessário revolver tóda a arquitetura estatal da nação com uma reestruturação de base. E tudo depende da Lei Magna. O arcabouço institucional do país está acotido às linhas mestras da Constituição e, como temos tido várias constituições nestes últimos anos, e como o Brasil e o mundo estão em fase de transição, as forças misoneistas e filoneistas empenham-se em rudes batalhas e o resultado final da pugna são eliminações de alguns conceitos mortos ou arcaicos e a implantação de alguns princípios revolucionários e novos. Tudo somado: uma tecitura estatal bastarda, eclética, com todos os males dos resíduos de um passado superado e as tentativas de realização de uma parte de ousados ideais novos. O corpo do Estado fica sendo uma estranha e híbrida mistura de órgãos e membros que conflitam entre si.

Ao lado do reconhecimento dos filhos naturais, pela investigação da paternidade, a negação do instituto do divórcio; ao lado da sindicalização livre, a unidade sindical com função medíocre dentro da comunidade; ao lado de uma compreensão técnica da necessidade de uma remodelação geográfica dos Estados, dentro de sábios e científicos critérios geo-econômicos, a divisão sentimental e

Transcrevemos, data venia, mais um trabalho publicado em "A GAZETA", do ilustre particio Menotti Del Picchia, já muito nosso amigo. Os conceitos expendidos em favor da Escola de Educação Física da Fôrça Pública e sua luta, na Câmara Federal, no sentido de se lhe restituir "uma prerrogativa que por todos os títulos lhe cabe", tem especial significado, por partir de pessoa autorizada e estranha aos quadros da Corporação. Somos-lhe gratos.

arbitrária das unidades da Federação, etc., etc., etc.

Em matéria de educação, os conceitos modernos determinariam a racionalização e atualização dos seus processos, desde sua intensa ruralização e proletarização, à adequação de programas apropriados às finalidades várias de um vasto, complexo e plástico plano educacional. O que fazemos, porém, no Congresso e no Ministério, é remediar o mal endêmico e estrutural com remédios contemporizadores e emergentes.

Um exemplo: a Escola de Educação Física da Fôrça Pública do Estado de São Paulo talvez seja o instituto educacional que, no ramo, tenha a mais prestigiosa tradição histórica entre os vários institutos de ensino de educação física. Basta lembrar num longínquo passado, desde 1910, quando o esporte em São Paulo era uma iniciação combatida e precária, não fazendo antever o formidável impulso que o levou ao esplendor atual, era essa gloriosa escola quem fornecia assistência técnica e dava professores especializados a todos os núcleos

que heróicamente desenvolviam práticas esportivas. Deu instrutores ao Clube de Regatas Tieté, Clube Português, Portugal Clube, Sociedade Hípica Paulista, Sociedade Sul Riograndense, Iate Clube Paulista, Associação Paulista de Escoteiros, Santos Futebol Clube, etc. Ao esporte nascente ofertou uma assistência técnico-científica capaz de consolar a maravilhosa consciência esportiva de São Paulo, que tão retumbantes glórias vem dando ao nosso futebol e às outras manifestações de destreza física. Na raiz dessa obra esclarecedora e estimuladora de saúde, atletismo e euforia, se inscrevem também os nomes dos rutilantes membros da Missão Francesa, capitães Balancier e Louis Lemaitre.

Com tal tradição, a Escola de Educação Física da Fôrça Pública de São Paulo, ao se criar, com o Decreto n.º 19.980, de 1931, a obrigatoriedade do

ensino de educação física dos cursos secundários, era natural que lhe fôsse conferida a diplomação de professores. Nenhuma escola era mais autorizada do que essa. A validade de diplomas por ela expedidos foi reconhecida até 1942, quando, certamente por um equívoco legal, tal faculdade foi suspensa embora continuassem a dispôr dela suas irmãs congêneres, as Escolas de Educação Física do Exército e da Marinha, que, ao lado da nossa, a da Fôrça Pública, tão grandes serviços vinham prestando para a melhoria do nosso material humano e para maior cultura e eugenia da raça.

Tive a honra de reclamar, no Congresso, contra essa anomalia. Seria grave injustiça privar essa gloriosa Escola de uma prerrogativa que por todos os títulos lhe cabe, quer pela sua tradição histórica, quer pelo valor do seu ilustre corpo de professores.



— Um de nós não está com o passo certo !

(Everybody's Londres).

Contribuição da E. E. F. da Força Pública paulista para a educação física brasileira.

FORNECEU INSTRUTORES PARA OS SEGUINTE CLUBES E ENTIDADES DESPORTIVAS

- 1 — Clube Atlético Paulistano, de São Paulo
- 2 — Portugal Clube, de São Paulo
- 3 — Sociedade Esportiva Palmeiras, de São Paulo
- 4 — Associação Desportiva Floresta, de São Paulo
- 5 — Clube Português, de São Paulo
- 6 — Clube de Regatas Tietê, de São Paulo
- 7 — São-Paulo Railway Atlético Clube, de São Paulo
- 8 — Comercial Futebol Clube, de São Paulo
- 9 — Clube Atlético Ipiranga, de São Paulo
- 10 — Esporte Clube Coríntians, de São Paulo
- 11 — Clube Esportivo da Penha, de São Paulo
- 12 — Associação Atlética Aramaçã, de São Paulo
- 13 — Santos Futebol Clube, de Santos
- 14 — Esporte Clube Saldanha da Gama, de Santos
- 15 — Associação Atlética Feminina, de Bauru
- 16 — Federação Bauruense de Basquetebol, de Bauru
- 17 — Federação Bauruense de Futebol, de Bauru
- 18 — Comissão Central de Esportes, de Bauru
- 19 — Federação Ribeiropretana de Voleibol, de Ribeirão Preto
- 20 — Comissão Central de Esportes, de Ribeirão Preto
- 21 — Esporte Clube Taubaté, de Taubaté
- 22 — Country Clube, de Taubaté
- 23 — Federação Pernambucana de Futebol, de Recife
- 24 — Federação Paranaense de Futebol, de Curitiba
- 25 — Clube de Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro

FORNECEU PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL AOS SEGUINTE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES

- 1 — Federação Paulista de Escoteiros, de São Paulo
- 2 — Asilo Anjo Gabriel, de São Paulo
- 3 — Instituto Modelo de Menores, de São Paulo
- 4 — Instituto de Pesca, de Santos
- 5 — Curso de Educação Física Infantil, para crianças pobres do bairro do Canindé, em São Paulo (criado e mantido pela própria Escola)
- 6 — Grupo Escolar Osvaldo Cruz, de São Paulo
- 7 — Escola Profissional Feminina D. Pedro II, de São Paulo
- 8 — Associação de Escoteiros de Vila Falcão, em Bauru
- 9 — Juventude Operária Católica (menores), de São Paulo
- 10 — Grupo Escolar Regente Feijó, de São Paulo
- 11 — Associação Atlética Feminina, de Bauru

FORNECEU PROFESSORES PARA OS SEGUINTE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL

- 1 — Colégio São Luiz, de São Paulo, em 1919
- 2 — Colégio Santo Agostinho, de São Paulo

- 3 — Liceu Eduardo Prado, de São Paulo
- 4 — Ginásio São Caetano, de São Caetano do Sul
- 5 — Ginásio Vera Cruz, de São Paulo
- 6 — Colégio Ipiranga, de São Paulo
- 7 — Ginásio Guedes de Azevedo, de Bauru
- 8 — Colégio São José, de Bauru
- 9 — Colégio Santista, de Santos
- 10 — Colégio do Carmo, de Santos
- 11 — Ateneu Santista, de Santos
- 12 — Colégio São José, de Santos
- 13 — Ginásio Saldanha da Gama, de Santos
- 14 — Colégio Marista, de Ribeirão Preto
- 15 — Colégio São José, de Batatais
- 16 — Ginásio do Estado, de Taubaté
- 17 — Escola Normal, de Lins.

CONGRESSOS CIENTÍFICOS EM QUE A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FORÇA PÚBLICA TOMOU PARTE, DEFENDENDO O RENOME PEDAGÓGICO BRASILEIRO

- 1 — I Congresso Pan-Americano de Educação Física — 1943 — Rio de Janeiro
- 2 — III Conferência de Professores de Educação Física — 1947 — B. Aires
- 3 — II Lingiada — 1949 — (Festa Mundial de Ginástica, Congresso Mundial de Ginástica, Curso Internacional de Ginástica) — Estocolmo, Suécia
- 4 — Reunião Preparatória para o II Congresso Pan-Americano de Educação Física — 1945 — Rio de Janeiro.
- 5 — I Reunião de Professores de Educação Física — 1946 — Rio de Janeiro
- 6 — II Reunião de Professores de Educação Física — 1947 — Rio de Janeiro
- 7 — II Congresso Paulista de Educação Física — 1947 — São Paulo
- 8 — Mesa Redonda dos Órgãos Especializados de Educação Física — 1949 — São Paulo

CAMPEÕES FORMADOS PELA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FORÇA PÚBLICA QUE CONTRIBUÍRAM PARA AUMENTAR OS LOUBOS DESPORTIVOS DO BRASIL

- 1 — Major Manoel Esteves Gamoeda — campeão do Sul-americano de Esgrima do Centenário — 1922 — Rio de Janeiro
- 2 — Rafael Peluso — Protógenes Conceição e cabo Luiz Bento Ramos, corredores, campeões dos sul-americanos de atletismo, de 1937 e 1939 — Rio de Janeiro e Lima
- 3 — Cabo Luiz Bento Ramos, campeão sul-americano de atletismo — 1941 — Buenos Aires
- 4 — Cabo Joaquim Gonçalves da Silva e Minervino Leão de Souza, campeões sul-americanos de atletismo — 1943 — Santiago
- 5 — Cabos Joaquim Gonçalves da Silva e Paulo Sebastião, campeões sul-americanos de atletismo — 1945 — Montevideu
- 6 — Cabo Joaquim Gonçalves da Silva, tri-campeão da "São Silvestre" — 1942 — 1943 — 1944 — São Paulo
- 7 — Sd. Sebastião Monteiro da Silva, bi-campeão da São Silvestre, com a participação de representantes estrangeiros — 1945 — 1946 — São Paulo
- 8 — Sd. Luiz Gonzaga Rodrigues, bi-campeão brasileiro de atletismo, representante do Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires, vencedor dos 3.000 mts. no Torneio Internacional Brasil-Japão
- 9 — Sd. Laudionor Rodrigues da Silva, campeão brasileiro de atletismo, estilista de 1.500 mts., vencedor dos 1.500 mts. no Torneio Brasil-Japão, em São Paulo — 1951.

POSSE DO NOVO D. G. I.

(Continuação da pág. 86)

cel. Zerbini, seu ex-instrutor na Escola do E.M., que elogiou a cultura e o caráter do ten. cel. Ribamar, afirmando que a D.G.I. ficaria sob a orientação dum dos mais brilhantes oficiais do Exército Brasileiro.

A seguir falou o novo Diretor Geral de Instrução, usando a linguagem sincera e leal dos homens que querem impressionar mais pelos seus atos que pelas suas palavras.

«Meus camaradas da Fôrça Pública, desnecessário se torna uma apresentação, pois já me considero apresentado depois da palavra do ilustre cel. Euryale de Jesus Zerbini o nosso comandante. Devo dizer-vos, entretanto, que, como êle, também me sinto integrado na brilhante

corporação militar paulista; como êle, também fiz amizades em vosso meio, através dos laços de camaragem cimentados nas trincheiras, quando fui chamado a combater por São Paulo, lutando ao lado da gloriosa Fôrça Pública, em 1930, nos campos paranaenses de Sangés e Morungava e nas barrancas do Itararé e mais tarde no vale do Paraiíba, na arrancada épica de 1932.

Hoje aqui me encontro, para mais intimamente cooperar convosco, com devotado carinho profissional».

A solenidade revestiu-se dum elevado espírito de cordialidade, tendo sido o ten. cel. Ribamar muito cumprimentado pelos presentes.

—:—

CARROS ESPECÍFICOS...

(Continuação da pág. 82)

dencia que, no setor aqui focalizado, estamos a acompanhar os progressos da técnica. O passo agora dado é de relêvo, revestindo-se de dupla importância, porquanto, além de re-

velar o início auspicioso da fabricação desse tipo de material em nosso país, veio criar um modelo de características especiais, para servir às cidades brasileiras.



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

**É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!**

Âpreciação sôbre os

I Jogos Desportivos Panamericanos

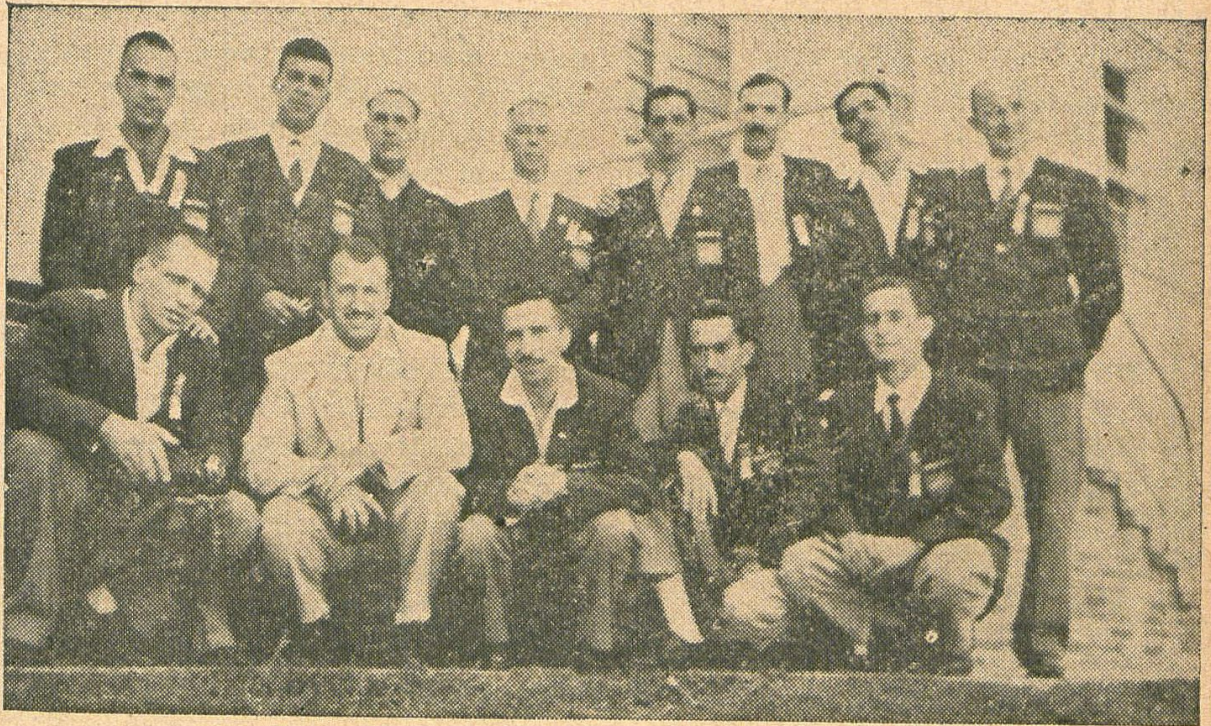
Cap. Jorge Mesquita de Oliveira

Os Primeiros Jogos Desportivos Panamericanos realizados em Buenos Aires, em fevereiro e março do corrente ano, já foram objeto de múltiplos comentários e das mais variadas análises. Mas, tão férteis foram em ensinamentos, que nos propomos a voltar ao assunto mais uma vez. Procuramos abordar o aspecto característico das mais importantes equipes, isto é da norte-americana, da argentina e da brasileira.

Os norte-americanos

Os norte-americanos apresentaram-se com uma equipe comparativamente reduzida, mas de elevado nível técnico. Poucas foram as provas em que participaram com equipes completas (sômente em bola ao cesto, polo, polo aquático, beisebol e pentatlon moderno). Suas performances realçaram-se pelos resultados individuais. Possuidores de preparo técnico assás elevado, alguns atletas yankees conseguiram marcas impressionantes, não sômente pelo seu valor em face dos resultados mundiais, como pela grande diferença em relação às marcas conseguidas pelos demais. Daves, o extraordinário recordista mundial de levantamento de pêso, conseguiu, aparentemente sem esforço, marcas tão superiores aos demais concorrentes, que tornou sem sentido a disputa que vinha sendo mantida até então, onde cada atleta parecia prestes a explodir, tanta

a fôrça empregada. Fuchs lança o pêso a 17,95 mts. quando o recorde brasileiro vai pouco além dos 14 metros. Richard saltou com vara 4,50 mts. quando o 2.º colocado (Gerbasi), ultrapassou sômente 3,90 mts. Logo após a prova o norte-americano embarcou de avião para os Estados Unidos, onde, algumas horas depois, participando de uma competição, estabeleceu novo recorde mundial de salto com vara, ao ultrapassar o sarrafo a 4,86 mts. Entre os atiradores norte-americanos, poucos em número (4 sômente), mas todos de alta classe, destaca-se o excepcional Benner, atirador de arma curta, vencedor das provas de silhuetas e revólver e segundo colocado em pistola livre. Em revólver conseguiu a inacreditável marca de 577 pontos em 600 possíveis, à distância de 50 metros. Seu compatriota River, segundou-o a mais de 30 pontos e o terceiro, o brasileiro Silvino, a mais de 50 pontos de diferença. Preparo perfeito, contrôle nervoso completo e uma simplicidade ímpar, fazem de Benner figura inesquecível para quem teve o prazer de vê-lo competir. A participação dos norte-americanos vizou, antes de tudo, prestigiar as competições organizadas pela Argentina, procurando assim, solidificar com mais uma demonstração de apôio a fraternidade panamericana. Com suas equipes incompletas e não participando de tôdas as provas, os



Equipe brasileira de tiro ao alvo.

pontos marcados pelos norte-americanos, em sua maioria, foram fruto de resultados individuais, não podendo, desta forma, aspirar a conquista do primeiro posto do cômputo geral das competições. A segunda colocação obtida foi produto não tanto do valor coletivo da representação, mas decorrente da incomparável superioridade técnica dos americanos do norte sobre os demais.

Os argentinos

Os argentinos, organizadores do grande certame, tinham a vitória como ponto de honra nacional. A Nação mobilizou-se integralmente na organização dos jogos e no preparo de suas equipes. O objetivo era dar ao mundo um ademonstração impressionante do poderio, da organização e do progresso da atual Argentina. Com o apóio e incentivo de seu presidente, lançaram-se à gran-

tôda a população orientada com inteligência e caprichosamente desenvolvido, redundou nos magníficos resultados conseguidos. Quanto à parte obra. O esforço metódico de te referente à organização, podemos considerar como perfeita. Prever recepção, alojamento, alimentação, transporte e inúmeras outras atenções para mil e duzentos atletas estrangeiros, organizar, coordenar e desenvolver a realização de um enorme conjunto de provas, foi trabalho digno da mais completa admiração.

Tratemos agora de como os argentinos prepararam sua representação. Antes de qualquer providência, os técnicos e responsáveis argentinos elaboraram um cuidadoso e completo plano de treinamento. Com a antecedência de pelo menos 6 meses começaram a seelcionar seus atletas. Mediante treinamento in-

Miudezas em Geral

Artigos para caça e pesca

Ferragens — Utensílios domésticos, Louças, Vidros, Armas e Munições, Fios, Barbantes, Cordas, Cabos, Rêdes, Encerados, Artigos de Papelaria em geral. Livros em branco — Cachimbos e demais artigos para fumantes.

* * *

Irmãos Del Guerra
Comércio e Indústria S/A

Importadores
e
Industriais

Rua Florêncio de Abreu,
619 a 625

CAIXA POSTAL, 4733

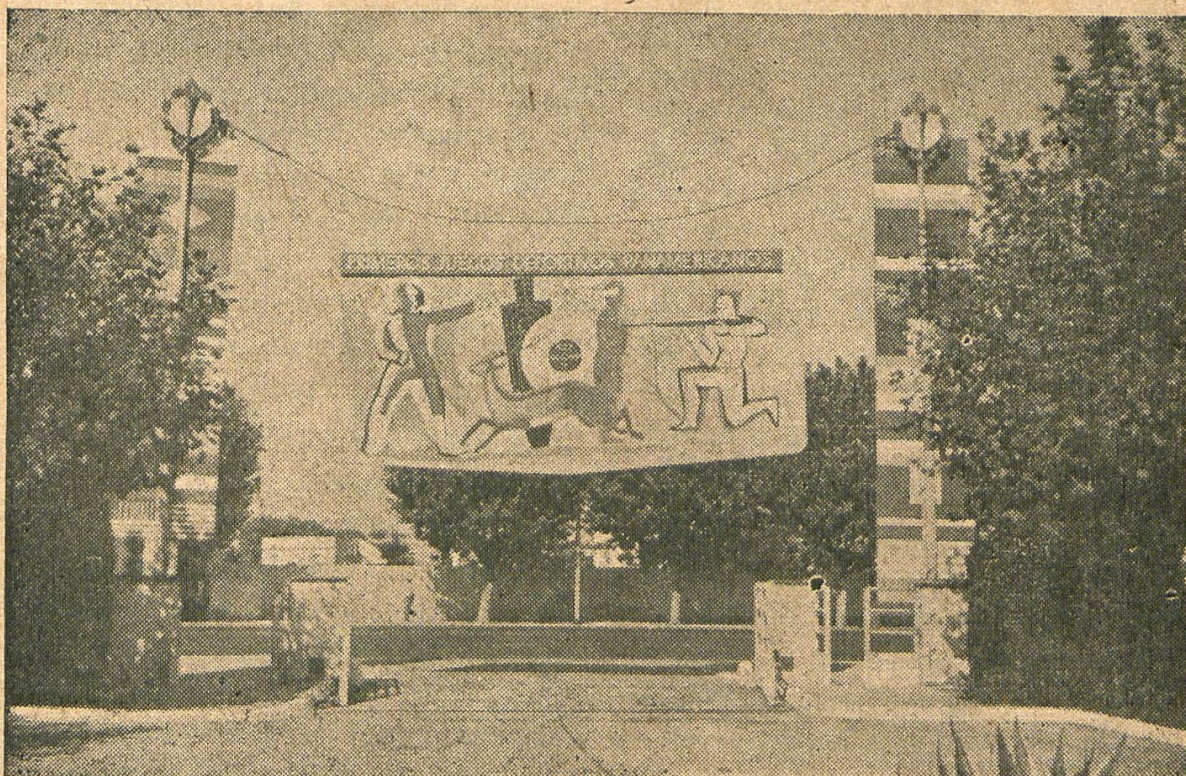
Tel. { 34-1234 — Secção de Vendas
 { 34-1141 — E s c r i t ó r i o
 { 34-9089 — Secção de Compras

SÃO PAULO

tensivo, alimentação especial, concentrações e principalmente imbuindo em seus representantes um sentido patriótico ao acontecimento, vi-savam elevar o padrão dos esportistas à capacidade máxima possível, quer sob o prisma técnico, quer físico. Assim, representados em todas as modalidades esportivas, com equipes homogêneas e altamente treinadas, dificilmente e triunfo geral poderia fugir à Argentina. O plano foi desenvolvido com critério e o objetivo alcançado com grande brilhantismo. Os argentinos sabiam que não poderiam vencer individualmente aos especialistas norte-americanos, bem como a alguns expoentes de uma ou outra Nação, mas não tinham dúvidas que uma eficiente e uniforme representação em todos os setores, traria a vitória no conjunto. O resultado deve ter surpreendido, até aos próprios argentinos. Venceram por maioria absoluta as provas disputadas por equipes e conseguiram surpreendente número de títulos individuais. Principalmente nas provas que exigem grande preparo físico, como as corridas de fundo, ciclismo, remo, box, etc., foi insofismável a superioridade portenha. Em ciclismo venceram todas as provas, com uma única exceção, cedida a favor de um chileno. Em remo venceram todas as provas (esse resultado foi confirmado, por ocasião das regatas internacionais realizadas a 1.º de maio do corrente ano, no Rio de Janeiro, onde os argentinos venceram todos os páreos em que tomaram parte). Em box, conseguiram os 8 títulos em disputa. De um modo geral a vitória argentina foi completa. Cederam ante

especialistas, como Benner, Okamoto, Fuchs, Ademar Silva, etc., mas o preparo e o empenho de seus atletas lhes proporcionava, quando não uma vitória individual, uma vitória coletiva, por equipe. Esses resultados não são frutos somente de dedicação pessoal dos atletas e nem de fase favorável dos esportes na Argentina, mas consequência de metucoloso trabalho de preparação, de

peras do embarque para Buenos Aires não se sabia se iríamos ou não. Ficamos na dependência da concessão da verba necessária e esta foi concedida à última hora, pela Presidência da República. Esta incerteza provocou, como é natural, um acentuado desinteresse pela preparação. Com exceção de algumas modalidades esportivas como o bola ao cesto, em que houve criteriosa sele-



Um dos cartazes alusivos aos I Jogos Desportivos Panaméricanos

integral apôlo dos poderes constituídos e de completo senso de responsabilidade por parte de todos. Dirigentes, técnicos e atletas, integraram-se harmônicamente para realizar uma grande representação e conseguiram-no admiravelmente.

Os brasileiros

A representação brasileira teve atuação apenas sofrível. Até as vés-

ção e treinamento intensivo, a despeito da incerteza de embarque, do tiro ao alvo, em que os atiradores vinham de acirrada disputa do Campeonato Brasileiro e de um ou outro atleta que por iniciativa própria vinha procurando elevar sua forma técnica, na esperança de competir na Argentina, as equipes brasileiras, que já normalmente não levam suficientemente a sério o preparo para

as competições no exterior, desta feita confiaram quase exclusivamente na improvisação, tão ao gosto de nossa gente. A malfadada improvisação tem causado aos brasileiros as mais funestas decepções. Sem o devido preparo, sem nível técnico suficientemente elevado para nos impormos aos adversários, confiamos na improvisação, por ser mais cômodo e por não haver na ocasião outro remédio. Uma ou outra vez, em provas isoladas, a improvisação pode trazer um resultado satisfatório, mas no cômputo final é que transparece de modo evidente e categórico que só a preparação prolongada e metódica pode estabelecer superioridade, mesmo sobre padrão técnico mais elevado. Fomos ao sul mal preparados e pessimamente orientados. Os chefes de nossa delegação, como soe acontecer, demonstraram pouquíssimo interesse pelo bom ou mau desempenho de nossos atletas. Estes estavam alojados na Escola Militar em El Polomar, situada a mais de 40 quilômetros de Buenos Aires e aqueles alojados no Claridge Hotel, o mais luxuoso da cidade. Poucos foram os chefes de equipe que acompanharam ou mesmo visitaram seus elementos. Os da representação de tiro não apareceram por lá uma vez sequer. Sômente a boa vontade e a cooperação entre os próprios atiradores conseguiu contornar as múltiplas dificuldades surgidas, como grande falta de munição, transporte, etc. Falhos sob vários aspectos, os brasileiros não conseguiram nenhuma vitória por equipe. Sômente alguns valores individuais obtiveram projeção. De mais de uma centena

de títulos individuais em disputa, conseguimos cinco: 400 e 1.500 metros nado livre, salto triplo, pentatlo moderno e iatismo (classe star). A nossa classificação final foi bastante modesta. Conseguimos um quarto lugar, atrás da Argentina, Estados Unidos e Chile. Escassamente separados de nós colocaram-se em quinto os mexicanos, que estiveram em nossa frente durante quase todo o transcorrer das competições. O resultado final foi perfeitamente lógico. Aconteceu o que seria de fácil previsão. Os argentinos venceram mercê do intenso e cuidadoso preparo; os norte-americanos deram sobejas provas de sua indiscutível superioridade técnica; os brasileiros... bem, os brasileiros deram um bonito passeio a Buenos Aires.

Entristece-nos tecer estas considerações, mas é preferível encarar a realidade de frente para procurarmos corrigir nossas deficiências, se não quizermos permanecer por longo tempo em inferioridade esportiva com relação à Argentina e mesmo a outras nações sul-americanas.

Fala-se já em representação aos jogos Olímpicos de 1952 a realizarem-se na Finlândia. Lá estarão presentes esportistas de todo mundo civilizado. Nós também temos obrigação de lá estarmos. Não, naturalmente, com possibilidades de vitória em conjunto, mas se conseguirmos que nossos representantes atinjam o máximo de suas possibilidades físicas e técnicas, não faremos má figura no importante confronto internacional das nações.

TEMPORADA HÍPICA

É com satisfação que podemos registrar os brilhantes resultados obtidos pelos nossos cavaleiros nos vários concursos hípicas, realizados nos meses de maio e junho do corrente ano, em São Paulo, Santos e Campinas, pois, entre o sempre crescente número de concorrentes filiados às entidades civis, os nossos parques concursistas colheram, mercê dos seus esforços e de seu conhecimento técnico do cavalo, merecidas coroas de louros.

Chamamos a atenção para a quantidade de classificações obtidas pelo R.C.: em dezoito provas realizadas, conquistou a Fôrça Pública sete primeiros lugares, sete segundos, quatro terceiros e sete quartos lugares, como podemos constatar pelos resultados abaixo:

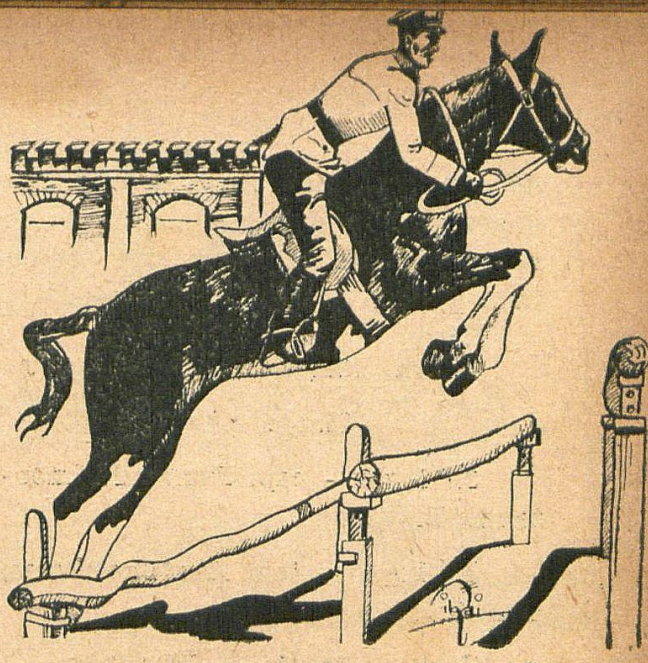
Em São Paulo, em maio

Prova «Pedro Celestino da Silva Pereira»

(Classe «A»)

1.º lugar - ten. Amadeu José Faustino, com Guarani.

2.º lugar - (Empatados) - cap. Fernando H. Silva, montando Moleque; 1.ºs ten. Anselmo Peres, com Sheik, e Bráulio Guimarães, com Artilheiro.



(Classe «B»)

1.a colocação - ten. Amadeu J. Faustino, sobre Guarú.

2.a colocação - (empatados) - cap. Fernando H. Silva, com Galan; 1.º ten. Félix Barros Morgado, com Marambaia e ten. Wilson de Vasconcelos, com Flexa.

Prova «Dr. Raul Henrique Longo»

(Classe «A» - Percurso à Americana)

4.º lugar - (empatados) - tens. Bráulio Guimarães, com Artilheiro, e Augusto S. Cordeiro, montando Onix.

Cross - Country Clube Hípico Sto. Amaro

4.º lugar - ten. Anselmo Peres, com Artilheiro.

Prova «Dr. João Carlos Krueh»

(Classe «B», percurso normal)

4.º lugar - ten. Augusto dos Santos Cordeiro, montando Onix.

Prova «Jaime Loureiro Filho»

4.º lugar - cap. Fernando Henrique da Silva, com Moleque.

Nos dias 26 e 27 de maio, para abertura da temporada hípica de Campinas realizou-se, naquela cidade,

de, um concurso com 4 provas, nas quaes cumpre destacar a atuação do cap. Fernando H. Silva, que contribuiu para o seguinte resultado:

Prova «Granja Vila Brandina»

(Classe «A»)

1.º lugar - cap. Fernando, montando **Boogie**.

3.º lugar - ten. Anselmo Peres, com **Galan**.

Prova «Granja S. Martinho»

(Classe «C»)

3.º lugar - cap. Fernando, ainda com **Boogie**.

Prova «Coudelaria de Campinas»

(Classe «B»)

2.º lugar - cap. Fernando, montando **Boogie**.

4.º lugar - cap. Fernando, com **Cabrito**.

Prova «Jockey Clube de Campinas» (Energia)

2.º lugar - cap. Fernando, montando **Boogie**.

Em S. Vicente, no Clube Hípico de Santos, realizou-se a 3.a Temporada, na qual com 3 cavaleiros somente foi obtido o que se vê abaixo:

Prova «Federação Paulista de Hipismo»

(Classe «A» com handicap.)

1.º lugar - ten. Felix Barros Morgado, com **Farrapo**.

2.º lugar - ten. Felix Barros Morgado, com **Marambaia**.

Prova «Ten. Oscar Luiz Concistré»

(Classe «A» e «B» exclusiva, percurso à Americana)

1.º lugar - ten. Wilson Vasconcelos, com **Flexa**;

4.º lugar - ten. Félix B. Morgado, com **Marambaia**.

Houve ainda as provas extra temporada, que se seguem:

Em Campinas, Prova «Fôrça Pública do Estado» (Classe «A»)

2.º lugar - ten. Augusto S. Cordeiro, com **Onix**.

Prova «17.º R.C. do E.B.»

1.º lugar - cap. Fernando H. Silva, com **Cabrito**;

2.º lugar — ten. Félix B. Morgado, com **Marambaia**;

3.º lugar - ten. Bráulio Guimarães, com **Galan**.

No Regimento de Cavalaria da Fôrça ,em homenagem ao seu ex-cmt., cel. Thales Prado Marcondes, realizou-se a prova de adestramento 2.º grao, com o nome daquele brilhante oficial, na qual o ten. Roberto Mondino, montando **Pachá**, conquistou a 2.a colocação.

O Clube de Equitação São Paulo, patrocinou duas provas, no dia de seu aniversário de fundação :

na primeira, de classe «B», prova com o nome do Clube, coube o 1.º lugar ao ten. Augusto dos Santos Cordeiro, que conduziu «**Onix**»;

na segunda, prova «**Jorge Leal Furtado Coelho**», adestramento 1.º grao, ainda «**Onix**», montado pelo ten. Augusto dos Santos Cordeiro, conquistou o 4.º lugar.

Legislação Administração Jurisprudência

Cap. J. Arimathea Nascimento

Motoristas — Responsabilidades

Fica determinado que os motoristas das radioviaturas que as danificarem, deverão ser imediatamente recolhidos à sua Corporação, ficando-lhes proibido dirigir qualquer veículo da Secretaria da Segurança. Portaria n.º 103-50. BG 272, de 6-XII-50.

Medicamentos — Pedidos mensais

Os pedidos mensais das F.S.R. de medicamentos e material de aplicação médica ou odontológica deverão ser feitos nos livros de receituário médicos, mesmo para os batalhões do interior devendo na medida do possível o portador regressar com os medicamentos solicitados. Poderá ser aproveitado qualquer portador e na falta dele, designado um especial. BG 229, de 13-X-50.

Moléstias infecto-contagiosas

Os oficiais e praças julgadas portadores de moléstias infecto-contagiosas ficam proibidos de entrar nos quartéis, estabelecimentos militares e em particular nas cantinas ou refeitórios da Corporação. Esta proibição se estende a elementos licenciados, agregados e reformados. No caso de os mesmos necessitarem tratar de interesses próprios nos Estabelecimentos Militares deverão fazê-lo por meio de procuradores devidamente autorizados ou por intermédio do Serviço de Assistência Social. Somente mediante parecer da junta médica poderão tais elementos ter livre acesso aos locais supra-

citados por se acharem curados ou não oferecerem perigo de contaminação. BG 278, de 14-XII-50.

Quadro de Escreventes — interstício

Reduz a metade o interstício para o quadro de escreventes no segundo semestre de 1950, nos termos do art. 8.º, § 2.º do R.P.P. BG 230, de 14-X-50.

Recolhimento de importância ao S.F.

Fica determinado às unidades da Força que as importâncias provenientes de vencimentos sacados indevidamente e às praças transferidas de unidade ou excluídas da Corporação por diversos motivos, devem ser recolhidas ao S.F. dentro de 15 dias, para as unidades da Capital e de 30 dias para as do Interior, a contar da data do recebimento das mesmas pelos Tesoureiros.

Da relação das contas em aberto do título "Depósitos de Diversas Origens" que acompanha o Balancete mensal, deverá constar uma coluna onde sejam mencionadas as datas dos lançamentos de entrada das importâncias na escrita da Unidade. BG 235, de 20-X-50.

Reforma

Aos inativos militares reformados antes de 9 de julho de 1947, que tenham 30 ou mais anos de serviço, mesmo que neles se incluam os períodos contados em dobro, e qualquer que seja o motivo de sua reforma, são extensivas, a partir daquela data, as vantagens conferidas pelo art. 92 da Constituição do Estado.

Lei 809, de 23-X-50. NOTA — Art. 92 da Constituição do Estado: "O funcionário terá direito a aposentadoria com vencimentos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício". BG 242, de 28-X-50.

Reformados — Saque de proventos

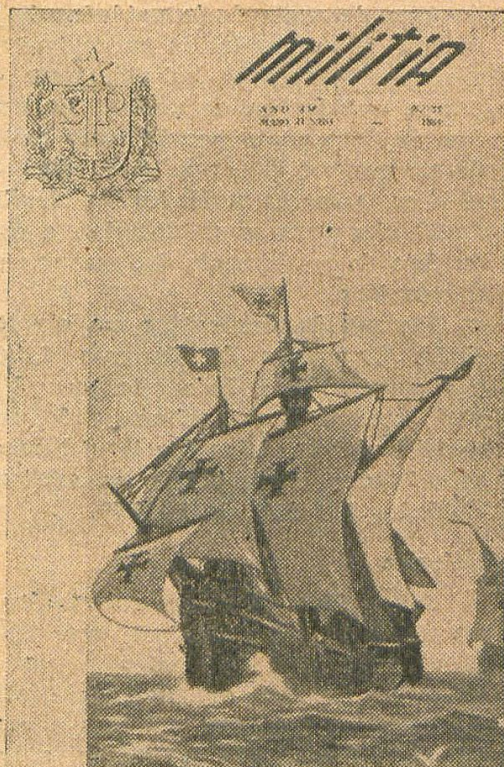
Aos reformados ao abrigo das leis 211-48 e 501-49, bem como aos que tiverem suas reformas retificadas de acordo com esses dispositivos, serão sacados os mesmos proventos que vinham percebendo. A alteração do saque de proventos só se dará após a publicação do Título Declaratório de Vencimentos. No mês em que for publicado o título declaratório de vencimentos, além de se passar a sacar novos proventos, sacar-se-á, também, a diferença atrasada relativa ao exercício, se houver verba, ou em folha especial, em caso contrário. Quanto às diferenças de proventos dos exercícios anteriores, os interessados apresentarão requerimento, um para cada exercício. BG 238, de 24-X-50.

Requisição de passagem e transporte

As unidades da Fôrça, a partir de 1-I-51, fornecerão blocos tipo F.P. para as requisições de passagem e transporte, por via férrea, às autoridades policiais dos respectivos municípios para uso exclusivo dos elementos ali destacados, quando em serviço policial. Os blocos usados (3.ª via) deverão ser recolhidos às sedes das unidades pelas delegacias de polícia respectivas, uma vez feita a substituição dos mesmos. BG 232, de 17-X-50.

Vencimento — Limite de consignação em folhas

Estabelece o limite para os descontos em folhas de vencimentos, os quais não poderão, em sua totalidade, exceder de 75% do vencimento. Os Cmts. de Corpo, Chefes de Serviço e Diretores de Estabelecimento devem diligenciar no sentido de que os seus subordinados não onerem os seus vencimentos acima do estabelecido. Seguem-se outras recomendações. BG 236, de 21-X-50.



Nossa capa

«Caravelas», arranjo de um
trabalho de

Fabian, Rio

militia

Revista de assuntos técnicos, policiais,
militares e culturais em geral.

Redação e Administração:

RUA ALFREDO MAIA N.º 106

Fones { externo 34-6488
 { interno 142

SÃO PAULO, S. P. ————— Brasil

ANO IV

— MAIO/JUNHO DE 1951 —

N.º 22

DIRETOR : — cel. José Anchieta Torres

PROPRIETARIO, RESPONSÁVEL E

REDATOR-CHEFE: — cap. Milton Marques de Oliveira

SECRETÁRIO : — 1.º ten. Miguel M. Sendin

GERENTE : — cap. Francisco Vieira Fonseca

TESOUREIRO : — cap. Manoel Pereira da Silva

REDADORES :

- major mons. Paulo A. Cavalheiro Freire
- cap. Francisco Vieira Fonseca
- cap. Bento Barros Ferraz
- 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho
- 1.º ten. Felix de Barros Morgado
- 1.º ten. Iraní Paraná do Brasil
- 1.º ten. Miguel M. Sendin
- 2.º ten. Hildebrando Chagas da Silva

ILUSTRAÇÃO E FOTOGRAFIA :

- 1.º ten. Felix Barros Morgado
- al. of. Irai Vieira Catalano
- Sgt. João Tancler

ASSINATURAS :

Por 6 números Cr\$ 25,00
Por 3 números Cr\$ 15,00
Número avulso Cr\$ 5,00

AOS COLABORADORES E LEITORES

- * A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos político-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- * Toda a matéria deve ser datilografada com espaço duplo, num só lado do papel, não devendo ultrapassar doze páginas de papel almasso. Os desenhos e esquemas ilustrativos referentes aos trabalhos deverão ser feitos a nanquim, sobre cartolina ou papel branco forte.
- * Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não publicados, nem mantemos correspondência sobre a sua publicação.
- * A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

— —
* Desejamos estabelecer permuta

* Deseamos establecer el cambio

* Desideriamo stabilire cambio

* On désire établir échange

* We wish to establish exchange

* Austausch erwünscht

INCONFUNDIVEL!



Cerveja

FAIXA AZUL
de ANTARCTICA

Real